

Angela M. Souza Martins
Claudio Silveira
Helena Araujo
Jonaedson Carino
Sueli Barbosa Thomaz

Fundamentos da Educação 2





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Fundamentos da Educação 2

Volume 1 - Módulo 1
2ª edição

Angela M. Souza Martins
Claudio Silveira
Helena Araujo
Jonaedson Carino
Sueli Barbosa Thomaz



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Ministério
da Educação



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2299-4565 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Eloiza Gomes

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Angela M. Souza Martins

Claudio Silveira

Helena Araujo

Jonaedson Carino

Sueli Barbosa Thomaz

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Alexandre Rodrigues Alves

Nilce P. Rangel Del Rio

COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Maria Angélica Alves

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Jane Castellani

Kátia Ferreira dos Santos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Freitas de Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza da Silva

CAPA

Sami Souza da Silva

PRODUÇÃO GRÁFICA

Andréa Dias Fiães

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M386f

Martins, Angela M. Souza.

Fundamentos da educação 2. v.1 / Angela M. Souza
Martins. – 2.ed.– Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.
210 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-042-5

1. Organismos internacionais. 2. Banco Mundial.
3. Política educacional. 4. Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional. 5. Sistema escolar brasileiro. I. Silveira,
Claudio. II. Araujo, Helena. III. Carino, Jonaedson.
IV. Thomaz, Sueli Barbosa. V. Título.

CDD: 370.1

2008/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 1	– Organismos internacionais e a Educação: a função do Banco Mundial	7
	<i>Claudio Silveira</i>	
Aula 2	– Uma avaliação crítica dos projetos do Banco Mundial	15
	<i>Claudio Silveira</i>	
Aula 3	– História do Banco Mundial	23
	<i>Helena Araujo</i>	
Aula 4	– O Banco Mundial e o contexto escolar brasileiro	31
	<i>Helena Araujo</i>	
Aula 5	– A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1808-1930)	43
	<i>Angela M. Souza Martins</i>	
Aula 6	– A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1930-1945)	57
	<i>Angela M. Souza Martins</i>	
Aula 7	– A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1945-1985)	69
	<i>Angela M. Souza Martins</i>	
Aula 8	– A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1985-2000)	87
	<i>Angela M. Souza Martins</i>	
Aula 9	– A Constituição de 1988 e a Educação	101
	<i>Sueli Barbosa Thomaz / Jonaedson Carino</i>	
Aula 10	– Os fundamentos legais da educação brasileira no período de 1930 a 1961	115
	<i>Sueli Barbosa Thomaz / Jonaedson Carino</i>	
Aula 11	– O sistema escolar brasileiro no período pós-64	129
	<i>Sueli Barbosa Thomaz / Jonaedson Carino</i>	
Aula 12	– A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)	143
	<i>Sueli Barbosa Thomaz / Jonaedson Carino</i>	
Aula 13	– Os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental	155
	<i>Sueli Barbosa Thomaz / Jonaedson Carino</i>	

Aula 14 – Cenário, luzes e ação: o sistema educacional brasileiro	171
--	------------

Jonaedson Carino / Sueli Barbosa Thomaz

Aula 15 – Avaliação: uma parada necessária para o recomeço da viagem	199
---	------------

Jonaedson Carino / Sueli Barbosa Thomaz

Referências	205
--------------------	------------

Organismos internacionais e a Educação: a função do Banco Mundial

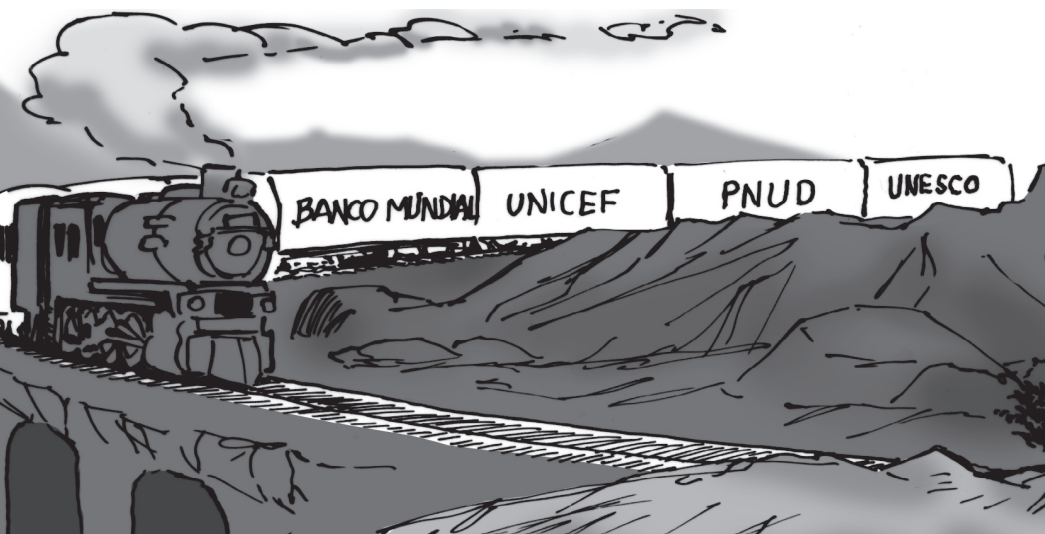
AULA

1

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar os organismos internacionais na esfera educacional.
- Compreender a sua atuação na realidade brasileira.



Se a canoa não virar,
olê, olê, olá, eu chego lá...
Cancioneiro popular brasileiro

Eis aqui este sambinha,
feito de uma nota só...
Tom Jobim/Newton Mendonça

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO: A FUNÇÃO DO BANCO MUNDIAL

As desigualdades sociais e as poucas oportunidades educacionais para os mais pobres são um grande problema do nosso tempo. As grandes transformações sociais ocorridas nas últimas décadas desencadearam as crises e o surgimento de propostas para resolver os problemas educacionais em todo o mundo. Uma boa saída seria a melhoria da qualidade do ensino para diminuir a pobreza e promover ascensão social. Os organismos internacionais têm trabalhado nessa direção. Veremos aqui como e por que isso acontece e os seus reflexos na sociedade brasileira. Daí, poderemos ver até que ponto a letra da canção popular acima, na epígrafe, pode ser verdade para muita gente em nosso país.

A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Sabemos que houve um tempo em que muitos disseram que o trem da História parou. Imagine! Esta foi a época dos anos 80 e 90, quando muitos acreditavam que estávamos no “fim da linha”. Não haveria mais lugar aonde ir, pois a humanidade já teria chegado ao seu grau máximo de evolução na escala da civilização. Isso queria significar que o sistema econômico capitalista teria chegado para ficar; quando muito, bastaria apenas que fosse aperfeiçoado nos vários países, assim como ocorreu na Europa Ocidental, Japão, Estados Unidos e Canadá. O trilho principal do nosso trem já estaria montado, seu modelo, cores e percurso estariam determinados. O trem da História deveria seguir o seu rumo, com o mesmo tipo de bitola, locomotiva, vagão e administração para todos os países. O grau máximo de felicidade para uma sociedade seria conciliar a liberdade econômica do mercado, de produtores e consumidores, com a liberdade política dos cidadãos. Por isso, o Estado (**PODER PÚBLICO**) deveria ser reduzido ao mínimo possível no seu papel de empreendedor e prestador de serviços à população.

Políticas públicas são as ações do **PODER PÚBLICO** (Estado) para garantir o bem-estar social, como a política de habitação, saneamento, transporte, previdência, salário, emprego, educação, agrária, saúde, lazer, cultura, segurança e defesa.

Nada fora desses princípios seria possível e aceitável. Em uma só palavra, esse pensamento seria como o *Samba de uma nota só*. Esses são os princípios do **NEOLIBERALISMO**, que se transformou na doutrina principal do capitalismo, em contraposição ao **INTERVENCIONISMO**. Então, com base nessa mentalidade, disseminaram as críticas à participação do Estado na economia e na prestação de serviços públicos com a finalidade de manter o bem-estar social: transporte, habitação, saúde, saneamento, lazer, educação etc.

Aliado à mentalidade neoliberal houve o fenômeno da globalização, que aproximou os indivíduos, as comunidades e as sociedades do mundo, através do crescimento das tecnologias da comunicação (internet, telefonia, telemática e televisão via satélite). As informações passaram a ser enviadas instantaneamente para todos aqueles que estivessem conectados a um terminal, contribuindo, assim, para a aceleração do tempo e a redução do espaço entre nós. Esse fenômeno concorreu para as mudanças que aconteceram na economia, na cultura e na política.

O pensamento neoliberal conduziu a forma pela qual a globalização deveria ser feita. Por essa razão, passou a existir uma padronização de normas que afetaram os Estados e os organismos internacionais, responsáveis pela articulação das diversas políticas públicas, dentre elas a educação.

O **NEOLIBERALISMO** é uma doutrina econômica que critica a intervenção do Estado na economia por achá-lo ineficiente, esbanjador de recursos e um mau gerente dos serviços prestados à população. Ao contrário, o **INTERVENCIONISMO** admite a intervenção do Estado para diminuir as muitas desigualdades e criar uma rede de serviços públicos em nome do bem-estar social Ver Singer (1985).

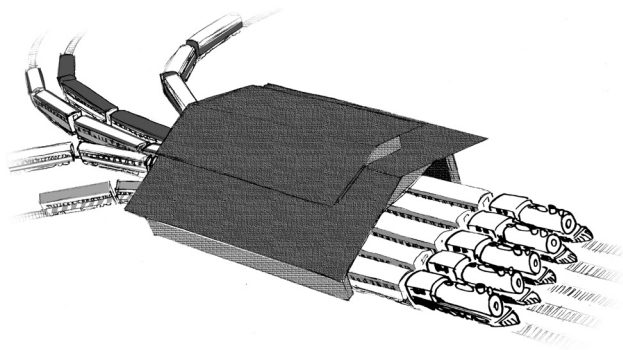


Figura 1.1: Exemplo da padronização feita pelo Banco Mundial.

A AÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Os **PAÍSES** pobres são chamados de **SUBDESENVOLVIDOS**, em desenvolvimento ou emergentes.

POLÍTICA DE AJUSTE implica medidas como o equilíbrio financeiro, abertura comercial e controle das contas públicas.

As **ONGs** podem ser de tendências diversas, de acordo com a orientação política: conservadoras ou progressistas. Sobre isso, veja o que diz Meksenas (2000).

TERCEIRO SETOR é o nome que se dá ao espaço ocupado pelas associações como as ONGs, uma vez que há dificuldades de enquadrá-las como entidades estritamente públicas ou privadas.

Os organismos internacionais passaram a adotar decisões de planejamento e política que afetaram a vida dos **PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS** em nome da globalização neoliberal. Dentre aqueles que mais se destacaram temos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (oficialmente chamado de Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD). Eles representam os interesses do sistema econômico mundial, fazendo com que os países subdesenvolvidos adotem um modelo de **POLÍTICA DE AJUSTE** de suas dívidas e investimento público, se enquadrando no tipo de modernização pretendida pelos países desenvolvidos. Porém, o Banco Mundial foi tomando as rédeas do processo de articulação internacional das políticas educacionais, deixando em segundo plano outros organismos como a Unesco (Organização das Nações Unidas de apoio à Educação, Ciência e Cultura), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e as ONGs (Organizações não-governamentais) (TOMMASI, 1998).

Alguns dizem que a definição das **ONGs** passou a ser uma questão complexa, pois quase todas as associações voluntárias, com vários objetivos, podem ser enquadradas nesse conceito. Tais organizações podem ser consideradas de orientações conservadoras ou progressistas. Estas últimas travam uma batalha pela melhoria da qualidade de vida em vários países, insistindo para que as empresas e os governos trabalhem para promover a melhoria da educação, da saúde, do transporte, da habitação, do meio ambiente, bem como para a promoção das minorias sociais (negros, indígenas, mulheres, menores etc.). Na área educacional, essas ONGs exercem pressão sobre o poder público e o privado, colaborando com projetos de parceria em vários países, regiões e cidades. A sua luta está encaminhada pelo incentivo à participação democrática na definição das políticas públicas, na reforma do sistema financeiro internacional, fazendo propostas e defendendo direitos dos indivíduos dos países mais pobres. Assim, elas tentam ampliar a cidadania para aqueles que não têm vez nem voz. Com tudo isso, as ONGs passaram a ter uma participação tão importante na vida social que elas são consideradas um **TERCEIRO SETOR**, para além da divisão público-privado.

O PAPEL DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A ênfase na educação passa a ser justificada em função de ser um mecanismo importante para:

- a) a qualificação profissional no mercado de trabalho, isto é, a formação do chamado “capital humano”;
- b) o aumento de oportunidades e acesso para as populações mais carentes dos países subdesenvolvidos, tornando-as capazes de obter melhores chances, contribuindo, assim, para a redução da pobreza.

Dessa forma, a América Latina e o Brasil passaram a experimentar um “choque educativo”, dando prioridade à **EDUCAÇÃO BÁSICA**. Por essa razão, a participação do investimento em educação do Banco Mundial saltou de 2%, na década de 1980, para 27%, na década de 1990. Essas medidas foram responsáveis pelo incentivo a que o Estado e a sociedade adotassem critérios parecidos aos das empresas privadas para o planejamento e a organização da política educacional.

O Banco Mundial, o Unicef, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Unesco, juntos, enfocaram seus interesses na “educação para todos”, através dos programas de investimento na educação básica, porque ela é responsável pela formação da maioria da população. E também porque é capaz de dar maior retorno dos recursos investidos. Para eles, a educação de nível médio e de nível superior não merecem o mesmo tratamento, exatamente porque o seu retorno seria menor e mais difícil de ser controlado. Dentro dessa prioridade, deve haver menor importância para a construção de escolas e maior aplicação na elaboração de textos didáticos, capacitação docente, tempo de instrução e avaliação do ensino-aprendizagem. Outro elemento importante é a necessidade de dar prioridade à educação das meninas, porque elas são responsáveis pelo bem-estar de seus filhos, o que leva a beneficiar a família. Por tais razões, na lógica do Banco Mundial há desafios que devem ser enfrentados, tais como o acesso dos pobres ao sistema educacional, a busca por maior igualdade entre os gêneros (masculino e feminino) e as etnias (brancos, negros, indígenas etc.), o aumento da qualidade do ensino e a maior aproximação entre a reforma educacional e a econômica.

A crença na prioridade da educação básica pode fazer com que haja maior desenvolvimento social e melhoria da qualidade do ensino.

Para o Banco Mundial **EDUCAÇÃO BÁSICA** é a soma do Ensino Fundamental com a primeira série do Ensino Médio.

Os recursos destinados à educação passaram a ser aplicados em bibliotecas, na compra de livros didáticos etc., mas o equipamento de laboratórios, o aumento dos salários dos professores(as) e o problema do número excessivo de alunos(as) na sala de aula poderiam ficar para depois.

Por tudo isso é que os governos federais, estaduais e municipais promovem uma descentralização da administração, dando maior autonomia às escolas, porém, passam a cobrar seus resultados, determinando os padrões de desempenho e rendimento escolar. Outra medida importante é o incentivo para que haja maior participação e envolvimento da comunidade local na escola, ajudando, inclusive, a arcar com alguns de seus custos e colaborando na sua administração através dos conselhos escola-comunidade, com a presença de pais e líderes locais. Dentro da mentalidade do Banco Mundial, isso contribui para que os recursos sejam mais bem utilizados, com mais eficiência e racionalidade. Adotando tal tipo de comportamento, a educação pública passa a ser entendida segundo os critérios da administração empresarial privada. A partir daí, é possível aumentar a quantidade de alunos(as) na escola, dentro de um determinado limite de qualidade, adotando uma posição mais realista para atingir os que mais precisam. Só assim é possível adaptar a educação às transformações da economia mundial, ao mesmo tempo que ela está relacionada à realidade de cada país, região e localidade.

Os projetos do Banco Mundial encaminhados no Brasil se baseiam nas condições criadas para o cumprimento de suas exigências impostas aos demais países. Tais condições estão relacionadas à taxa de retorno do investimento da educação básica, calculada em torno de 36%, o que representa quase duas vezes mais que a do nível superior e sete vezes mais a do nível secundário. O banco considera baixa a média do investimento brasileiro na educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (4%), se comparada com outros países da América Latina (4,5%).

Os objetivos gerais dos projetos são:

- a) melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos(as);
- b) reduzir as elevadas taxas de repetência e evasão;
- c) aumentar as despesas por aluno, consideradas baixas (US\$ 250,00).

Os lugares escolhidos para a aplicação inicial dos projetos foram a Região Nordeste, os estados de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Para tentar mudar a situação de dificuldades na educação, esses projetos passaram a dar prioridade à produção de material, à melhoria do treinamento de professores(as) e ao aumento da capacidade de administração dos recursos por parte dos governos. Entretanto, devemos lembrar que esses projetos apresentaram problemas, por causa dos interesses políticos (apadrinhamento, troca de favores e mudança de prioridades), dos excessos de rotatividade do pessoal responsável e dos famosos excessos de burocracia e de morosidade da administração pública federal, estadual e municipal. Mesmo com dificuldades, as estratégias de implementação dos projetos contaram com a participação das ONGs e com a assessoria do Unicef para treinar os professores(as), melhorar a infraestrutura e o material didático, principalmente nas creches comunitárias e no Ensino Fundamental.

Certamente, nem tudo são flores! Há muitas críticas e questionamentos sobre as bases e as intenções dos projetos que os organismos internacionais passaram a financiar no Brasil. O Banco Mundial, é claro, fica com a maior parte delas, por ser a instituição mais influente. As ONGs também são motivo de alguma desconfiança porque nem todas possuem credibilidade constatada, e algumas não têm intenções tão declaradas assim de real comprometimento com a redução das desigualdades sociais. A discussão sobre esse assunto é grande! Por essa razão, ele será o tema que abordaremos na próxima aula.



Figura 1.2: Os resultados dos financiamentos do Banco Mundial.

Retomamos aqui alguns pontos importantes sobre a atuação dos organismos internacionais na vida educacional brasileira:

- A orientação da economia, que determina o rumo das transformações no capitalismo mundial, denominada neoliberalismo.
- O contexto de transformações sociais a partir do final dos anos 80 em todo o mundo, que foi denominado globalização.
- A identificação dos principais organismos internacionais participantes das reformas educacionais: Unesco, Unicef, PNUD, Banco Mundial e ONGs.
- O papel preponderante do Banco Mundial no investimento mundial em Educação, deixando os demais organismos em “segundo plano”.
- A orientação criteriosa do Banco Mundial para investir está embasada na necessidade de os países subdesenvolvidos ajustarem a sua política econômica e administrativa às normas estabelecidas para o sistema educacional.
- A prioridade do Banco Mundial é a educação básica, porque dá maior retorno do investimento e contribui mais efetivamente para a redução da pobreza nos países subdesenvolvidos.
- As medidas mais importantes para a melhoria da qualidade da educação estão voltadas para o material didático, para as condições de aprendizagem dos alunos(as) e para a capacitação dos professores(as).
- No Brasil, houve um crescimento significativo da sua participação no bolo dos recursos do Banco Mundial, beneficiando, principalmente, o Nordeste e os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Espírito Santo.
- Para o Banco Mundial, as maiores dificuldades encontradas para a implementação e continuidade dos projetos são os problemas políticos e administrativos dos governos federal, estaduais e municipais.

EXERCÍCIOS

1. Procure em livros, artigos e sites na internet informações disponíveis sobre os organismos internacionais que foram aqui mencionados, para ampliar a sua visão sobre seus métodos e formas de atuação na educação.
2. Selecione notícias sobre a educação básica em geral e faça uma comparação com a realidade de sua localidade ou do Estado do Rio de Janeiro.
3. Enumere as principais críticas/sugestões feitas sobre a qualidade dos serviços prestados pelo poder público em nossa sociedade.

Uma avaliação crítica dos projetos do Banco Mundial

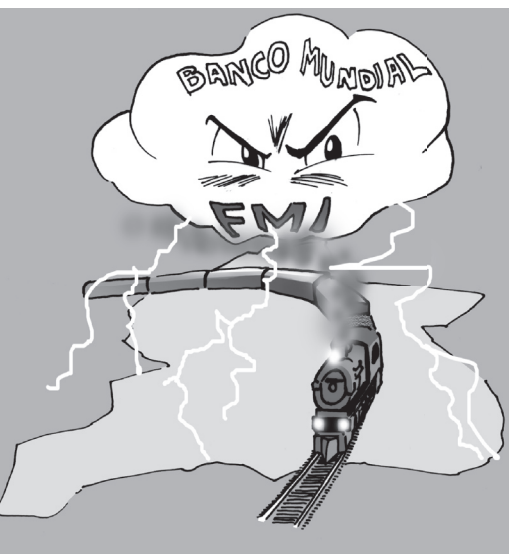
AULA

2

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar as críticas aos organismos internacionais atuantes na educação, especialmente ao Banco Mundial.
- Compreender seu significado e conseqüências para a educação brasileira.



Quem é você que não sabe o que diz?
Meu Deus do céu, que palpite infeliz...
Noel Rosa

UMA INTROMISSÃO INDEVIDA

Os versos da música *Palpite infeliz*, de Noel Rosa, que estão na epígrafe desta aula, podem ser relacionados às intenções dos organismos internacionais. Estes organismos são vistos, de uma maneira geral, como responsáveis pela criação de oportunidades e cooperação entre os países, mas, por outro lado, são severamente criticados porque contribuem para reforçar o domínio dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, além de interferirem na sua soberania. Este argumento vale para todo o leque de políticas realizadas, inclusive a Educação. Com isso, pode-se dizer que o trem da História corre em trilhos errados e com modelos e componentes inadequados. Assim, é difícil evitar desastres e descarrilamentos.

Sobre a situação econômica do Brasil nas últimas décadas, veja o que está registrado pelo IPEA – <http://www.ipeadata.gov.br>

Embora o objetivo da melhoria da qualidade da educação e a redução dos índices de pobreza sejam uma intenção apreciável, o modo como os projetos são pensados, a sua aplicação e conseqüências são criticadas por muitos professores, políticos e agentes das ONGs ou dos movimentos sociais. Isso acontece de maneira mais comum, em combinação com as críticas à atuação do FMI, que também impõe regras extremamente rígidas para a administração financeira dos países subdesenvolvidos. O orçamento público e a política econômica desses países passam a ser organizados de tal forma que a prioridade é saldar as dívidas com os bancos e com esses organismos financeiros internacionais. O resultado é a enorme falta de capacidade dos países da América Latina em investir nas áreas destinadas a atender às necessidades da população em busca de melhor qualidade de vida. Ou seja, as políticas públicas ficam comprometidas em nome do ajuste fiscal e do endividamento externo, que é crescente, levando os países latino-americanos às diversas crises econômicas que ocorrem há décadas.

OS TIPOS DE CRÍTICAS AOS PROJETOS EDUCACIONAIS DO BANCO MUNDIAL

Podemos encontrar as seguintes críticas, no caso específico da educação, à contribuição do Banco Mundial em seus projetos para a área:

a) Em primeiro lugar, existem aqueles que reclamam dos seus fundamentos e objetivos. Esta é uma contestação “filosófica”, pois há aqui o combate das idéias básicas dos projetos, que estariam inteiramente ligados à concepção do capitalismo neoliberal e globalizado, que é promotor de alguns programas, apenas para compensar, de maneira não satisfatória, as mazelas do aumento da pobreza e da desigualdade social. Para os críticos, tal propósito funciona apenas como um paliativo, como se quisessem “tapar o sol com a peneira”, conforme o ditado popular. A contraposição dessa crítica está aliada a um argumento que defende a idéia de que o investimento em educação aumenta as oportunidades e chances dos mais pobres.

b) Em segundo lugar, há uma crítica “sociológica”, que afirma ser um grande engano a maneira como o sistema social funciona. Isso acontece porque os pobres estão submetidos a um sistema que produz cada vez menos empregos por culpa das transformações tecnológicas criadas por causa da globalização econômica. Ela é responsável pela diminuição da oferta de mão-de-obra em vários setores. Veja o que acontece com a indústria automobilística, que usa cada vez mais robôs e computadores, substituindo um grande número de empregados. Assim mesmo, para aquelas pessoas que conseguem passar pela escola e vencer a concorrência do mercado de trabalho, o rendimento salarial da maioria continuará baixo, mal dando para atender às necessidades individuais e familiares básicas.

c) Em terceiro lugar, há as contestações “políticas”, isto é, de como a maioria dos projetos educacionais é planejada, obedecendo à lógica das restrições impostas ao seu gerenciamento: o Banco Mundial estabelece um “pacote” que os países devem seguir. A reforma do setor educacional é apenas um item da política de ajuste do Estado, que abrange a reforma da previdência social, da administração pública, das finanças, da legislação trabalhista e das relações comerciais entre os países. Desse modo, os países pobres não encontram muitas saídas para realizar seus objetivos, mesmo que o Banco Mundial diga que é necessário ter flexibilidade e respeito às características de cada lugar. Eles vão perdendo a capacidade de administrar a si mesmos, isto é, diminuem sua soberania.

Os tipos de críticas mais comuns ao discurso do Banco Mundial podem ser de ordem filosófica, sociológica e política.

A globalização é um processo social que traz grandes impactos positivos e negativos aos países. No caso dos subdesenvolvidos, a maioria tem sido prejudicada econômica, política e culturalmente. Ver Ianni (1996).

Para o Banco Mundial, há ONGs consideradas mais defensoras das pessoas necessitadas, outras são mais ativas na mobilização dos que não possuem plenamente direitos sociais. Um terceiro tipo junta essas duas modalidades de atuação.

Com esta situação, fica prejudicado o poder de pressão e reivindicação da sociedade aos governos, assim como enfraquecem as possibilidades de mobilização para o encaminhamento de propostas que contribuam efetivamente para melhorar a qualidade de vida da população através dos projetos educacionais.

Mesmo as ONGs sofrem críticas, porque muitas delas são vistas como um instrumento dos governos e empresas dos países desenvolvidos. Elas ajudariam a restringir a autonomia dos países mais pobres por querer interferir nos seus objetivos e administração. Esse conjunto de questionamentos não impede que haja parcerias para a implementação de projetos educacionais, feitas entre os governos, as ONGs, o Banco Mundial, o Unicef e a Unesco. Por exemplo, as próprias ONGs tomam atitudes de colaboração e crítica em relação aos investimentos do Banco Mundial. Isso faz com que elas contestem a sua noção de que esse Banco confunde desenvolvimento com crescimento econômico e este com distribuição da riqueza. Além disso, o Banco é acusado de falta de agilidade dos projetos educacionais em combater a pobreza de fato. A estratégia das ONGs é manter sempre a pressão sobre outros organismos internacionais para torná-los mais democráticos, aceitando a sua participação nos programas e na análise dos seus resultados, a fim de saberem até que ponto eles são mesmo eficientes. Isto é dito, pois, em muitos casos, a crítica ao Banco Mundial é de que ele “abafa a fumaça, mas não apaga o fogo” (ARRUDA, 1998).



Figura 2.1: Críticas ao Banco Mundial.

A VISÃO RESTRITA DO BANCO MUNDIAL SOBRE OS IMPACTOS NEGATIVOS PARA A EDUCAÇÃO

A avaliação feita por muita gente aos projetos educacionais do Banco Mundial está de acordo com o que apresentamos antes, porque, ao ver de muitos, as medidas propostas não modificam a situação social em favor da maioria dos pobres que existem por aí, como no Brasil. Há um grande questionamento sobre o que significa “qualidade” da Educação, pois esta não pode ser confundida apenas com melhores instalações escolares ou maior quantidade e distribuição de material didático, sem falar na mera proliferação de programas de capacitação de professores(as) e pessoal administrativo. As condições de trabalho e remuneração desses profissionais são relegadas ao segundo ou terceiro plano no caso da maior parte dos projetos implementados.

Outras críticas importantes falam que:

- a) a prioridade em Educação Básica não leva em conta o ensino de jovens e adultos trabalhadores;
- b) não existe relação de continuidade entre os projetos educacionais e a política econômica, o que afeta as suas possibilidades de sucesso;
- c) estabelecer para a administração estatal os mesmos critérios para a empresa privada é um grande equívoco.

Daí a escola pública não poder ser avaliada e administrada com as exigências de eficácia, produtividade e relação custo/benefício como é feito pela iniciativa privada. É claro que o serviço público pode melhorar a sua qualidade para atender aos cidadãos, mas isso não significa impor a ela os padrões do mercado empresarial. Nesse sentido, as propostas do Banco Mundial para a política educacional são vistas com desconfiança, porque elas querem reduzir a qualidade do ensino aos indicadores das estatísticas de quantidade (número de estudantes, de livros, de docentes etc.) e enquadrá-los na lógica da produção econômica de investimento e retorno financeiro.

Aqui existe uma polêmica séria entre quem elabora e implementa os projetos, pois, na maioria dos casos, são os economistas e técnicos que, bem-intencionados ou não, fazem o planejamento. Porém, muitos deles desconhecem os aspectos pedagógicos ligados ao funcionamento do ensino.

O direito à Educação de qualidade é uma das questões mais fundamentais que envolvem a luta por uma escola pública dentro de uma sociedade democrática. Sem isso, o exercício da cidadania continuará sendo apenas uma mera expressão retórica.

Por isso é que muitos reclamam da falta de conhecimento da realidade das escolas municipais e estaduais, dos seus estudantes, docentes e da estrutura administrativa que os controla. Por exemplo, o excesso de alunos(as) em sala de aula, as dificuldades práticas de implantar cursos de capacitação, a troca do almoço pela merenda escolar e a aprovação automática nas primeiras séries.

O resultado das críticas aponta para a conclusão de que a visão de Educação do Banco Mundial é restrita, porque não leva em conta alguns componentes que são considerados fundamentais, como a adequação metodológica do material didático, as condições de trabalho, a centralização administrativa e a situação local/regional. Não podemos esquecer também que o processo de ensino-aprendizagem não pode ser medido totalmente a curto/médio prazo. Desse modo, um projeto de política educacional coerente deve envolver outros setores (como o econômico, o político e o cultural) e seus desdobramentos nos serviços de transporte, saúde, lazer, ação comunitária, assistência familiar, emprego, renda etc. Dentro dessa realidade, o exercício da cidadania fica prejudicado.

Lembre-se de que, para Paulo Freire, a **EDUCAÇÃO BANCÁRIA** transforma os indivíduos em meros bancos de dados, apenas repetindo o saber transmitido, sem despertar a sua consciência crítica para a realidade na qual está inserido (FREIRE, 1983).

A visão restrita do Banco Mundial reduz a Educação à atividade escolar, à mera transmissão/assimilação de informações, ao imediatismo dos resultados e ao uso dos equipamentos. Ou seja, ela reforça os princípios e práticas da **EDUCAÇÃO BANCÁRIA**. Tudo isso é desprezado pelos projetos, indicando uma política feita a partir do zero, como se nada do que houvesse antes pudesse ser aproveitado. Os projetos educacionais acabam servindo como estratégia de propaganda e publicidade para políticos e empresários, mas não contribuem de fato para melhorar a realidade da educação pública, que deveria ser de qualidade para todos.

No discurso dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, a participação da comunidade é valorizada. Porém, esse aspecto também pode ser contestado porque o envolvimento dos pais nem sempre é realizado de acordo com o desejável. Além disso, a presença de membros do setor político e empresarial de cada localidade facilita o **CLIENTELISMO** e a desigualdade de condições e recursos das escolas, pois o interesse de prestar colaboração não é o mesmo para todos os estabelecimentos escolares. Tal fato leva a haver escolas públicas que possuem condições materiais melhores do que outras da mesma localidade, estimulando a rivalidade e a concorrência perniciosa entre elas, ao contrário de manter uma situação equivalente para toda a rede de ensino, já que todas pertencem ao patrimônio público.

CLIENTELISMO

Se refere à troca de favores entre os políticos e uma pessoa ou grupo. É uma forma bem típica da política brasileira. Ver Faoro (1975).

Enfim, os projetos educacionais não possuem uma continuidade satisfatória, capaz de ver o seu desenvolvimento a médio e longo prazos. As diversas mudanças de governos dificultam a sua continuidade. Mesmo quando alguns deles apresentam resultados aceitáveis em um determinado período, ao fim do financiamento tudo volta ao estado “normal” de precariedade, sem criar uma base de sustentação das melhorias alcançadas com a situação anterior.

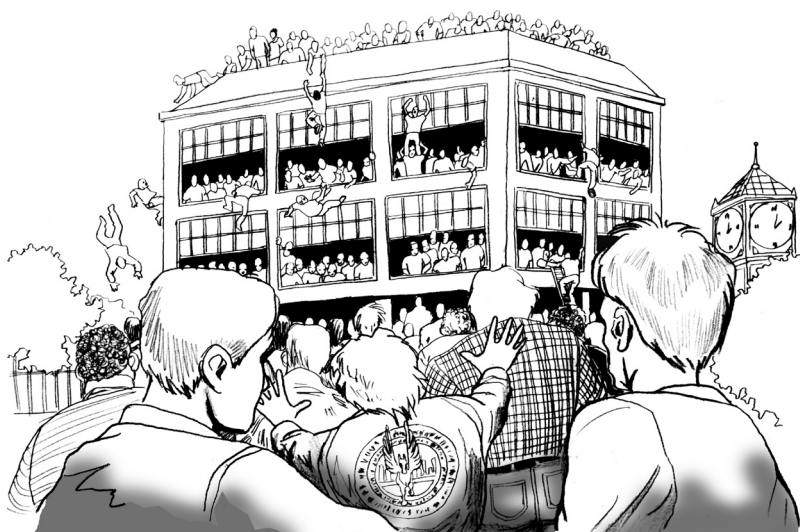


Figura 2.2: A superlotação das escolas como resultado das exigências do Banco Mundial.

De todo modo, a realidade poderia mudar se houvesse maiores condições de envolvimento da sociedade através de ONGs e movimentos sociais, cobrando dos organismos internacionais uma posição mais aberta à perspectiva da população dos países subdesenvolvidos e elaborando propostas mais adequadas à sua situação, com formas mais conseqüentes de diminuir a exclusão social e a pobreza. Para reverter a situação atual, devem ser considerados, ainda, os programas que o poder público possa promover através de intercâmbios de **COOPERAÇÃO** internacional com outros governos. Talvez, assim, o trem possa seguir o seu caminho fazendo a melhor viagem possível para a maioria da população.

COOPERAÇÃO

É um termo das relações políticas que se refere a manter acordos, tratados e regimes onde os países se decidem, em pé de igualdade, a buscar objetivos comuns e ajuda mútua nas diversas áreas de atuação.

Em resumo, poderemos, então, assinalar os seguintes pontos aqui enfatizados:

- Os organismos internacionais são criticados por interferirem nos países subdesenvolvidos em nome dos interesses dos países desenvolvidos. Dentre eles, o mais atuante na área de políticas públicas, como a Educação, é o Banco Mundial.
- Há críticas feitas pelas ONGs, movimentos sociais e profissionais da área educacional de três tipos: filosóficas, sociológicas e políticas.
- A visão de Educação assumida pelo Banco Mundial é tida como muito restrita aos aspectos técnicos, financeiros e materiais, deixando de lado outros tantos, que envolvem uma pedagogia voltada para a formação integral dos indivíduos.
- A escola pública não pode ser confundida com uma empresa, e, desse modo, ser avaliada de acordo com critérios puramente econômicos.
- O envolvimento da sociedade nessas questões ainda é aquém do desejável para que a situação mude adequadamente. A sua capacidade de mobilização e organização precisa ser estimulada, a fim de que o exercício da cidadania seja efetivo.

EXERCÍCIOS

1. Consulte os *sites* www.ipea.br e www.mec.gov.br e veja a realidade social e a educacional em gráficos e estatísticas que montam um quadro da situação brasileira.
2. Comente a pertinência das críticas feitas ao Banco Mundial com base nos objetivos dos seus projetos educacionais.
3. Procure informações sobre alguma ONG que atue na área da Educação em sua localidade e compare seus objetivos com as críticas apresentadas neste texto.
4. Busque saber se há/houve algum projeto financiado pelo Banco Mundial ou outro organismo internacional em sua localidade e comente as conseqüências para a realidade das escolas envolvidas.

História do Banco Mundial

AULA

3

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Contextualizar o surgimento do Banco Mundial.
- Identificar os principais países constituintes do Banco Mundial e a soberania dos EUA sobre ele.
- Analisar a importância do Banco Mundial no contexto do mundo atual, principalmente em relação ao Brasil.
- Definir seus principais eixos de atuação.
- Analisar a ambigüidade da atuação do Banco Mundial em relação aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.



HISTÓRIA DO BANCO MUNDIAL

Vamos continuar nossa viagem de trem. Partimos para outra estação; portanto, deixamos a estação dos “Organismos Internacionais e a Educação: a função do Banco Mundial”, logo em seguida passamos pela estação intitulada “Uma avaliação crítica dos projetos do Banco Mundial” e enveredamos por um atalho que nos vai mostrar melhor quem é esse Banco. Assim, estamos nos dirigindo para a plataforma e prestes a descer na estação “História do Banco Mundial”.

DEFININDO QUEM É O BANCO MUNDIAL

CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS

Criou o Banco Mundial e o FMI. Foram 44 países que se reuniram em Bretton Woods, sob a forte hegemonia norte-americana, para discutir os rumos do pós-guerra. Nessa conferência, buscaram criar instituições capazes de conferir maior estabilidade à economia mundial, de forma a impulsionar o crescimento e a evitar a emergência de novas crises internacionais.

O Banco Mundial nasceu no pós-guerra e é um organismo de financiamento multilateral. Esse Banco não é como qualquer outro, pois nele você não pode depositar ou retirar dinheiro, ou abrir uma conta corrente. É uma organização internacional para o desenvolvimento. Foi concebido na **CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS**, em julho de 1944.

Em 1946, foi realizada a reunião inaugural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), na Geórgia (EUA). Foram aprovados os estatutos do FMI e o regulamento do Banco. Para um determinado país ingressar como membro do Banco, tem que aderir primeiro ao Fundo Monetário Internacional.

Teoricamente, o FMI foi criado para ajudar a traçar os rumos da economia do planeta. Tanto o Banco Mundial quanto o FMI dariam base para uma nova economia com desenvolvimento mundial e prosperidade. Ambos são resultado da preocupação dos países centrais com o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós-guerra.

O **FMI** seria, então, o principal agente de cooperação internacional para resolver crises monetárias. Esse Fundo faria concessões de empréstimos a curto prazo a países com dificuldades. A sua atuação foi discreta até 1960. Já o Banco Mundial financiaria diretamente os países arrasados pela Segunda Guerra Mundial. Porém, da época de sua criação até hoje, a organização do Banco Mundial mudou muito, como veremos mais adiante.

Inicialmente, o interesse dos países centrais se concentrava no FMI, enquanto o Banco Mundial tinha um papel secundário, voltado para a ajuda à reconstrução das economias destruídas pela Segunda Guerra Mundial e para a concessão de empréstimos de longo prazo para o setor privado.

FMI

Teve uma atuação quase discreta até 1960. A partir da década de 70, devido à crise do petróleo, assume de vez o papel de formulador de políticas econômicas.

Diversas transformações mundiais alteraram o papel do Banco Mundial, como podemos ler no trecho abaixo:

Ou seja, a bipolaridade passou a influenciar e a conformar políticas de desenvolvimento no âmbito internacional, e o Banco Mundial se envolveu progressivamente nesse processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes aos países do Sul a partir do início dos anos 50.

Assim, pode-se dizer que foi apenas ao longo dos anos 50 que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos países em desenvolvimento tal como é hoje (SOARES, 2000, p. 18).

O **BANCO MUNDIAL** permanece estrutural e operacionalmente como uma instituição antidemocrática, já que não possibilita a participação popular, evitando o acesso dos cidadãos à informação e a participar de decisões que afetam sua vida e/ou sua comunidade.

A sede do Banco Mundial localiza-se em Washington, nos Estados Unidos. Mas, para que ele foi criado?

O objetivo de sua criação era reconstruir os países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, sobretudo os da Europa. Os países europeus se restabeleceram e os do Sul foram se descolonizando sem superar seus fatores de empobrecimento; logo, o Banco Mundial passou a orientar seus empréstimos para os países do Sul. Atualmente, é o organismo internacional mais atuante na área de políticas públicas, como a Educação.

O Banco Mundial conta com 184 países-membros, inclusive com a participação do Brasil. São cinco, porém, os principais países que definem suas políticas: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Esses países são importantes porque participam com 38,2% dos recursos do Banco. Os EUA detêm em torno de 20% dos recursos gerais; já o Brasil apenas 1,7%.

BANCO MUNDIAL

Caso você queira saber mais sobre o Banco Mundial, consulte o site:

www.banco-mundial.org.br

Nesse site, inclusive, você vai poder saber o nome de todos os países que constituem o Banco Mundial etc.

Atualmente, o governador pelo Brasil é o nosso atual ministro da Economia Antonio Palocci.

O Conselho de Diretores do Banco é integrado por 24 membros, que servem aos governadores, os ministros das Finanças. O ministro da Economia do Brasil (atualmente Pedro Malan) é o governador pelo Brasil e Marcos Caramuru de Paiva é o diretor executivo. O presidente do Banco sempre foi um cidadão dos EUA. Recentemente, o presidente Lewis Preston, antes do grupo financeiro Morgan, demitiu-se por doença. O presidente eleito é James Wolfensohn, também banqueiro e presidente do Kennedy Center em Washington (ARRUDA, 2000, p.47).

Como podemos imaginar, quem possui o maior percentual dos recursos, os EUA, assume a liderança do Banco e é em território norte-americano que sempre se situa a sua sede. A primazia americana se dá, também, pelo poder de veto que os EUA possuem.

O Banco Mundial auxilia, na prática, a política externa norte-americana. Os EUA se interessam tanto em vender projetos para outros países quanto em financiar os projetos por eles apresentados. Claro que para isso impõem suas condições.

Aos poucos, o Banco transformou-se no mais importante captador mundial de recursos, movimentando em torno de 20 bilhões de dólares ao ano.

Mas o Banco Mundial e o BIRD são a mesma coisa? Veja bem, o Banco Mundial é composto atualmente por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro outras agências.

Em 1992, o Banco assumiu ainda a administração do GEF (Fundo Monetário para o Meio Ambiente), aprovado pela ECO-92 como principal fundo para gerenciamento do meio ambiente, tornando-se seu principal gestor de recursos no âmbito global.

O Grupo do Banco Mundial é constituído por aquelas cinco instituições estreitamente relacionadas a uma única presidência; são elas: BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento); AID (Associação Internacional de Desenvolvimento); IFC (Corporação Financeira Internacional); AMGI (Agência Multilateral de Garantia de Investimentos) e CIADI (Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento).

Cabe lembrar que o BIRD e a ADI só concedem empréstimos a governos.

ATUAÇÃO E INVESTIMENTOS DO BANCO MUNDIAL

Devido à existência de 1 bilhão de pobres no mundo, o Banco Mundial resolveu tentar investir em questões educacionais a fim de conter a pobreza no mundo; para alguns, seria um “ajuste com a caridade”.

Nos anos 90, o Banco adotou as conclusões da Conferência Internacional de Educação para Todos (foi co-patrocinador). A partir daí elaborou diretrizes políticas para as décadas seguintes e, em 1995, publicou o documento intitulado *Prioridades y estrategias para la Educación*. Esse texto não apresentou nenhuma novidade em relação aos anteriores, pois examinou as opções de política educacional para os países de baixa escolaridade e reafirmou o objetivo de erradicar o analfabetismo até o final do século XX, aumentando a eficiência do ensino e melhorando seu rendimento.

O documento preconiza a mudança no financiamento e administração da educação, iniciando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos. Afirma que a educação básica deve ser financiada com verbas públicas, e que esse financiamento deve dar maior atenção à equidade, ao atendimento às meninas, aos pobres, às minorias lingüísticas e étnicas e a outros grupos desfavorecidos.

O ensino superior deve ser custeado pelas famílias dos interessados; em caso de estas não poderem, propõe o uso do crédito educativo por parte do estudante.

Já com relação à educação profissional, o documento nos diz que ela deve ficar a cargo das empresas/indústrias. O governo não deve desviar verbas para esses fins. Portanto, indica o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo. No próximo capítulo abordaremos mais detalhadamente essas preconizações do Banco Mundial para a América Latina.

O documento do Banco Mundial prioriza a Educação, porém dá a esta uma dimensão econômica, ou seja, vê a educação como um fator decisivo no crescimento econômico e na diminuição da pobreza. Junto a isso, afirma que o desenvolvimento tecnológico e as reformas econômicas geram a necessidade de mudanças na economia. Logo, entende que, devido à velocidade do mundo contemporâneo, a rapidez com que se adquirem novos conhecimentos, enquanto outros se tornam obsoletos, gera a necessidade de formar trabalhadores mais flexíveis, menos especializados, capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, a fim de atender às demandas do mercado.

Em 2000, o Brasil possuía uma população em torno de 153 milhões de habitantes acima de cinco anos e uma taxa de analfabetismo de 16,7%, ou seja, quase 26 milhões de analfabetos.
Fonte: IBGE.

Outra questão que se coloca é:

Por que o Banco Mundial prioriza a educação básica?

O Banco Mundial prioriza a Educação, especialmente a primária e secundária, porque entende que, elevando o nível de escolaridade dos indivíduos, reduzirá a pobreza, aumentará a produtividade do trabalho dos pobres, reduzirá a fecundidade, melhorará a saúde e dotará as pessoas de atitudes de que necessitam para participar plenamente na escola e na sociedade.

O Brasil recebeu seu primeiro empréstimo do Banco Mundial em 1949. Já nos períodos de 1955 a 57 e de 1960 a 64, o Brasil passou sem empréstimos do Banco Mundial; no primeiro período, devido à discordância com o viés nacionalista do governo Vargas, e também com a política econômica adotada e com o forte desequilíbrio na balança de pagamentos. No segundo período, foi decisivo o rompimento do governo de JK com o FMI, agravado pela linha política do governo de João Goulart.

Sugerimos que você tente ver o filme produzido pelo canal GNT denominado *História do Banco Mundial*, no programa *Sem Fronteiras*.

AS CONTRADIÇÕES DO BANCO MUNDIAL

Surgem contradições entre a instituição financeira que o Banco é hoje e a agência de desenvolvimento que deveria ser. A recente ênfase no combate à pobreza pretende aliviar a tensão social, com programas sociais que garantam o suporte político e a funcionalidade econômica necessários ao novo padrão neoliberal.

Com o regime militar brasileiro, o Banco Mundial foi ampliando seus empréstimos para o país. Na década de 70, o Brasil tornou-se o maior credor do BIRD.

Nesse sentido, contribuíram, além dos fatores políticos, o dinamismo da economia brasileira nos anos 70 e o enorme aumento da liquidez internacional, que obrigou uma postura mais agressiva de empréstimos por parte do BIRD (SOARES, 2000, p. 32).

Nos anos 80, o Brasil teve uma relação difícil com o Banco Mundial, cedendo e recuando parcialmente às suas pressões e às do FMI para adotar as políticas de ajuste. A crise da dívida externa fez crescer a atuação do FMI em países como o Brasil. A partir de 1989, caiu muito a participação do Brasil nos empréstimos do BIRD.

Na década de 90, várias intervenções do FMI se sucederam no México, na Ásia e na Rússia. Para socorrer os países em crise, o Fundo Monetário Internacional fez imposições e exigências: diminuição da presença do Estado, privatizações, combate ao déficit público. O resultado disso tudo foi insatisfatório, houve denúncias de verbas desviadas e pressões por reformas no FMI etc. Nem de longe tais ajustes garantiram a esperada prosperidade universal.

Concluindo, podemos perceber que o Banco Mundial influencia enormemente nos rumos do desenvolvimento das nações.

Sua importância hoje deve-se não apenas ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural (id, p. 15).

Após 50 anos de operação e empréstimos de mais de 250 bilhões de dólares, a avaliação sobre a atuação do Banco Mundial é extremamente negativa. Acabou financiando um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente que aumentou a pobreza mundial, concentrou a renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente.

As políticas recessivas do FMI e os programas de liberalização da economia brasileira, estimuladas pelo Banco Mundial, conduziram o Brasil, na década de 90, a um agravamento da miséria e da exclusão social sem igual no século XX. Uma parte significativa da população brasileira está vivendo abaixo da linha da pobreza.

RESUMO

Nesta aula, vimos o que é o Banco Mundial e de que forma ele implantou sua política econômica no mundo do pós-guerra. Pudemos perceber, também, qual a diferença entre o Banco Mundial, o BIRD e o FMI. Contextualizamos o nascimento do Banco Mundial e suas principais estratégias de atuação. No momento, sabemos que prioriza os investimentos na Educação Básica em nosso país. Entendemos, também, de que forma o Banco Mundial funciona como um instrumento de consolidação da soberania norte-americana no mundo. Analisamos as contradições entre a atuação do Banco Mundial e o aumento da exclusão e pobreza no mundo, relacionando, portanto, estratégias de atuação do Banco e implantação da política neoliberal no nosso planeta.

EXERCÍCIOS

1. Estabeleça a diferença entre o Banco Mundial, o BIRD e o Fundo Monetário Internacional.
2. Contextualize o surgimento do Banco Mundial e do FMI.
3. Relacione a soberania norte-americana e a atuação do Banco Mundial dirigida aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.
4. Identifique e analise as principais contradições de investimentos e atuação do Banco Mundial.
5. Explique por que o Banco Mundial prioriza a Educação Básica.

AUTO-AVALIAÇÃO

O mais importante desta aula é que você tenha entendido a história do surgimento do Banco Mundial no pós-guerra e sua atuação como instrumento de dominação norte-americana no mundo. É fundamental que você tenha percebido como as estratégias de atuação do Banco funcionam como consolidação da ordem capitalista mundial. Após 50 anos de existência do Banco Mundial, nós nos deparamos com uma avaliação extremamente negativa sobre sua atuação, porque ele acabou financiando um desenvolvimento econômico extremamente desigual, que aumentou a miséria e a exclusão social mundialmente. Caso você tenha conseguido entender essas questões, você está apto para prosseguir viagem. Excelente! Se você encontrou dificuldades, precisa reler o texto com mais calma antes de prosseguir para a próxima estação, que versará sobre os efeitos da atuação do Banco Mundial no Brasil e, particularmente, no contexto escolar.

O Banco Mundial e o contexto escolar brasileiro

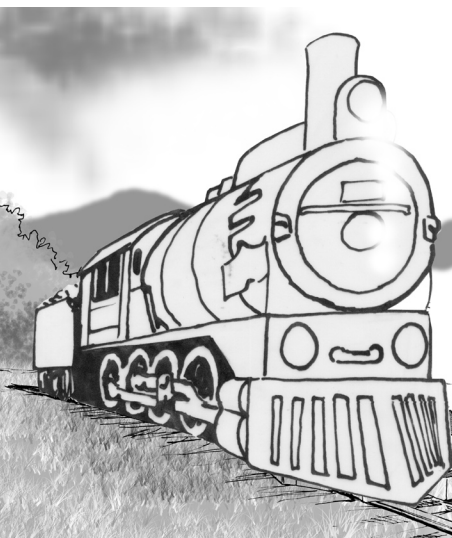
AULA

4

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar as principais prescrições do Banco Mundial na área da Educação para a América Latina e, especialmente, para o Brasil.
- Analisar os efeitos de tais prescrições no contexto escolar brasileiro no nível macro e micro, ou seja, no nível geral e particular.
- Relacionar as contradições das políticas educacionais implementadas pelo Banco Mundial e suas correlações com as políticas neoliberais do FMI.
- Relacionar as propostas educacionais do Banco Mundial a importantes resoluções e determinações da política educacional governamental brasileira.



O BANCO MUNDIAL E O CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia.”

(*Apesar de Você*, Chico Buarque)

Continuando nossa viagem, vamos em frente, seguindo pelos trilhos do Banco Mundial e parando nesta estação que trata dos efeitos da política do Banco Mundial no contexto escolar latino-americano e, no caso, particularmente no brasileiro. Perceba a importância de identificarmos os efeitos de uma política educacional no microcosmo social da escola e até da sala de aula. Melhor explicando, como podemos perceber e analisar as influências das diretrizes do Banco Mundial em nosso cotidiano escolar, quer como alunos, quer como professores. Como podemos identificar as contradições das políticas educacionais do Banco Mundial para reduzir a pobreza mundial e a política neoliberal do FMI, geradora da maior exclusão social no mundo todo. Portanto, respire fundo e vamos seguir nossa viagem!

Todos, em geral, têm acesso à escola primária, mas as qualidades dessas escolas são muito diferentes, embora haja uma aparência de um mesmo certificado nacional de aprovação.

Cabe lembrar, aqui, a ausência da citação das disciplinas de História e Geografia pelo Banco Mundial, disciplinas essas que caminhariam, ainda mais do que as outras, numa linha de formação de um cidadão crítico e participativo, tendo em vista a própria natureza de conteúdo dessas áreas de conhecimento.

Quais são as principais prescrições do Banco Mundial na área educacional para a América Latina e, particularmente, para o Brasil? Como percebemos esses efeitos nas determinações da política educacional brasileira e em nosso cotidiano escolar?

A análise que faremos a seguir se baseia no *Documento sobre as Principais Prescrições do Banco Mundial para a América Latina* de maio de 1995 – versão preliminar, que está citado em nossa bibliografia e já foi abordado por nós resumidamente no capítulo anterior.

Primeiramente, já sabemos que o Banco Mundial dá alta prioridade à educação básica.

Dentro desse contexto, o documento prioriza, especialmente, as disciplinas de linguagem, Matemática, Ciências e habilidades em comunicação, que são destacadas como importantes.

O documento afirma que deve haver um investimento prioritário na escola primária associado não somente à eficiência econômica externa do setor educativo, mas, também, ao objetivo de aliviar a pobreza no mundo. Mesmo nos países onde o acesso ao sistema escolar é de 95%, sustenta-se essa prioridade na escola primária.

Também já comentamos nos capítulos anteriores a importância central da dimensão econômica da Educação para o Banco Mundial, que é vista como eficaz para o crescimento econômico e redução da pobreza. A análise econômica transformou-se na metodologia principal para a definição das políticas educativas.

Essa linha de pensamento de ver a Educação pela dimensão econômica já existia desde os anos 70, quando aparecia em parte como uma correta chamada de atenção, dirigida àqueles que se concentravam na análise das determinantes socioeconômicas externas, para que considerassem e agissem sobre o que acontecia na sala de aula. Naquela época já estavam elaboradas praticamente todas as receitas que hoje podem ser vistas como resposta específica à crise do sistema educacional, o que nos mostra o predomínio de uma rígida teoria sobre uma realidade mutável e diferenciada.

Essas propostas foram elaboradas seguindo o **MODELO MICROECONÔMICO NEOCLÁSSICO**. Esse modelo assemelha a escola à empresa e vê os fatores do processo educativo como insumos.

Um terceiro ponto assinalado no documento nos fala sobre a educação profissional e o treinamento em serviço, que devem ser deixados em mãos da iniciativa privada – a educação profissional deveria ter redução dos cursos e dos custos unitários de financiamento. A maioria das empresas ministraria suas próprias capacitações. Sobre isso percebemos, no Brasil, uma redução das verbas direcionadas para as escolas técnicas e raras são as criações de novas escolas profissionalizantes.

De imediato, o Banco quer descentralizar os sistemas de educação, com o objetivo de desenvolver as capacidades básicas de aprendizagem no ensino primário e no nível secundário inferior, porque ele sabe que isso contribui para satisfazer a demanda por *trabalhadores flexíveis que possam facilmente adquirir novas habilidades* (Idem: xi – Documento do Banco Mundial).

O país deve redistribuir recursos públicos do Ensino Superior para a Educação Básica. O Banco sabe que o principal recurso dos pobres é sua capacidade de trabalho, que aumenta com a Educação.

O quarto ponto de nossa análise diz respeito ao Ensino Superior. O Banco Mundial preconiza a sua privatização, pois entende que o dinheiro público deve ser investido na Educação Básica.

Há diversas críticas a essas análises econômicas, como por exemplo: as novas políticas sociais e as de educação, em particular, não são economicamente sustentáveis e conduzem a novas crises fiscais, além de serem ineficientes perante os próprios critérios neoclássicos.

TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA

Pode ser considerada parte da ideologia neoliberal e neoconservadora dominante. Em outras palavras, esse modelo econômico proposto pelo Banco Mundial está extremamente vinculado à política neoliberal preconizada pelo FMI, ou seja, diminuição dos gastos sociais do Estado (menos verbas para Educação e Saúde, por exemplo), privatizações de empresas etc.

SAEB

Avaliação em larga escala, aplicada a cada dois anos em amostras de alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Com a realização do SAEB, o MEC, através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), pretende contribuir para a universalização do acesso à escola, para a melhoria da qualidade, da equidade e da eficiência da Educação brasileira, fornecendo subsídios concretos aos gestores dos sistemas de ensino para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas de Educação no país.

ENEM

Foi implantado em 1998 e destina-se aos alunos que estão concluindo ou que já terminaram o Ensino Médio. Tem por objetivo avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica. É um exame interdisciplinar e contextualizado. A prova avalia cinco competências: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas de intervenção na realidade.

Também como sintoma dessa determinação, nos deparamos com a triste realidade da crescente diminuição de verbas nas universidades públicas brasileiras (acentuadamente na última década) e a sua constante “grita” pela necessidade de maiores verbas para seu melhor funcionamento. O BM recomenda minimizar a gratuidade recuperando os custos sempre que possível, cobrando pela educação de quem a recebe (por exemplo: empréstimos aos estudantes em vez de bolsas de estudo, taxas, contribuição de recursos por parte da comunidade beneficiada etc). Caso, por razões políticas, não seja possível cobrar taxas, será admitido que outras fontes de renda “genuínas” compensem a “artificialidade” dos preços subsidiados, como a venda de serviços das universidades às empresas privadas.

Outro ponto enfocado no documento é a necessidade de se estabelecer padrões de rendimento e dar mais atenção aos resultados da Educação. Deve haver uma maior concentração naquelas matérias que fornecem habilidades consideradas básicas para o aprendizado futuro e, talvez, para as necessidades do desenvolvimento nacional: línguas, Ciências (associadas à resolução de problemas), Matemática. Poderíamos trazer isto para nossa realidade quando nos deparamos com escolas que substituem aulas de Música por aulas de Informática, ou ampliam a carga horária desta em detrimento da primeira. Haveria outros exemplos, como o que já foi citado, no início do texto, sobre as disciplinas de História e Geografia.

O Banco entende que os estabelecimentos de ensino devem ser avaliados pelos resultados do aprendizado dos alunos e por sua eficiência em termos de custo por diplomado. Daí, na década de 1990 (e até hoje em dia), o governo brasileiro ter dedicado prioridade a intervenções de natureza avaliativa, como é o caso da implantação do Censo Escolar, do **SAEB** (Sistema de Avaliação da Educação Básica), do **ENEM** (Exame Nacional do Ensino Médio) e do Exame Nacional de Cursos (**Provão**).

PROVÃO

Avaliação realizada pelos formandos dos cursos de graduação da Educação Superior. O objetivo é traçar um diagnóstico dos cursos e servir de instrumento para a melhoria do ensino oferecido. Em 2002, foram avaliadas 24 áreas, abrangendo cerca de 90% de todos os concluintes de Educação Superior no país. Estão sendo anunciadas, pelo governo Lula, mudanças no Provão; vamos aguardar tais resoluções.

Por outro lado, o Banco também preconiza menos burocracia estatal, maior flexibilidade e maior participação familiar. Vimos nascer nos anos 90, no Brasil, projetos como os Amigos da Escola, que incentivam a participação efetiva da comunidade. Ele é altamente questionável por diversos setores do professorado, principalmente pela invasão de mercado de trabalho e desrespeito à especificidade e competência inerente à atuação do professor.

Os pais são os que melhor podem determinar quais são os conhecimentos e habilidades que desejam que a escola dê a seus filhos, segundo o Banco Mundial.

Outro item importante recomendado pelo Banco é a maior autonomia que deve ser dada às escolas. Desde os anos 90, no campo da gestão, o governo brasileiro vem promovendo *a Municipalização, o Programa de Atualização, Capacitação e Desenvolvimento de Servidores do MEC, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, além de estimular a autonomia nas escolas(...)* (SHIROMA, 2000, p. 88-9).

O pessoal da escola decide, também, a seleção de **INSUMOS** mais adequados às condições locais.

Além disso, preconiza-se um tempo maior de dedicação dos professores ao ensino. Porém, não se vê como prioridade nas recomendações do Banco Mundial o aumento salarial dos professores. O Banco entende que é preciso capacitar o corpo docente, mas por programas paliativos em serviço, se possível a distância.

Por outro lado, para a diminuição dos custos e melhoria do Ensino Fundamental, o Banco Mundial prescreve:

- o aumento de custos e melhoria da aprendizagem através do aumento do coeficiente professor/aluno; notamos que no Brasil há uma tendência crescente ao aumento do número de alunos nas salas de aula;

INSUMO

Segundo o Dicionário Aurélio, insumo é *Combinação dos fatores de produção (matérias-primas, horas trabalhadas, energia consumida, taxa de amortização etc.) que entram na produção de determinada qualidade de bens ou serviço*. Logo, na Educação, insumos dizem respeito à motivação e à capacidade para aprender dos alunos, ao conteúdo a ser aprendido, ao professor, ao tempo de aprendizagem, aos livros didáticos etc.

PNLD

Iniciativa do Ministério da Educação que, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, busca suprir as escolas públicas de Ensino Fundamental, devidamente cadastradas no censo escolar, com livros didáticos gratuitos e de qualidade, para as disciplinas de Língua Portuguesa/Alfabetização, Matemática, Ciências, Estudos Sociais/História e Geografia.

– a alocação dos recursos em outros insumos que melhorem o rendimento: livros didáticos e formação em serviço dos professores; sobre isso, podemos lembrar que o governo Fernando Henrique criou o **PNLD**, ou seja, o Programa Nacional do Livro Didático;

– a utilização do ensino multisseriado, método eficaz e de custo menor em áreas rurais;

– a implantação da promoção automática, para resolver a repetência e evasão escolar, como uma forma simples de eliminar o problema. Segundo o próprio documento, entende-se que a melhoria do acesso e da qualidade são soluções mais adequadas para resolver essa questão;

– a melhora do nível da leitura, com a oferta de material suplementar;

– o uso de computadores e de sistemas de instrução para melhorar rendimento e atitudes dos alunos;

– o uso do rádio e da TV, que permite ao professor chegar além dos limites tradicionais da sala de aula e das escolas;

– o aumento dos projetos de financiamento dos livros didáticos pelo Banco Mundial;

– a implantação de mais programas pré-escolares; defende a introdução de programas integrados de saúde, nutrição e estímulo cognitivo às crianças desfavorecidas;

– a administração massiva, através da escola, de medicamentos para vermes e de suplemento vitamínico, como sendo, talvez, os métodos mais eficazes para melhorar a capacidade da criança para aprender, segundo o documento;

– uma maior atenção aos rendimentos, aos resultados;

– a utilização dos resultados para estabelecer e vigiar as prioridades públicas;

– o estabelecimento de normas para monitoramento do desempenho – exames públicos;

– o fortalecimento de instituições responsáveis pelos sistemas nacionais de avaliações públicas.

Vários dos itens apontados antes já foram analisados no início deste capítulo.

QUAIS SÃO ENTÃO AS REFORMAS FUNDAMENTAIS RECOMENDADAS PELO BANCO MUNDIAL?

Após as determinações expostas, o BM prevê seis reformas fundamentais, que são quase uma repetição do que já foi dito:

1. Priorizar a educação.
2. Dar mais atenção ao rendimento, aos resultados – enfatizar conhecimentos e atitudes; fortalecer os sistemas nacionais de exames e avaliações públicas.
3. Concentrar mais e de modo mais eficiente os recursos públicos na Educação Básica, bem como recorrer ao financiamento familiar no Ensino Superior.
4. Dar mais atenção à equidade, à Educação Básica, para que todos tenham as aptidões necessárias para desempenhar-se eficazmente na sociedade (incentivar a educação bilíngüe, aumentar a matrícula das meninas, dos pobres, das minorias étnicas, dos nômades, dos refugiados, dos meninos de rua etc.).
5. Intensificar a participação das unidades familiares no sistema educativo.
6. Conceder mais autonomia às instituições, a fim de permitir uma combinação flexível dos insumos educacionais – o uso eficaz dos mesmos é resultado da autonomia das instituições.

Como a verba é distribuída para a Educação?

O Banco Mundial reconhece que as políticas devem ser diferentes para cada país, de acordo com o desenvolvimento educacional e econômico e com o seu contexto histórico. Mas o Banco deteria um saber sobre o que todos os governos devem fazer, como um pacote pronto, com ações associadas à reforma educativa universal.

Como mecanismos de financiamento público para aumentar a autonomia das escolas, o documento preconiza:

1. A utilização de impostos fiscais locais em lugar de impostos centrais e a participação das comunidades na Educação.
2. A utilização de doações.
3. A cobrança de taxas escolares nos níveis superiores da Educação.
4. O estímulo à diversificação das fontes de rendimento.
5. A utilização de certificados.
6. O financiamento educacional “ao portador” e créditos educacionais.
7. Financiamento com base no produto e na qualidade – limitados à Educação Superior. Financiam-se as instituições segundo o número de graduados que produzem, e não segundo o número de estudantes que se matriculam.

CONCLUINDO... Se o Banco já sabe o que vai nos aconselhar, o que resta de autonomia aos governos ou aos diretores de escola para escolher os “insumos educativos”?

O Banco Mundial vem impondo políticas homogêneas para a Educação em todo o mundo. Por outro lado, há vozes dissonantes, precisamos romper com os chavões que atribuem a um supostamente Banco Mundial a responsabilidade exclusiva pelas políticas nacionais de Educação.

Não dispomos ainda de um conhecimento sistemático sobre como se concretiza nos diversos países a relação entre o Banco Mundial (seus pesquisadores em Washington, seus agentes e negociadores locais, seus consultores, seus vários departamentos e objetivos etc.), as diferentes instâncias de governo e os diversos setores da sociedade civil (os sindicatos de professores, as associações corporativas em geral, as ONGs etc.) (CORAGGIO, 2000, p. 76).

Cabe lembrar que não há um monolítico Banco Mundial. Em outras palavras, ele não age de forma única. Claro que existe margem de liberdade para essa negociação. Para isso, os governos precisam ter projetos e conhecimentos, não devendo, portanto, estar apenas interessados no ingresso de dólares novos para pagar a dívida ou obter o aval do Banco e do FMI para aceder ao mercado de capitais; também não devem estar somente preocupados em buscar saídas para o sistema educacional em crise.

Não defendemos rejeitar as propostas do Banco, que podem conter idéias boas, mas promover um exame crítico que não parece ter sido feito por seus proponentes, nem por suas contrapartes nacionais. Estamos afirmando que os erros devem ser identificados, isto é, que podem e devem ser expostos.

O problema da melhoria da qualidade do ensino é, também, um problema de vontade política. Logo, a mobilização da sociedade civil é fundamental para pressionar essa vontade.

Para a melhoria da qualidade do ensino consideramos, como ponto básico, a questão dos planos de carreira e dos salários dos professores, que não é mencionada pelos projetos implementados com financiamentos do Banco.

Estudos da Unesco utilizando as mesmas categorias do Banco Mundial para medir a qualidade mostram que os países que têm desenvolvido programas de ajuste não melhoram a qualidade da Educação.

Por isso, para alguns estudiosos a melhor solução seria limitar ou suspender os créditos internacionais às políticas sociais; embora possa parecer radical, parece ser essa a única saída segundo eles.

Efetivamente, a discussão sobre as propostas de política social do Banco se complica, e não pode se limitar a um intercâmbio científico-técnico, porque o Banco Mundial está empenhado – conjuntamente com o FMI – no “saneamento fiscal” e na redução de funções do Estado (o que explica em parte sua resistência em conceder aumentos salariais aos professores), ao mesmo tempo em que afirma que seu objetivo principal é reduzir a pobreza no mundo, ou seja, instaurar a grande política compensatória no âmbito mundial (o que também explica em parte suas propostas de focalização dos gastos). Como vemos, isso torna difícil distinguir em que medida as propostas estão orientadas por esses outros objetivos ou pela análise técnica das políticas mais eficientes para o setor educacional (id., p. 108).

RESUMO

Nesta aula, vimos o que o Banco Mundial preconiza para a América Latina e para o Brasil no âmbito das políticas educacionais. Estudamos, também, como podemos relacionar tais recomendações com a reforma educacional brasileira que vem ocorrendo desde os anos 90, como por exemplo: a criação do SAEB, ENEM, Provão etc. Além disso, pudemos analisar os seis pontos básicos preconizados pelo documento do BM a fim de que se façam reformas fundamentais para melhorar a qualidade da Educação. Também, analisamos os mecanismos de financiamento propostos pelo Banco Mundial para aumentar a autonomia da escola. Relacionamos as ambigüidades das políticas educacionais desse Banco: por um lado, seu interesse em melhorar a qualidade do ensino e reduzir a pobreza no mundo; por outro lado, suas correlações com as políticas neoliberais e a atuação do FMI, que investe nas reduções das funções do Estado e acaba gerando o aumento da exclusão social no mundo.

EXERCÍCIOS

1. Identifique e analise três importantes prescrições do documento do Banco Mundial para a América Latina, especialmente para o Brasil, em relação à Educação.
2. Explique por que o Banco Mundial entende que investindo em Educação reduzirá a pobreza no mundo.
3. Analise os seis pontos recomendados pelo Banco Mundial para que os países latino-americanos façam reformas fundamentais no sistema educacional, a fim de resolverem os problemas de acesso à educação e de qualidade do ensino.
4. Identifique alguns dos mecanismos de financiamento propostos pelo Banco Mundial para a Educação, especialmente para o Ensino Superior.
5. Explique a contradição básica nas políticas educacionais preconizadas pelo Banco Mundial e sua relação estreita com a política econômica ditada pelo FMI aos países credores.

AUTO-AVALIAÇÃO

O mais importante desta aula é que você tenha entendido a correlação estreita entre as prescrições no âmbito educacional do Banco Mundial para a América Latina, especialmente para o Brasil, e as mudanças educacionais pelas quais nosso país vem passando, principalmente desde os anos 90. Podemos e devemos identificar, no nosso cotidiano escolar e no contexto escolar brasileiro em geral, os efeitos de tais políticas quando nos deparamos, por exemplo, com a criação do SAEB, do ENEM, do PNLD etc. É muito importante, também, que você tenha percebido a contradição básica nas propostas do Banco Mundial ao querer melhorar a qualidade da educação no mundo para reduzir a pobreza, e estar ligado às políticas e práticas neoliberais e neoconservadoras praticadas pelo FMI e à hegemonia norte-americana atual. Estas últimas acabam por aumentar a desigualdade e a exclusão social mundialmente. Caso você tenha conseguido entender todos esses processos acima, você está de parabéns! Vamos seguir viagem! Caso contrário, retorne ao texto básico, releia mais uma vez e estabeleça as suas correlações; se for preciso volte aos três capítulos anteriores sobre o Banco Mundial e políticas públicas e financiamentos da Educação brasileira. Só assim você pode prosseguir sua viagem. Na próxima estação, você estudará os momentos marcantes da política educacional brasileira.

A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1808-1930)

AULA

5

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Analisar criticamente a política educacional no século XIX e início do século XX.
- Refletir sobre as bases da política educacional que permitiram a consolidação de um sistema nacional de educação no Brasil, no século XX.



A nossa viagem prossegue depois de conhecermos os organismos internacionais e sua política para a educação. Agora nosso trem está caminhando em direção aos momentos mais marcantes da política educacional brasileira. Inicialmente passearemos pelo período que vai de 1808 a 1930, para compreendermos os fatores que possibilitaram a construção dessa política no país. Decidimos iniciar nossa caminhada por 1808, período em que o Brasil torna-se a sede do Vice-Reino de Portugal, e caminharemos até o final da Primeira República, em 1930.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX (1808-1889)



FERNANDO AZEVEDO

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império... Nesse regime de educação doméstica e escolar, próprio para fabricar uma cultura antidemocrática, de privilegiados, a distância social entre os adultos e as crianças, o rigor da autoridade, a ausência de colaboração da mulher, a grande diferença na educação dos dois sexos e o predomínio quase absoluto das atividades puramente intelectuais sobre as de base manual e mecânica mostram em que medida influíu na evolução de nosso tipo educacional a civilização baseada na escravidão.

Fernando Azevedo

Decidimos começar a nossa reflexão sobre a política educacional brasileira analisando os fatores que construíram as bases dessa política, no século XIX. Mas por que escolhemos esse período como marco inicial de nossa reflexão? A escolha desse marco deve-se a razões políticas e econômicas. Até o início do século XIX, mais precisamente até 1808, a organização escolar brasileira esteve estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses. Portugal não tinha interesse em criar uma política que possibilitasse a implantação e expansão de um sistema educacional brasileiro, porque optara por um modelo de colonização que utilizava a mão-de-obra escrava.

Nesse contexto, a instrução, ou melhor, a educação escolarizada estaria direcionada apenas para a camada dirigente, que articulava os interesses metropolitanos e as atividades coloniais.

Em 1549, a **COMPANHIA DE JESUS** vem para o Brasil com a função de catequizar os índios e educar os filhos dos colonos portugueses. Na verdade, os colégios jesuítas serviam à formação da elite colonial e os colonos eram instruídos no nível elementar e médio, enquanto os índios recebiam ensino elementar e a catequese. A educação profissional era adquirida no ambiente de trabalho e a educação feminina restringia-se a boas maneiras e a prendas domésticas. A Companhia de Jesus se tornou a ordem religiosa dominante no Brasil e construiu a única estrutura educacional que possuímos até a segunda metade do século XVIII.

Nessa época, Portugal passava por mudanças significativas; o **MARQUÊS DE POMBAL**, ministro de D. José I, procurava recuperar a economia portuguesa, concentrando o poder real e modernizando a cultura do país. Em 1759, a Companhia de Jesus é expulsa, sob a alegação de que detinha um grande poder econômico e educava para a ordem religiosa e não pensava nos interesses de Portugal. A intenção do Marquês de Pombal era tornar Portugal uma metrópole que efetivasse os preceitos capitalistas, fazendo com que a elite portuguesa fosse formada dentro dos parâmetros da modernidade.

Mas a política implantada pelo Marquês de Pombal, em Portugal, não surtiu efeito no Brasil. Na verdade, com a expulsão dos jesuítas, foi desmantelada a estrutura educacional por eles montada e ficamos praticamente sem educação elementar e média. Além disso, a falta de professores preparados acabou deixando na docência, das poucas escolas brasileiras, professores com formação jesuítica. Os brasileiros das altas camadas continuavam indo para Coimbra ou outros centros europeus para fazer o curso superior, porque Portugal não permitia a criação de universidades no Brasil e não houve mudança no ensino elementar e médio.



D. João VI

Assim o Brasil entra no século XIX sem uma política educacional sistemática e planejada.

Em 1807, porém, as tropas francesas invadiram Portugal e, em 1808, **D. João VI** foge para o Brasil, onde instalou o Vice-Reino de Portugal com a proteção do governo inglês, que obrigou a abertura dos portos brasileiros às demais nações. Essa medida foi importante porque Portugal proibira o Brasil de comercializar diretamente com as outras nações.

A **COMPANHIA DE JESUS** foi a ordem religiosa responsável pela educação e evangelização no Brasil. Ela criou escolas elementares, secundárias, seminários e missões, promovendo a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de sacerdotes e da elite intelectual.

Sugerimos assistir aos filmes *A Missão*, que conta a destruição das missões jesuíticas no Paraguai e o massacre dos indígenas, feito pelos colonizadores ibéricos, e *Anchieta*, de José do Brasil, que conta a vida do padre jesuíta José de Anchieta.



MARQUÊS DE POMBAL

Sugerimos assistir ao filme *Carlota Joaquina*, que narra com bastante humor a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil em 1808.

Inicia, assim, a decadência do regime colonial. Essa nova realidade política levou o país a uma reorganização administrativa e política, promovendo o desenvolvimento da vida urbana de Vila Rica, Salvador, Recife e do Rio de Janeiro.

Houve, então, uma significativa mudança cultural com a criação: da Imprensa Régia (13/05/1808), da Biblioteca Pública (1810), do Jardim Botânico (1810), do Museu Nacional (1818), dos jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) e *A idade de ouro no Brasil* (1811), da Bahia, além de outros periódicos. Com a abertura dos portos no Brasil, intensificou-se a relação com outros países, principalmente com a França. Em 1816, chegou ao Brasil a missão de artistas franceses composta de: escultor, arquiteto, pintor, gravador, curtidor de pele etc.

Mas, pergunta-se, como ficou a educação nessa nova conjuntura política? Em 1808, foram criados os cursos de cirurgia, na Bahia, e o de cirurgia e anatomia, no Rio de Janeiro, e também a Academia Real de Marinha. Em 1810, fundou-se a Academia Real Militar, que, em 1858, passou a se chamar Escola Central e, em 1874, foi transformada em Escola Politécnica, a qual, no século XX, passou a ser a Escola Nacional de Engenharia. Tais cursos representaram a inauguração do nível superior de ensino no Brasil. Deve-se registrar, no entanto, que alguns deles eram, na verdade, aulas com um nível mais elevado e alguns tinham a finalidade profissionalizante. Esses cursos representaram a ruptura com o ensino jesuítico, embora essa ruptura não tenha mudado substancialmente o ensino. O ensino imperial se dividiu em três segmentos: primário, secundário e superior. O primário era um curso para ensinar a ler e a escrever, enquanto o ensino secundário mantinha as **AULAS RÉGIAS**.

AULAS RÉGIAS

Aulas de disciplinas isoladas.

Sugerimos assistir aos filmes: *Os Inconfidentes*, que trata da Inconfidência Mineira de 1789, e *Independência ou Morte*, que mostra as circunstâncias que levaram D. Pedro I a proclamar a independência do Brasil.

Porém, o Vice-Reinado instalado no Brasil começou a incomodar a metrópole; cresceu o descontentamento porque os portugueses estavam nas mãos dos ingleses, reclamavam a demora do retorno da família real para Portugal, pois os franceses, desde 1809, já não estavam mais em Portugal. Esse descontentamento levou, em 1820, à Revolução Constitucionalista, que fora iniciada na cidade do Porto, em Portugal. Tais acontecimentos apressaram a volta de D. João VI, em 1821, e aceleraram o processo de emancipação política do Brasil, pois uma parte da corte da metrópole propunha fechar os portos brasileiros e fazer o país perder a condição de vice-reino. No Brasil, cresceu o movimento político que exigiu a ruptura com a metrópole, aumentaram as pressões políticas e Dom Pedro I decidiu proclamar a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Feita a independência do Brasil, precisávamos de uma constituição, que foi promulgada em 1824, inspirada na constituição francesa de 1791. Apareceu, então, a idéia de sistema nacional de educação. Foram propostas a graduação das escolas e a distribuição racional por todo o território nacional, mas na constituição a idéia de sistema nacional desapareceu. Na verdade, observou-se apenas a distribuição racional do ensino elementar. A ampliação da rede escolar foi dificultada devido à base escravocrata da sociedade brasileira, em que apenas uma pequena elite estudava. Não se criou um eficiente atendimento escolar, pois a educação escolarizada não era prioridade. O Ato Adicional à Constituição de 1834 descentralizou a educação, deixando-a a cargo das províncias.

Com a proposta de descentralização do ato adicional de 1834, cada província tornou-se responsável pela organização de seus sistemas de ensino primário e secundário. Assim, criou-se uma grande diversidade no incremento da instrução elementar e secundária, porque somente as províncias com recursos financeiros e projetos voltados para a implementação da instrução primária e secundária dariam um passo à frente na efetivação desses graus de ensino. Nas províncias de poucos recursos a instrução elementar e secundária permaneceu como uma quimera.

No século XIX, a organização escolar brasileira apresentava graves deficiências quantitativas e qualitativas. Existiam poucas escolas de primeiras letras, não havia pessoal preparado para o magistério e havia falta de amparo profissional para a carreira docente. Diante dessa realidade abria-se uma discussão em torno da necessidade de criação das Escolas Normais para a formação de professores qualificados. É importante enfatizar que tais escolas, desde o momento de sua institucionalização, têm sido instâncias responsáveis pela divulgação do saber, das normas, das técnicas necessárias à formação dos professores. As primeiras Escolas Normais foram fundadas em: Niterói (1835); Bahia (1836); Ceará (1845) e São Paulo (1846). Nesse período, o Ensino Normal era ministrado em dois anos, no nível secundário.

Com relação ao ensino secundário, permaneciam as aulas avulsas e particulares para meninos, sem a devida fiscalização. Para melhorar a organização do ensino, foram criados os liceus como: Ateneu do Rio Grande do Norte (1825); da Bahia e da Paraíba (1836); Colégio Pedro II (1837), considerado uma escola padrão, que serviria de parâmetro para os outros liceus, como o de Angra dos Reis (1839); o de Campos (1844) e o de Niterói (1847).



Entre 1831 e 1840 (período regencial), apontamos várias insurreições no Brasil: Sabinada, na Bahia; Balaiada, no Maranhão; Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e Cabanagem, no Pará.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

Precisamos também lembrar que, na primeira metade do século XIX, explodiram várias rebeliões regionais, mas essas rebeliões não chegaram a provocar o fracionamento territorial; o Brasil estava atravessando uma crise econômica que encontrou solução principalmente a partir de 1840, com os lucros da lavoura de café. De acordo com **SODRÉ** (1973), a economia baseada no plantio de café apresentou diferenças em relação ao ciclo da lavoura de cana; apesar de conservar o latifúndio e a monocultura, ela possibilitou a urbanização do interior, não se incompatibilizou com as lavouras de subsistência, impulsionou a diversificação de culturas, mesmo que fosse para consumo interno, e incrementou mais a exportação. Assim, estávamos passando de uma sociedade exportadora com base rural-agrícola para uma sociedade urbano-agrícola-comercial (**RIBEIRO**, 1998). Na verdade, essa era uma exigência do capitalismo internacional. As cidades passaram a ser pólos dinâmicos do capitalismo brasileiro, reorganizando o sistema de trabalho urbano, com o aparecimento de novas categorias econômicas e exercendo atração para um contingente populacional de renda alta, de renda média e baixa, de escravos forros etc.

Nesse cenário apareceram algumas mudanças significativas na educação do município da Corte, o Rio de Janeiro. Foi criada, em 1854, a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, que fiscalizava e orientava o ensino público e particular; no mesmo ano, estabeleceram-se normas para o exercício da liberdade de ensino; foi criado um sistema de preparação de professores primários; também em 1854, reformularam-se os estatutos do Colégio de Preparatórios; em 1855, reformularam-se os estatutos da Academia de Belas Artes e da Aula de Comércio da Corte, além de reorganizarem o Conservatório de Música. Mas, nesse processo de realizações, o nível mais beneficiado foi o do ensino superior, e somente no município da Corte, o Rio de Janeiro, percebeu-se alguma melhora nos demais níveis.

Na verdade, constatava-se que a formação superior era superficial, utilizava modelos educacionais importados, que não transformavam substancialmente a realidade educacional brasileira. Tínhamos uma boa oratória e muito pouca atuação na prática. Os cursos superiores eram isolados e com preocupações profissionalizantes. Desvinculavam-se teoria e prática. Os cursos superiores que mereciam destaque eram: o de Direito, de Olinda e São Paulo; o de Medicina, no Rio de Janeiro e Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; os cursos militares no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Fortaleza; o curso de Minas em Ouro Preto;

o de Marinha, no Rio de Janeiro; o ensino artístico, no Rio de Janeiro, e o ensino religioso em seis seminários. Não existiam instituições em que se estudasse sistematicamente a Filosofia ou se fizesse pesquisa científica.

Era fácil constatar que não havia uma política educacional integrada entre o governo central e as províncias. Não foi instituído um plano nacional de fiscalização das escolas primárias e secundárias, não havia um modo de cobrar o aprimoramento de métodos e conteúdos. O ensino primário se restringia a ler, escrever e contar e apenas um décimo da população era atendida. As Escolas Normais trouxeram uma pequena melhora à formação de professores, mas esses cursos enfrentavam problemas no seu currículo e, como alguns eram ministrados no período noturno, havia um número pequeno de aulas práticas.

Quanto ao ensino secundário, ele era predominantemente para alunos do sexo masculino, os métodos aplicados eram os tradicionais e a maioria das escolas era privada. O ensino secundário tinha um currículo que, na verdade, constituía um conjunto de aulas régias e primava pela falta de organicidade. Na verdade, ele estava mais direcionado para preparar os alunos mais abastados para o ingresso no ensino superior, não havendo preocupação em ministrar um currículo que possibilitasse um conhecimento mais denso e profundo. O ensino secundário brasileiro, contudo, não conseguiu conciliar a formação humanista e o preparo para o ingresso no curso superior.

Outro aspecto a assinalar é a falta de verbas para a educação. Isso demonstrava que a monarquia brasileira não estava interessada em disseminar sequer o ensino primário. A exclusão começava logo no início da escolarização, havendo um grande contingente da população brasileira fora da escola. Mas, apesar das dificuldades, muitos legisladores e intelectuais discutiram e propuseram mudanças para a educação brasileira. Em 19 de abril de 1879, foi decretada a Reforma Leôncio de Carvalho, embora alguns de seus princípios precisassem da aprovação do Legislativo. Essa Reforma estabelece normas para o ensino primário, secundário e superior, apresentando princípios como: liberdade de ensino, de frequência e de credo religioso e o fim da proibição da matrícula de escravos nas escolas brasileiras. Propôs a criação de Escolas Normais e também de colégios com orientação **POSITIVISTA**, ou seja, que estimulassem o estudo das ciências.

POSITIVISMO

Doutrina criada por Augusto Comte que considera a ciência o saber mais importante da humanidade; por isso valoriza o princípio da formação científica na educação.

Porém, a maior parte dessas propostas não foi implementada. Ainda no período do Império, foram criadas no município da Corte (Rio de Janeiro): a escola para o ensino de cegos, em 1854; a escola para o ensino de surdos (1856) e escolas femininas de nível secundário. Podemos constatar que a sociedade brasileira, ao longo do século XIX, ainda não tinha como parâmetro a escolarização, tal como a sociedade industrial européia; chegamos às vésperas da proclamação da República (1889) com a maioria dos brasileiros sem escolaridade.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 –1930)

ROMANELLI, OTAÍZA DE OLIVEIRA

História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 45.

A I República teve, assim, um quadro de demanda que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade.

OTAÍZA ROMANELLI

A partir da década de 70 do século XIX, surgiu uma série de conflitos que abalou o Império brasileiro. A Igreja e o exército sofreram mudanças, a Guerra do Paraguai (1865-1870) aumentou a dívida externa do Brasil e, em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que deu liberdade aos filhos de escravos, o que diminuiu a população cativa, criando um impasse entre os fazendeiros. Tal fato se agravou com a abolição da escravatura em 1888. Os fazendeiros alegaram a falta de indenização pelo gasto com mão-de-obra escrava e isso desarticulou o apoio político da oligarquia escravista à monarquia.

Nesse contexto, cresceu o descontentamento, principalmente dos fazendeiros de café, e ganhou força a ideologia liberal de caráter republicano. Além disso, uma parte da intelectualidade brasileira e do exército aderiu às idéias positivistas e por isso lutavam pela: abolição dos privilégios da aristocracia; separação da Igreja do Estado; criação do casamento civil; secularização dos cemitérios; educação feminina e por um currículo escolar que enfatizasse o ensino das ciências. Com base nesse ideário liberal e positivista, foi proclamada a República, em 15 de novembro de 1889.

O governo republicano brasileiro começou com o apoio de uma parcela da classe média, representada pelo exército e alguns intelectuais, e dos fazendeiros, ou seja, de representantes da burguesia agro-exportadora. Na I República, a economia continuou sendo comandada pelos fazendeiros de café e a política refletiu a influência dos “coronéis”; por isso esse período costuma ser conhecido como: “República dos Coronéis”, “República do Café”, “República Oligárquica” e “República Velha”. No governo havia a alternância entre os líderes políticos paulistas e mineiros, representantes do setor agro-exportador do café e os produtores de leite; daí muitos caracterizarem esse período como o governo do café com leite.

A primeira constituição republicana brasileira, de 1891, adotou o sistema federativo de governo e, no campo educacional, a tônica foi o processo de descentralização, que estabeleceu, na verdade, uma dualidade na estrutura educacional brasileira, pois cabia à União a incumbência do ensino superior e secundário e, aos estados, o ensino elementar e profissional. Ainda em 1891, implantou-se a Reforma Benjamin Constant, que criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (1891-1892), e apresentou as seguintes medidas para o sistema educacional: adoção de um currículo enciclopédico, com disciplinas científicas; organização do ensino primário, secundário e normal e a criação do Pedagogium, um centro de aperfeiçoamento do magistério. As medidas que foram propostas por essa Reforma não se efetivaram, devido à extinção do Ministério da Instrução em 1892.

De acordo com Romanelli, essa política educacional gerou o seguinte sistema: *“à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia escolas técnicas para rapazes”* (ROMANELLI, 1982, p. 41). Essa estrutura mostrava claramente a separação existente entre a educação daqueles que eram formados para o trabalho intelectual e para as posições de comando e aqueles que eram formados para realizar o trabalho manual.

Em 1911, promulgou-se a Lei Orgânica Rivadávia Correia, que proporcionava liberdade total às instituições escolares; a presença dos alunos era facultativa e o ensino foi desoficializado.

Romanelli, Otaíza de Oliveira. op. cit., p. 41.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

ANARQUISMO

Concepção política que busca uma sociedade livre de qualquer princípio de autoridade. De acordo com o anarquismo, a sociedade deve se organizar a partir de uma gestão compartilhada e participativa.

ANARCO-SINDICALISMO

Movimento sindical que segue os princípios do anarquismo.

TENENTISMO

Movimento liderado pelos tenentes, que estavam descontentes com a oligarquia que dominava o Brasil. De acordo com alguns autores, o tenentismo representava os interesses da classe média urbana.

SEMANA DE ARTE MODERNA

Em 1922, pintores, escultores, músicos, arquitetos e escritores se reuniram para organizar uma semana que mostrasse a existência de uma estética brasileira, livre das influências estrangeiras. Esta Semana tornou-se um marco de protesto estético e político.

COLUNA PRESTES

Uma marcha guerrilheira que percorreu o Brasil entre 1924 e 1927, liderada por Luiz Carlos Prestes.

Essa lei trouxe problemas graves para a estrutura educacional brasileira; por isso, em 1915, foi criada a Reforma Carlos Maximiliano, que reoficializou o ensino, regulamentou o acesso às escolas superiores e promoveu reformas no Colégio Pedro II (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1994).

Mas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) iniciou-se o processo de industrialização, cresceu o operariado, categoria formada por um número significativo de imigrantes espanhóis e italianos. A partir do final do século XIX, com a abolição da escravidão, o Brasil optou pelo processo de imigração. Nesse período, constituiu-se um novo cenário social no Brasil, que Romanelli caracteriza como “*uma pequena burguesia, em si mesma heterogênea, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial, ensaiando seus primeiros passos, e todo um contingente de imigrantes que, na zona urbana, se ocupavam das profissões que definiam as classes médias e, na zona rural, se ocupavam da lavoura*” (ROMANELLI, 1982:41). Os imigrantes eram letrados e demonstravam, muitas vezes, conhecimento de seus direitos e engajamento político. A partir das décadas de 10 e 20, apareceram vários movimentos de contestação, como o movimento **ANARCO-SINDICALISTA**, a greve de operários, a fundação de escolas **ANARQUISTAS** e, na década de 20, o **MOVIMENTO TENENTISTA**, a fundação do Partido Comunista, a **SEMANA DE ARTE MODERNA** e a **COLUNA PRESTES**. Esses acontecimentos históricos mostram como na década de 20 surgiram vários questionamentos políticos, sociais e culturais, o que impulsionou um amplo debate sobre as condições da educação brasileira.

De acordo com Nagle (1974), na Primeira República surgiram dois movimentos ideológicos da educação: o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico*. O entusiasmo pela educação lutava pela expansão da rede escolar e a desanalfabetização do povo; em 1916 criou-se a Liga de Defesa Nacional e, em 1917, a Liga Nacionalista do Brasil; ambas lutavam contra o analfabetismo. O otimismo pedagógico, baseado nas idéias da Escola Nova, tinha como meta a melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Mas qual era a origem das idéias da Escola Nova no Brasil?

O ideário da Escola Nova chegou ao Brasil através do pensa-

mento de **JOHN DEWEY** e **WILLIAM KILPATRICK**. Dewey acreditava que a educação deveria ser realizada por meio da ação e da experiência, pois era um processo contínuo de reconstrução da experiência. Entendia a educação como um processo e não como um produto. Kilpatrick criou o método dos projetos, por isso a educação centrava-se numa atividade prática do aluno. A realização de um projeto passaria pelas seguintes etapas: estabelecer uma finalidade; preparar o projeto; executá-lo e verificar o seu resultado (GADOTTI, 1995). Tanto Dewey quanto Kilpatrick preocupavam-se com a formação do homem para a democracia e para uma sociedade que está em constante transformação (GADOTTI, 1995).

No interior das discussões em torno das novas tendências educacionais foi criada, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que promoveu várias Conferências Brasileiras de Educação, possibilitando um importante debate sobre a educação brasileira. As atividades da ABE e as novas idéias pedagógicas possibilitaram a proposição, em vários estados, de diversas reformas educacionais: Lourenço Filho (Ceará, 1923); Anísio Teixeira (BAHIA, 1925); Francisco Campos e Mario Casassanta (Minas, 1927); Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1928). Essas reformas procuravam trazer a contribuição das idéias escolanovistas para o Brasil e implantar uma escola primária de acordo com as novas concepções. Em cada estado a legislação educacional brasileira evoluiu de modo diferente, assim como a estrutura e o funcionamento das escolas adquiriram características distintas. Além dessas reformas dos estados, o governo federal promoveu a Reforma Luiz Alves/Rocha Vaz, em 1925, criando uma legislação que permitiu ao governo federal uma ação conjunta com os estados da federação para atender ao ensino primário.

As diferentes reformas buscavam implantar novos caminhos à educação brasileira. As discussões da ABE apontavam as mazelas da educação brasileira e os intelectuais envolvidos com o debate educacional procuravam criar as condições efetivas para formar o profissional da educação. Assim chegamos à década de 30.



JOHN DEWEY
(1859-1952)

Filósofo da educação norte-americano, representante do Movimento da Escola Nova, defende uma educação baseada na ação, na experiência e busca a educação para a democracia. Foi professor de Filosofia e Pedagogia na Universidade de Chicago e depois lecionou na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.



WILLIAM KILPATRICK
(1871-1965)

Discípulo de John Dewey, seguidor do Movimento da Escola Nova, defende que a educação é a reconstrução da vida e a base da educação está na atividade.

RESUMO

Nossa aula versou sobre os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que possibilitaram a construção da política educacional brasileira. Começamos por 1808, quando o Brasil tornou-se Vice-Reino de Portugal. Essa nova realidade política possibilitou uma reorganização administrativa e política no Brasil, promovendo o desenvolvimento da vida urbana em algumas cidades e uma significativa mudança cultural. Com a proclamação da independência em 1822, promulgou-se a primeira constituição brasileira, inspirada na constituição francesa de 1791, aparecendo pela primeira vez a idéia de sistema nacional de educação, embora esse sistema não se efetivasse. O Ato Adicional à Constituição de 1834 descentralizou a educação, deixando sob a responsabilidade das províncias o ensino primário e secundário, e o governo central ficou responsável pelo ensino superior. Mas a falta de verbas para a educação não possibilitou a expansão da rede escolar no país. Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 adotou o sistema federativo e, no campo educacional, manteve-se o processo de descentralização, que criou uma dualidade na estrutura educacional brasileira, pois cabia à União a incumbência do Ensino Superior e Secundário e, aos estados, o Ensino Elementar e Profissional. Entre as décadas de 10 e 20 do século XX, foram realizadas várias reformas educacionais, mas que não promoveram mudanças substanciais na educação brasileira. No período da Primeira República, de acordo com Nagle, dois movimentos ideológicos marcaram a educação: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. As diferentes reformas e o debate ideológico em torno da educação apontavam os problemas da educação brasileira e procuravam criar condições para formar o profissional da educação.

EXERCÍCIOS

1. Volte ao primeiro item desta aula, leia a citação de Fernando de Azevedo e faça uma reflexão sobre a educação brasileira no período do Império.
2. Leia os dois primeiros itens da aula e analise se houve mudanças substanciais no ensino primário, no período do Império e na Primeira República.
3. Por que o Movimento da Escola Nova foi importante para a educação brasileira?

AUTO-AVALIAÇÃO

Você percebeu, no primeiro item da aula, como gradativamente foi se construindo uma política educacional no Brasil? Compreendeu como, no Império, se dividiu o ensino em primário, secundário e superior e como ele foi descentralizado? Observou como na Primeira República, apesar das reformas, ainda continuavam as mazelas na educação brasileira? Entendeu como os movimentos sociais e culturais são importantes para a compreensão da política educacional? Então você está apto a prosseguir a sua viagem e se encaminhar para a aula que versará sobre a política educacional no período de 1930 a 1945.

A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1930-1945)

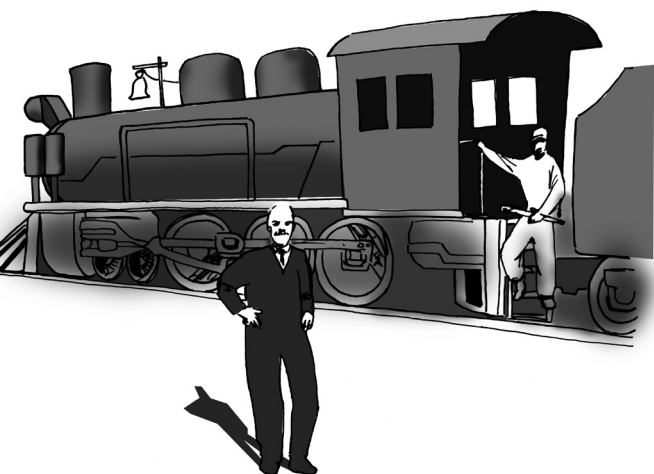
AULA

6

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Analisar os fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que fundamentaram a organização educacional brasileira entre 1930 e 1945.
- Refletir sobre os principais aspectos da política educacional brasileira entre 1930 e 1945.



**MANIFESTO DOS
PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA**

AZEVEDO, Fernando,
*Revista Brasileira de
Estudos Pedagógicos*,
Brasília, v. 65, n. 150,
p. 407-25, maio/ago.
1984.

Depois de conhecermos de que forma, gradativamente, ao longo do século XIX e início do século XX, foi se construindo a política educacional brasileira, vamos continuar nossa viagem. Agora nosso trem vai se encaminhando em direção ao período de 1930 a 1945, com o intuito de compreendermos os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que embasaram a organização educacional brasileira. A viagem inicia-se na década de 30, período de grande efervescência política e ideológica, quando observamos o confronto de vários projetos político-sociais para a sociedade brasileira. A década começou com a Revolução de 30, que expressou o despontar de novas forças sociais e políticas. Esse novo contexto exigiu a redefinição do sistema educacional; o **MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA**, em 1932, foi um marco nessa redefinição.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA ENTRE 1930 A 1937

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais

(AZEVEDO, 1932)

A década de 30 caracterizou-se por uma forte ebulição no contexto político-econômico-cultural. Nesse período começaram a despontar novas forças sociais e políticas. O modelo agro-exportador, alicerçado pelos latifundiários do café, iniciou seu declínio e, paralelamente, surgiram alguns investimentos no setor industrial, o que possibilitou a ascensão dessa burguesia. A ênfase na indústria fez crescer as camadas médias e o operariado. Esse novo cenário político-social acirrou a luta ideológica entre os conservadores – representados, predominantemente, pelos latifundiários do café – e os liberais – representados pela burguesia industrial e uma significativa parcela das camadas médias.

Na década de 30, o Brasil conviveu com a decadência do **MODELO AGRO-EXPORTADOR** e com a ascensão do **MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**, o que facilitou o desenvolvimento do processo de industrialização. Nesse período, a economia baseada nos latifúndios não se extinguiu. Assistia-se, então, à convivência do velho com o novo, do tradicional com o moderno, do latifúndio do café com a indústria. Na verdade, tratava-se de facilitar o avanço das relações capitalistas no Brasil e, naquele momento, tal avanço esbarrava nas relações econômicas tradicionais fundadas nas oligarquias cafeicultoras.

No plano político, crescia o descontentamento: as oligarquias do café detinham um poder ilimitado nas mãos, e o Partido Republicano Paulista (PRP), representante máximo dos latifundiários do café, comandava o país. Assim, a luta política configurou-se entre dois pólos: de um lado, os latifundiários do café; de outro, a burguesia industrial, alguns latifundiários descontentes com a política econômica, as classes médias e o operariado, segmentos excluídos de participação efetiva do poder.

Nesse clima de descontentamento, eclodiu a Revolução de 30, apoiada, principalmente, pelo **MOVIMENTO TENENTISTA**. Instalou-se, então, um governo em que nenhuma das facções da classe dominante tinha condições de conquistar a **HEGEMONIA** política do Estado. Estabeleceu-se um Estado de compromisso, conduzido por algumas frações da burguesia, principalmente o setor industrial, por alguns latifundiários descontentes com o governo anterior e pelas **CLASSES MÉDIAS**. Assim, **GETÚLIO VARGAS** ascendeu ao poder através de uma coesão precária entre diversas facções que o apoiaram.

Nesse período, conviviam no cenário político brasileiro posturas divergentes: a burguesia industrial e os latifundiários, e a classe média emergente representada em parte pelo movimento tenentista. Veiculavam propostas políticas e ideológicas que se entrecruzavam. Os latifundiários defendiam a descentralização do poder, enquanto o movimento tenentista reivindicava o oposto. Paralelamente, cresciam as reivindicações do operariado, força bastante temida pelos diversos segmentos da classe dominante, principalmente a partir da Revolução Comunista de outubro de 1917, na URSS.

MODELO

AGRO-EXPORTADOR

Modelo econômico que sobrevive da exportação de produtos agrícolas.

MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Modelo econômico que substitui, gradativamente, as importações de produtos industrializados no exterior por produtos fabricados pela indústria brasileira.

De acordo com Boris Fausto, o **MOVIMENTO TENENTISTA** era voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizado, elitista, vagamente nacionalista (Fausto, 1975: 63).

Sugiro assistir ao filme **GETÚLIO VARGAS**, dirigido pela cineasta Ana Carolina, da Globo Vídeo, ou o documentário sobre Getúlio Vargas, de Silvio Tendler.

HEGEMONIA

Veja a definição desse termo na Aula 27 de Fundamentos da Educação 1.

CLASSES MÉDIAS

Este termo é usado de acordo com a definição de Boris Fausto.

Em todos os setores da vida política brasileira refletiam-se essas divergências político-ideológicas. Divergências que repercutiriam amplamente na Educação. Nesse contexto, fazia-se necessário traçar-lhe algumas diretrizes, pois ela não podia mais continuar servindo, exclusivamente, às oligarquias rurais. Crescia, assim, a discussão entre correntes ideológicas conservadoras e renovadoras na Educação.

Como vimos na aula anterior, desde a década de 20 vinham crescendo as discussões sobre a educação no Brasil. Nesse período, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), fruto de um movimento que pretendia chamar a atenção dos poderes públicos e dos educadores em geral para os problemas da Educação brasileira. Nas discussões promovidas pela ABE, configuravam-se as diferentes posturas ideológicas em relação à Educação; de um lado, os educadores católicos tradicionais e, de outro, aqueles que pertenciam ao movimento da Escola Nova. Essas duas correntes refletiam os diversos interesses políticos e econômicos da sociedade brasileira da época.

**CURY, CARLOS
JAMIL R.**

*Ideologia e Educação
Brasileira.* São Paulo:
Cortez & Moraes,
1978.

No dizer de **CARLOS JAMIL R. CURY**, até 1930 a Educação estava voltada para interesses oligárquicos, ou seja, cumpria basicamente três funções: *ornamento cultural, preenchimento dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais* (CURY, 1978, p. 18). O ensino era voltado para a erudição, florescia o academicismo.

Ao longo da década de 20 e ao entrar a década de 30, as forças sociais emergentes – a burguesia urbana e as classes médias – começaram a lutar por uma Educação prática, voltada para a formação da força de trabalho. *A escola seria mais eficiente, seu espírito científico qualificaria o ensino, a psicologização do processo educacional capacitaria o aluno segundo suas virtualidades, a administração escolar racionalizaria o processo educacional* (CURY, 1978, p. 19). A escola deveria ser reformada segundo os avanços científicos e econômicos do século XX, idéias que estavam de acordo com a proposta dos renovadores da escola.

Essa proposta contrapunha-se à da Igreja Católica, que lutava por uma educação que preservasse a sua hegemonia político-cultural.

Segundo Riolando Azzi, a ação da Igreja Católica, nesse período, era orientada por quatro diretrizes fundamentais: *a superação do laicismo enfatizado pela República, combate ao socialismo e comunismo, ênfase no princípio de autoridade e uma atuação mais efetiva da Igreja junto à sociedade, principalmente junto às classes dirigentes do país* (AZZI, 19-- , p. 70). Para irradiar as suas idéias, os católicos criaram o Centro Dom Vital, a revista *A Ordem* e a Liga Eleitoral Católica. Assim, os educadores católicos ampliaram e ativaram a sua participação nas discussões políticas e educacionais desse período.

No calor do embate entre educadores católicos e os defensores da renovação da escola, em 1931 realizou-se a IV Conferência Nacional de Educação, organizada pela ABE, e foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), cujo ministro era Francisco Campos, que pertencia ao grupo dos profissionais da Educação. A IV Conferência Nacional de Educação consolidou a divisão entre católicos e liberais; dessa Conferência resultou um documento fundamental para a história e a política da Educação brasileira, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Esse manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo; nele defendia-se: a escola pública obrigatória, laica e gratuita; a construção de um sistema educacional completo, ou seja, conforme as necessidades brasileiras, com uma estrutura orgânica que estruturasse: a escola secundária; a escola técnica profissional, de nível secundário e superior; universidades que pudessem construir a ciência e criar mecanismos para transmiti-la e divulgá-la. Além disso, o manifesto propõe: a criação de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional; a instituição de fundos escolares para manter e desenvolver a Educação; a fiscalização das instituições particulares de ensino; o **desenvolvimento de instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade da educação infantil e reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino** (RIBEIRO, 1998, p. 109-110). Aqueles que assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lutavam pela *reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, em vista da seleção dos melhores* (RIBEIRO, 1998, p. 110).

**RIBEIRO, MARIA
LUIZA SANTOS**

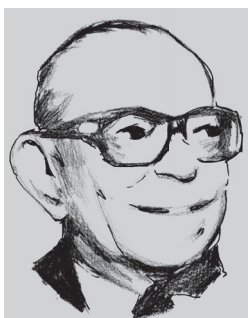
*História da Educação
Brasileira: a
organização escolar.*
Campinas: Autores
Associados, 1998.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tem um importante significado histórico e político porque proclama a Educação como um direito que deve ser assegurado a todos sem distinção de classe social. A Educação deveria ser pública, gratuita, obrigatória e leiga. Trata a Educação como um problema social e opõe-se à educação como privilégio de alguns. Esse documento representava a necessidade de mudança da estrutura e organização do ensino brasileiro, refletindo as idéias dos escolanovistas e de educadores brasileiros que reivindicavam mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. O manifesto rompeu com a velha ordem oligárquica brasileira, a Educação deveria adaptar-se às novas exigências do mundo urbano industrial.

Ao longo da década de 30, os embates entre católicos e escolanovistas apareceram nas reformas educacionais e foram importantes às pressões para a Constituição de 1934. O Estado, na década de 30, tentou conciliar, nas suas propostas educacionais, as posturas divergentes. Em 1931, foi realizada a Reforma Francisco Campos; nessa reforma, o governo procurou atender a algumas propostas escolanovistas e, principalmente, atendeu a um velho anseio dos educadores católicos: a volta do ensino religioso às escolas públicas. Por meio dessa Reforma, criou-se o Conselho Nacional de Educação, organizou-se o Ensino Superior, o Ensino Secundário e o Ensino Comercial. Os decretos da reforma possibilitaram a centralização do sistema de ensino, antiga aspiração dos escolanovistas que lutavam por um Plano Nacional de Educação.

Devemos destacar que a reforma foi importante para organizar o Ensino Superior no Brasil. O decreto 19.851 estabeleceu o Estatuto das Universidades e o decreto 19.852 organizou a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa. Essa Universidade é a origem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. No Estatuto das Universidades estavam conciliadas posturas político-ideológicas divergentes.

Segundo **FRANCISCO CAMPOS**, o Estatuto era o resultado, na sua estrutura geral, de transações e compromissos entre várias tendências, correntes e direções de espírito (CAMPOS, 1931, 5.830). Nesse sentido, na Reforma do Ensino Superior, estavam conciliados, de certa forma, os interesses dos escolanovistas, dos católicos, da burguesia industrial e dos latifundiários.



CAMPOS, FRANCISCO

Reforma do Ensino Superior, *Exposição de Motivos*, Diário Oficial, 15 de abril de 1931, p. 5.830.

Em 1934, fundou-se a Universidade de São Paulo e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, a UDF. Ambas possuíam uma Faculdade de Filosofia, onde se desenvolviam estudos de cunho especulativo e pesquisas científicas. A intenção dessas universidades era a formação de uma elite de intelectuais na área das Ciências Sociais e da Filosofia. A criação dessas universidades foi um marco importante para o Ensino Superior no Brasil e, principalmente, para a área de Educação.

Apesar da importância dessa reforma para o Ensino Superior, percebemos que ela manteve o caráter elitista da educação brasileira, pois a tônica da reestruturação do sistema de ensino recaiu sobre o Ensino Secundário e o Superior, em detrimento do ensino Primário, Normal e Profissional. Assim, o ensino voltado para as camadas populares não sofreu alterações substanciais.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DE 1937 A 1945

A educação tem o seu fim em si mesma; é um processo a servir certos valores (...) cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude.

FRANCISCO CAMPOS

A partir de 1935, começou a se acentuar uma forte centralização do poder, os movimentos e atividades que propunham maior democratização foram reprimidos. Essa situação política culminou com o golpe que instalou o Estado Novo em 1937, porque não fora possível sustentar a hegemonia política estabelecida na Revolução de 30. A aliança entre a incipiente burguesia industrial, os latifundiários e as classes médias rompeu-se devido à indefinição do governo. Até meados da década de 30, não havia uma explicitação, por parte do governo de Vargas, em relação à fração da classe dominante que, efetivamente, exercia a hegemonia política e econômica do Estado.

Aumentaram as radicalizações. Surgiram movimentos de direita (Integralismo) e de esquerda (Aliança Nacional Libertadora), ambos reprimidos. Alegando o combate à radicalizações, Getúlio Vargas deu o golpe de Estado que, segundo Nelson Werneck Sodré, foi um golpe que nasceu graças à aliança entre a burguesia, o latifúndio e o imperialismo, para frear o possível crescimento dos movimentos de oposição surgidos em 1935. Assim, surgiu o Estado Novo, um governo centralizado e autoritário.

CAMPOS, FRANCISCO

O Estado Nacional:
sua estrutura, seu
conteúdo ideológico.
Rio de Janeiro: José
Olympio, 1941. p.69

**CAPANEMA, GUSTAVO**

Discurso pronunciado em 2/12/1937, na solenidade comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II. In: *Realizações*: panorama da Educação Nacional. Rio de Janeiro: MES, 1937. p. 37.

Com a política do Estado Novo, as lutas ideológicas presentes na educação se arrefeceram. O governo autoritário, fortemente centralizado, não possibilitava a proliferação de pensamentos que discordassem de seus princípios. Naquele momento, o governo definiu explicitamente o papel da Educação. Para o ministro da Educação desse período, **GUSTAVO CAPANEMA**, *ela era um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar a serviço da Nação (...). Assim, a Educação(...) longe de ser neutra, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formam a base ideológica da nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado* (CAPANEMA, 1937, p. 21). A educação representava um instrumento ideológico importante para solidificar a hegemonia política do Estado.

O Estado Novo concedeu amplos poderes a Getúlio Vargas; a Constituição de 1937 diferiu das constituições republicanas anteriores, porque dispensou o sistema representativo, extinguiu os partidos políticos, liquidou o federalismo e a pluralidade sindical e enquadrou os demais poderes no Executivo, ou seja, este poder passou a controlar o Judiciário e o Legislativo. O governo podia aposentar ou demitir funcionários que fossem contrários a ele (RIBEIRO, 1998). Quanto à Educação, a Constituição de 1937 não enfatiza a educação como dever do Estado; proclama *a arte, a ciência e o ensino livre; à iniciativa individual e à de associação ou pessoas coletivas públicas e particulares; mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias, e, sobretudo, dá providências ao programa de política escolar em termos do ensino pré-vocacional e profissional* (RIBEIRO, 1998, p. 129), destinados às classes menos favorecidas. A Constituição de 1937 apresenta dois aspectos polêmicos: a ação supletiva do Estado com relação à educação, pois ela deixa de ser dever do Estado, e acentua a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo o primeiro destinado às classes menos favorecidas. Essa determinação cumpria um aspecto político, social e econômico porque prepararia “os menos favorecidos” para os trabalhos de menor qualificação.

A partir de 1942, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, começa uma reforma em algumas modalidades de ensino, criando as Leis Orgânicas. Cria, ainda em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Indus-

trial e a Lei Orgânica do Ensino Secundário e, em 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Essas leis anunciam uma mudança política nos rumos da Educação brasileira, a preocupação com o Ensino profissional; ou seja, demonstram que o Brasil estava ingressando num novo patamar econômico e precisava qualificar seus trabalhadores. Além dessas leis orgânicas, em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI.

De acordo com ROMANELLI (1982), essas medidas eram necessárias porque estava se processando *uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil* (ROMANELLI, 1982, p. 155). Devemos lembrar que, entre 1939 e 1945, estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial, o que limitava as exportações de produtos e mão-de-obra para o Brasil.

Nesse momento, o governo precisava incrementar a indústria nacional e formar mão-de-obra qualificada para a indústria. Surgiu, então, a necessidade de criar um serviço que qualificasse a mão-de-obra industrial, por isso fundou-se o SENAI. Também houve a necessidade de formação profissional para o comércio, precisando criar mão-de-obra especializada para dar suporte ao modelo urbano industrial, tanto na produção quanto na comercialização.

Outro aspecto importante das reformas desse período foi a concepção para o Ensino Secundário. O ministro da Educação, Gustavo Capanema, pretendia formar adolescentes com sólida cultura geral, consciência patriótica e humanística. Consideramos importante reproduzir os objetivos que deveriam ser atingidos por esse Ensino, propostos na Lei Orgânica: *proporcionar cultura geral e humanística; alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista; proporcionar condições para ingresso no curso superior; possibilitar a formação de liderança*” (ROMANELLI, 1982, p. 157). Inicialmente, nos chama a atenção o segundo objetivo, o reforço da ideologia fascista, uma visão de nacionalismo que demonstrava aproximação do governo com aquelas idéias, idéias essas de que o governo Vargas teve, ainda em 1942, de recuar porque foi pressionado por movimentos populares e pelas forças internacionais a se aproximar dos aliados e se afastar dos fascistas. Os demais objetivos

**ROMANELLI, OTAÍZA
DE OLIVEIRA**

*História da Educação
no Brasil.* Petrópolis:
Vozes, 1982.

mostravam um Ensino Secundário bastante acadêmico e elitista. Para maior esclarecimento, lembramos que nessa lei o Ensino Secundário se dividia em dois ciclos: o primeiro, chamado de ginásial, era de quatro anos; e o segundo, subdividido em científico e clássico, era de três anos. Outra peculiaridade dessa lei era a exigência de educação militar para os meninos, com diretrizes pedagógicas elaboradas pelo Ministério da Guerra, e a recomendação, no artigo 25, de que a Educação Secundária das mulheres fosse realizada em estabelecimentos de ensino exclusivamente femininos. Essa última exigência derruba uma luta importante dos Pioneiros da Educação Nova pela coeducação, ou seja, os estabelecimentos de ensino teriam meninos e meninas no mesmo espaço escolar.

Podemos concluir que essas leis orgânicas refletiam a conjuntura política pela qual passava o Brasil no Estado Novo, um regime autoritário e populista. Contraditoriamente, muitos trabalhadores reconhecem esse período como fundamental para a realização de reivindicações trabalhistas, porque em 1943 é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é instituído o salário mínimo. Entre 1943 e 1945, essa nova fase do governo Vargas entra em declínio, principalmente com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. O fim da Segunda Guerra fortalece os movimentos de redemocratização do Brasil. Vargas se vê pressionado a criar mecanismos que redemocratizem o país; por isso, em fevereiro de 1945, cria um Ato Adicional que estabelece a data das eleições gerais, marcadas para 2 de dezembro de 1945. O general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social-Democrático (PSD), ganha as eleições.

Podemos constatar então que não há mudanças substanciais no sistema educacional brasileiro. Em 1946, foram promulgadas mais três leis orgânicas: do Ensino Primário; do Ensino Normal e do Ensino Agrícola, o que discutiremos na próxima aula.

RESUMO

A nossa aula analisou os fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que perpassaram a política educacional brasileira entre 1930 e 1945. Nesse período, o Brasil passou por transformações políticas e econômicas, saindo de um modelo agro-exportador e caminhando em direção a um modelo urbano-industrial. Essa mudança provocou transformações no sistema educacional brasileiro. No campo político-ideológico, travou-se uma luta entre concepções antagônicas que repercutiu na Educação. De um lado tínhamos os escolanovistas; de outro, os educadores católicos. Em 1932, é divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento importante para o pensamento educacional. A partir de 1937 mudam os rumos da política educacional brasileira, com a instalação do governo do Estado Novo, um governo autoritário, centralizador e de caráter populista. Nesse período foram promulgadas as leis orgânicas de ensino que refletiam a posição político-ideológica do Estado Novo.

EXERCÍCIOS

1. Leia a primeira parte da aula e destaque os principais aspectos da conjuntura política e econômica da década de 30 e como essa conjuntura influenciou a política educacional.
2. Comente a citação de Francisco Campos que se encontra na abertura do segundo item desta aula.
3. Analise os principais aspectos da Educação brasileira, no período entre 1937 e 1945.

AUTO-AVALIAÇÃO

Você compreendeu como despontaram novas forças sociais e políticas a partir de 1930 e as lutas político-ideológicas que essas forças fomentaram? Percebeu a importância histórica e política do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova? Observou as principais idéias que embasaram as reformas educacionais no início da década de 30? Compreendeu as mudanças nos rumos da educação entre 1937 e 1945? Então, pode caminhar em direção à próxima aula, que discutirá a política educacional no período entre 1945 e 1985.

A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1945-1985)

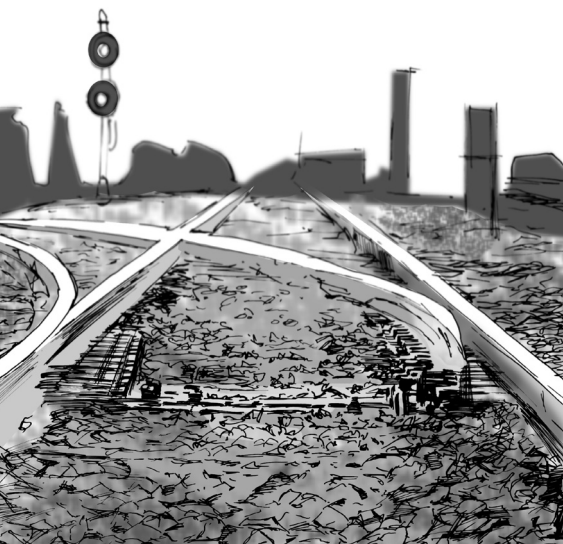
AULA

7

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Refletir sobre os aspectos determinantes da política educacional.
- Analisar as principais mudanças no sistema educacional brasileiro entre 1945 e 1985.



Vamos continuar a nossa viagem, caminhando para a segunda metade da década de 1940. Em 1945, termina a Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, o Estado Novo foi extinto. Anistiarão as pessoas que tinham divergências políticas com o poder; deram liberdade de organização aos partidos políticos e convocaram eleições. Foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Começou, no contexto político brasileiro, um período conhecido como redemocratização; esse período vai de 1945 a 1964, quando houve o golpe militar.

Depois vamos analisar esse período ditatorial de 1964 a 1985. Procuramos refletir sobre os determinantes culturais, econômicos, políticos e sociais que embasaram a educação brasileira, nesses dois períodos.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1945 A 1964

Para o Brasil Novo, a escola não mais pode ser pensada como um “luxo”, um gozo do qual estaria excluída a metade da população. E esse novo Brasil sente que só o Estado democrático pode atender às necessidades educativas de todos, porque só ele exprime os ideais e os valores comuns, porque só ele tem realmente, em termos civis, o dever de educar e de obrigar os particulares a proporcionarem educação, quando capazes, às crianças e jovens na idade escolar, sob sua responsabilidade.

**BARROS, ROQUE
SPENCER MACIEL DE**
(Org.)

*Diretrizes e bases da
educação nacional.*
São Paulo: Pioneira,
1960.

ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS

Entre 1945 e 1947, cresceu a esperança de realizar mudanças efetivas nas relações sócio-político-culturais brasileiras; a campanha presidencial ganhou as ruas e o processo de elaboração de uma nova constituição possibilitou um amplo debate na sociedade. A Constituição de 1946 trouxe a promessa de construção de um cenário sócio-político-cultural, pautado no respeito aos direitos e garantias individuais e na liberdade de pensamento e expressão. Principalmente, a partir de 1946, observou-se a presença efetiva das camadas populares na política brasileira, exercendo pressão sobre as estruturas do Estado e do mercado. Reconhecemos que essa pressão não foi exercida por meio de classes organizadas, mas as reivindicações mudaram o eixo da política brasileira.

A pressão e a participação das massas, o incremento do processo de industrialização e a visão de que o país precisava se modernizar criaram, a partir da década de 1950, um ambiente propício para a instalação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil. Essa ideologia moldou os governos da década de 1950 e início da de 60 do século XX no Brasil. Acreditava-se que a prosperidade viria somente por meio da industrialização e, por isso, era necessário superar o atraso e acelerar o processo de crescimento econômico. O desenvolvimento econômico possibilitaria a extinção da miséria, e a valorização do homem brasileiro poderia se efetivar a partir de sua integração na civilização contemporânea (CARDOSO, 1978).

A partir de 1950, passou a vigorar, no Brasil, uma democracia populista temperada pelo desenvolvimentismo e pelo nacionalismo. No início da década de 1950, foram deflagradas campanhas para estimular o nacionalismo, como a campanha “Petróleo é nosso”. Em meados da década de 1950, criou-se o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que deveria promover, refletir e estimular o desenvolvimento nacional, lançando “as bases de um pensamento brasileiro (autêntico e não-alienado)” (TOLEDO, 1978, p. 17).

Com a consolidação do processo democrático, surge a necessidade de ampliação da base eleitoral e, como o analfabeto não podia votar, tornou-se imprescindível a elaboração de projetos para a educação. Nesse contexto, a educação foi vista como fator de desenvolvimento econômico e o analfabetismo, um empecilho ao desenvolvimento econômico, político e social.

Na própria década de 1940, realizou-se entre 23 e 28 de junho de 1945, no Rio de Janeiro, o IX Congresso de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), do qual participaram várias entidades culturais e cerca de 200 educadores brasileiros. Nesse Congresso, foram discutidas as diretrizes que deveriam nortear uma educação democrática, com base na cooperação, na liberdade, no respeito à igualdade e à fraternidade humana. A educação democrática deveria assegurar os meios que possibilitassem a efetivação da expansão e expressão da personalidade dos indivíduos e da igualdade de oportunidades, sem distinção de raças, classes ou crenças, buscando sempre a justiça social e a fraternidade humana, pressupostos indispensáveis à sociedade democrática.

CARDOSO, MIRIAM LIMOEIRO

Ideologia do Desenvolvimento;
Brasil: JK-JQ. RJ: Paz e Terra, 1978.

TOLEDO, CAIO NAVARRO

ISEB: fábrica de ideologias. SP: Ática, 1978.

Assista ao filme *Anos JK – uma trajetória política*, exibido em 1980, dirigido por Silvio Tendler.

CRIAÇÃO DO SENAC

Decreto-Lei nº 8.621,
de 10 de janeiro de
1946.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO

Decreto-Lei nº 8.529,
de 2 de janeiro de
1946.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL

Decreto-Lei nº 8.530,
de 2 de janeiro de
1946.

Em 1946, foram promulgadas três importantes Leis Orgânicas: do Ensino Primário, do Ensino Normal e do Ensino Agrícola e também o decreto que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (**SENAC**). Essas leis orgânicas refletiram, de certo modo, o novo cenário econômico, político e social que o Brasil vivenciava.

A **LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO** dividiu-o em: *ensino primário fundamental*, que era cumprido em cinco anos – quatro de primário elementar e um ano de complementar – e *ensino primário supletivo*, de dois anos, que seria destinado a adolescentes e adultos que não receberam esse nível de educação na idade adequada. Os princípios da Lei Orgânica do Ensino Primário demonstravam influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, mencionado na aula anterior. Defendia o desenvolvimento do fundamento didático a partir das atividades dos próprios alunos; o respeito às aptidões dos alunos; o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social; a unidade nacional e a fraternidade humana. Além disso, instituiu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário em todo o território nacional.

A **LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL** adotou as seguintes finalidades: “promover a formação docente necessária às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância”. Essas finalidades deveriam ser cumpridas por dois tipos de curso normal:

- a) o de primeiro ciclo, que formava “regentes de ensino primário”;
- b) o de segundo ciclo, que formava “mestres primários”.

O curso de primeiro ciclo tinha a duração de quatro anos, devendo ser realizado em Escolas Normais Regionais. Era um curso de curta duração, de nível ginasial, para suprir a carência de regiões, principalmente rurais, que possuíam uma quantidade significativa de professores sem formação para o magistério.

O curso normal de 2º ciclo deveria ser realizado em três anos, após a conclusão do curso ginasial ou de regente de ensino. Esse curso deveria ser ministrado por Escolas Normais e Institutos de Educação. As primeiras teriam um curso ginasial e um curso de segundo ciclo para a formação do professor e os últimos também estavam habilitados a fornecer cursos de especialização na área do magistério e da administração escolar do ensino primário.

A **LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA** institucionalizou o ensino técnico agrícola para todo o território nacional. Ela criou o ensino agrícola elementar, de quatro anos, e o médio, de três anos. Essa lei possibilitava cursos de formação, de continuação e de aperfeiçoamento. O curso de formação se dividia em: iniciação agrícola e mestria agrícola, ambos com dois anos de duração. O curso de continuação deveria fornecer preparação aos jovens e adultos não diplomados e o curso de aperfeiçoamento deveria ampliar os conhecimentos e a capacidade técnica na área agrícola.

Continuando a nossa caminhada, precisamos refletir sobre o papel educacional do Senai, criado em 1942, como assinalamos na aula anterior e o Senac, em 1946. Essas duas instituições foram criadas para formar trabalhadores para a indústria e o comércio, o que nos faz questionar: por que essa formação não era ministrada em escolas do sistema público e estatal de ensino? Por que não manter um sistema único de escolas? De acordo com **ROMANELLI** (1982), o sistema educacional brasileiro reforça em diferentes momentos históricos um caráter dualista; ou seja, há um sistema educacional paralelo para formar o trabalhador de tarefas simples e um sistema educacional que prepara aqueles que farão o curso universitário e executarão o trabalho de caráter intelectual.

A política educacional do período entre 1946 e 1964 apresentou aspectos importantes com relação à formação do trabalhador; havia uma preocupação em acabar com o analfabetismo e dar uma formação básica ao trabalhador, por isso surgiram propostas para a educação popular. Essas propostas eram heterogêneas, constituindo duas vertentes: as campanhas que visavam ao aspecto quantitativo, ou seja, preocupavam-se com a alfabetização do maior número possível de pessoas e os movimentos ou programas que enfatizavam o aspecto qualitativo, e buscavam o desenvolvimento da comunidade e a conscientização.

Representando a primeira vertente de educação popular, citamos a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947 e extinta em 1963. A CEAA tinha como principais objetivos: preparar mão-de-obra nas cidades; dar instrução à população rural e fazer a integração dos imigrantes no sul do Brasil. Com essa campanha, dever-se-ia atingir o maior número possível de pessoas e diminuir significativamente o índice de analfabetos no país. O aspecto quantitativo marcou a CEAA porque, naquele momento, era preciso ampliar as bases eleitorais e incrementar a produção, no sentido de integrar as massas marginalizadas ao sistema,

**LEI ORGÂNICA DO
ENSINO AGRÍCOLA**

Decreto-Lei nº 9.613,
de 20 de agosto de
1946.

**ROMANELLI, OTAIZA
DE OLIVEIRA**

*História da Educação
no Brasil*. Petrópolis:
Vozes, 1982.

pois assim seria possível diminuir as tensões sociais e atingir a harmonia e a paz social. Além disso, o analfabeto era visto como um incapaz e um ser à margem da sociedade.

Ao longo da década de 1950 surgiram mais duas campanhas que apresentaram modificações em relação à CEAA, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1952 e extinta em 1963, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), criada em 1958 e extinta em 1963.

A CNER inicialmente estava vinculada à CEAA, mas passou depois ao controle do Departamento Nacional de Educação. De acordo com Paiva (1973, p. 197), o CNER pretendia "promover entre as populações do campo a consciência do valor da entre-ajuda para que os problemas locais pudessem ser resolvidos", criando Centros Sociais de Comunidade. Além disso, era preciso retirar o homem da estagnação da vida do campo e elevar o seu padrão de vida, diminuindo as diferenças entre cidade e campo. É interessante observar a ideologia com relação à visão de cidade e campo, visto que a cidade representava progresso e desenvolvimento e o campo, atraso e estagnação. Em 1950, foi realizado um projeto piloto em Itaperuna, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo indicar, em nível nacional, as diretrizes técnicas de processos educativos e assistenciais visando à melhoria das condições de vida econômica e social no meio rural (PAIVA, 1973, p. 198).

PAIVA, VANILDA P.

Educação popular e educação de adultos.
São Paulo: Loyola,
1973.

Em Itaperuna trabalhava uma equipe composta de: agrônomos, médicos, veterinários, enfermeiras, assistentes sociais etc., cuja meta inicial era investigar os interesses e as necessidades da comunidade, no intuito de promover cursos, palestras e atividades culturais que possibilitassem a mobilização comunitária e o progresso das populações do campo. A CNER trabalhava como Missões Rurais Educativas e Centros de Treinamento. Tais missões deviam atuar o tempo necessário para que a própria comunidade assumisse seus problemas e buscasse seu desenvolvimento, pregavam o princípio da autocapacitação. Essa campanha manteve 18 missões e seu período de atuação, como já foi dito anteriormente, foi de 1952 a 1963. Ao longo desse período, ficou constatado que o desenvolvimento de uma comunidade não dependia apenas de sua autocapacitação; ou seja, a educação por si só não promove o desenvolvimento de uma comunidade.

No final da década de 1950, mais precisamente em 1958, foi lançada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). O analfabetismo continuava ainda assombrando a sociedade brasileira e provocando a redução do eleitorado, pois o analfabeto não votava. Nesse período, promoveu-se o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que se fez um balanço da educação de adultos no país. Chegou-se à conclusão de que os projetos de alfabetização realizados até então tiveram como resultado apenas ensinar a assinar o nome e, por isso, era necessário traçar novas diretrizes para a alfabetização de adultos. Além disso, sabia-se que a difusão do ensino elementar era um instrumento importante para a política educacional.

A partir do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, surgiu a necessidade de buscar um novo método de alfabetização e educação de adultos. A maioria das propostas ansiava por uma educação que possibilitasse o funcionamento da democracia liberal dentro da ordem e da paz social.

A CNEA foi implantada experimentalmente na cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, com os seguintes objetivos:

- a) fornecer o ensino elementar, no período de cinco anos, a toda a população entre 7 e 11 anos e de mais de onze anos e menos de quinze;
- b) formar professores;
- c) reorganizar o currículo das escolas primárias;
- d) transformar as escolas rurais.

Essa campanha preocupava-se também com o desenvolvimento comunitário e chegou a organizar um Comitê Municipal e vários distritais, dos quais participavam estudantes e operários que ajudariam na realização de atividades e organização da comunidade.

A CNEA expandiu-se para cidades do norte, nordeste, centro-oeste e sul. Apesar de alguns resultados positivos, o projeto fracassou. Nesse período questionava-se a eficácia das campanhas, que foram extintas pelo Decreto nº 51.867, de março de 1963, para permitir a descentralização prevista na nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1961.

A partir da segunda metade da década de 1950, havia uma forte efervescência de idéias em relação à educação popular. As campanhas vinham sendo questionadas, buscava-se trilhar novos caminhos. Estava em discussão o conceito de educação popular. O que seria educação popular? A educação oferecida até então não seria manipuladora? Existiria uma cultura e um saber popular? O que seria uma educação popular? No seio dessa discussão, surgiram novas propostas para esse tipo de educação: os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a teoria educacional de Paulo Freire.

Os CPCs foram criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961 e vigoraram no período de 1962 a 1964. Jovens intelectuais e artistas do Teatro de Arena elaboraram peças de caráter político para as classes populares e logo depois as atividades se diversificaram: cinema, artes plásticas etc. Os CPCs eram autônomos e trabalhavam com a improvisação, as peças tinham como temas fatos do cotidiano. O principal objetivo era contribuir para a conscientização do povo e a transformação da realidade brasileira.

O MCP nasceu em Recife, em maio de 1961, por iniciativa da prefeitura. Estudantes, artistas e intelectuais buscavam combater o analfabetismo por meio de uma prática educativa vinculada às artes e à cultura popular; o objetivo era conscientizar as massas utilizando a educação de base e a alfabetização. Atuavam com práticas teatrais, artes plásticas, artesanato, canto, dança etc. Buscavam compreender a cultura popular, valorizando a produção cultural das massas; apresentavam influência de idéias cristãs e socialistas. O MCP também foi utilizado no Rio Grande do Norte, com a seguinte denominação: “De pé no chão também se aprende a ler”; preocupavam-se, além da alfabetização, com a preservação da cultura popular e o processo de conscientização.

O **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)** estava vinculado à Conferência dos Bispos Brasileiros (CNBB) e foi fruto das novas diretrizes do Concílio Vaticano II, da Igreja Católica Apostólica Romana. Originou-se das experiências de escolas radiofônicas organizadas pelo episcopado brasileiro, no nordeste. O MEB se institucionalizou por meio de um decreto de março de 1961, passando a produzir programas de educação de base através do rádio, veiculados para cidades do interior das regiões norte, nordeste e centro-oeste. O MEB tinha como principal objetivo educacional formar integralmente adultos e adolescentes para que eles assumissem a

De acordo com Paiva (1973, p. 237), as pessoas que atuavam no MCP queriam atingir “a autenticidade da cultura nacional, a valorização do homem brasileiro, a desalienação da nossa cultura; pretendia-se fazer arte com o povo, ampliar a discussão dos problemas nacionais, dinamizar a forma comunitária de vida através do incentivo às manifestações coletivas da arte”.

Movimento de Educação de Base.
MEB em cinco anos (1961-1965). 1ª Parte, Rio de Janeiro, 1966. pp. 12 e 20.

própria dignidade de criatura humana, buscando soluções comunitárias para a transformação de sua situação social. A educação era considerada “uma comunicação entre sujeitos, que se ocupava da construção de condições para que o educando recrie a cultura”. A educação é um processo de socialização que deveria conscientizar o homem; ou seja, deveria “dar consciência do que é o homem – do que é o mundo, do que são os outros homens” (*MEB em cinco anos*, 1966).

Para concluir essa breve explicação sobre as propostas para a educação popular, não poderíamos deixar de mencionar a teoria educacional de Paulo Freire. Ele a sistematizou por volta de 1962 e sofreu influência dos pensadores cristãos franceses e do ISEB. De acordo com Paulo Freire, a sociedade brasileira estava num momento de transição, saindo de uma sociedade tradicional, caminhando em direção a uma mais aberta e democrática. Por isso, a educação deveria: “ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção” (FREIRE, 1977, p. 59). Paulo Freire propôs o método dialógico, que possibilitava ao homem do povo a organização do seu pensar e a reforma de suas atitudes. O homem das classes populares deveria desenvolver toda a potencialidade crítica e tornar-se sujeito da história.

Além das campanhas para a alfabetização e a Teoria de Paulo Freire, a política educacional brasileira, na década de 1950, apresentou outro aspecto importante, as discussões sobre a nossa primeira LDBEN. No final da década de 1940, escolheu-se o professor Lourenço Filho para presidir uma comissão encarregada de realizar estudos e propor um anteprojeto para as diretrizes e bases da educação nacional. O anteprojeto foi elaborado e encaminhado à Câmara Federal em novembro de 1948. Começou uma longa luta e discussão que duraria treze anos, até a promulgação da LDBEN em 1961. Esse projeto sofreu vários reveses, pois foi travada uma luta ideológica e política marcada, segundo Romanelli (1982), por dois períodos distintos: um que vai de 1948 a 1958 e outro, de 1958 a 1961. O primeiro foi marcado pela discussão em torno da centralização ou descentralização do sistema de ensino; o segundo momento desloca a discussão para a questão da liberdade de ensino: colocava a educação como um direito da família e não do Estado

FREIRE, PAULO

Educação como prática de liberdade.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 59.

e a liberdade de ensino constituía um pretexto para defender o ensino privado, opondo-se a um pretensão monopólio do ensino pelo Estado.

Na verdade, aqueles que defendiam o ensino privado pretendiam criar dispositivos na LDBEN que garantissem o financiamento do Estado a essa modalidade de ensino. No final da década de 1950, para defender os interesses da escola pública, laica e gratuita, surgiu a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada por educadores que participaram do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, de intelectuais, estudantes e líderes sindicais. Os defensores da escola pública e gratuita conseguiram elaborar um substitutivo que foi levado à Câmara Federal pelo deputado Celso Brant; o Movimento em Defesa da Escola Pública culminou, em 1959, com a redação do “Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados”, que ressaltou o aspecto social da educação, os deveres do Estado democrático e a responsabilidade do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade.

Em 20 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart promulga a primeira LDBEN do Brasil, que tentou conciliar os interesses daqueles que defendiam a escola privada e daqueles que defendiam a escola pública e gratuita. A estrutura do ensino permaneceu idêntica à da década de 1940, de acordo com as Leis Orgânicas, mas permitia a equivalência entre os cursos; o curso secundário reduziu o número de disciplinas, permitiu-se uma maior pluralidade de currículos. A estrutura do ensino ficou dividida da seguinte forma: *ensino pré-primário* – escolas maternas e jardins da infância; *ensino primário* – de quatro anos; *ensino médio* – subdividido em dois ciclos: ginásial (4 anos) e colegial (3 anos), nas modalidades clássico, científico e ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e formação de professores); *ensino superior*. Foram criados: o Conselho Federal de Educação (CFE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), em que tinham assento representantes do ensino privado e público.

O início da década de 1960 foi bastante rico em discussões educacionais e essa efervescência refletia a movimentação no contexto sócio-político-cultural brasileiro. Nesse período, aguçou-se a luta político-ideológica entre os que defendiam os interesses nacionais e a necessidade de uma profunda transformação socioeconômica e aqueles que eram favoráveis à entrada maciça de capital estrangeiro para incrementar a economia do país. Essa luta culmina com o golpe militar em 31 de março de 1964, quando assume o poder a fração que era favorável à entrada do capital estrangeiro, fortalecendo os interesses multinacionais. Essa fração foi apoiada por uma parcela significativa de militares e da classe média.

Assista ao filme *Jango* dirigido por Silvio Tendler. Este filme é de 1984.

Sugerimos também assistir ao filme *Jânio a 24 quadros* dirigido por Luiz Alberto Pereira. Este filme é de 1981.

Vamos agora prosseguir a nossa viagem para conhecer os determinantes da política educacional no período da ditadura militar.

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Assim, educar politicamente é revelar ao indivíduo a verdade sobre o contexto social em que vive e sua posição nele, para que essa verdade exerça todo o poder mobilizador que somente a verdade possui.

É por isso justamente que os setores da sociedade interessados em manter as condições existentes, de que são beneficiários, fazem o maior esforço e empregam todo o seu poderio para manter sob seu domínio a formação das novas gerações e os meios de divulgação, através dos quais canalizam a “verdade” que lhes é favorável. Lutam, assim, encarniçadamente, para não perderem o controle sobre a escola, o ensino e a educação, domesticadores das consciências, deformadores da realidade, obliteradores dos caminhos de acesso à verdade.

PASCHOAL LEMME

LEMME, PASCHOAL

Memórias. São Paulo: Cortez, 1988, vol. 3, p. 73.

A partir do golpe militar de 1964, o Brasil adotou o modelo econômico denominado “dependente associado”, que preconizava a modernização por meio da aceleração do processo de industrialização e do incentivo à exportação. O incremento da industrialização foi possível graças à ampla penetração do capital estrangeiro e à instalação de empresas multinacionais no país. A modernização significava a aplicação de tecnologia avançada, em troca do favorecimento ao grande capital das potências industriais estrangeiras, em detrimento das pequenas e médias empresas nacionais.

Essa opção econômica inseria o Brasil numa nova fase do capitalismo, denominada capitalismo monopolista de Estado. Esse tipo de modelo de desenvolvimento desnacionaliza a economia do país periférico, dando prioridade às empresas multinacionais.

A implantação desse modelo econômico foi viabilizada por meio de uma mudança na direção do Estado. As forças armadas assumiram o poder político e o controle burocrático com o apoio de uma significativa parcela da classe média e do empresariado que representava grupos vinculados às multinacionais. Essas forças hegemônicas possibilitaram a consolidação de um Estado forte e autoritário, no qual prevaleceu o binômio desenvolvimento e segurança. A maioria da população ficou afastada das decisões e a administração pública tornou-se fortemente centralizada.

USAID

*United States Agency
for International
Development.*

Desde então, a fração que assumiu o poder buscou saídas para conter reivindicações e modernizar o ensino no Brasil, e o fez valendo-se da colaboração externa. O governo brasileiro estabeleceu com os EUA, através da Agency for International Development (AID), um acordo cuja base era a assistência da **USAID**, no sentido de adequar o sistema educacional brasileiro ao modelo de desenvolvimento econômico então adotado no Brasil. O convênio foi articulado nos chamados Acordos MEC-USAID. Assim, a reorganização do sistema educacional brasileiro ficou a cargo dos técnicos da AID.

A atuação da AID no Brasil foi fundamental para a consolidação, a nível político-cultural, de uma nova fase do capitalismo. De acordo com os documentos da AID, seus técnicos vieram ao Brasil para modernizar o sistema educacional brasileiro e retirá-lo do subdesenvolvimento. Os Acordos MEC-USAID atuaram em todo o sistema educacional do país, atingindo os três níveis de ensino e os demais setores da educação: “o setor acadêmico e profissional, a reestruturação administrativa, planejamento, treinamento de pessoal docente e técnico, controle do conteúdo geral do ensino através do controle de publicação e distribuição de livros didáticos” (ROMANELLI, 1982, p. 198). Dentre todos, o curso superior foi o que mais sofreu a interferência do acordo, pois, segundo os técnicos da AID, esse setor seria prioritário na reforma geral do ensino brasileiro. Para a efetivação de suas propostas, a AID cooptou órgãos fundamentais da estrutura educacional, tais como: Conselho Federal de Educação, setores do Ministério da Educação e Cultura e outros.

A partir de 1967, aprofundou-se uma crise universitária. Para intervir nas universidades e fazer um levantamento geral da situação, o governo criou a **COMISSÃO MEIRA MATOS**, que propôs uma série de medidas para a agilização da reforma universitária que coincidia com as propostas dos Acordos MEC-USAID. A reforma universitária deveria pautar-se pelos ideais da modernização, da eficiência e da produtividade. Os estudantes fizeram passeatas e greves a fim de pressionar o governo e chamar a atenção para os problemas estruturais da educação. Em março de 1968, o movimento estudantil atingiu seu ápice, com uma passeata contra a demolição do restaurante Calabouço, que fornecia refeições a preços acessíveis. Os policiais reprimiram essa passeata utilizando armas de fogo, o que provocou a morte do estudante secundarista Edson Luís.

**ROMANELLI, OTAÍZA
DE OLIVEIRA**

Op. cit.

A COMISSÃO**MEIRA MATOS**

era composta pelo coronel Carlos Meira Matos, da Escola Superior de Guerra; pelo promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga; pelo coronel-aviador Waldir Vasconcellos, do Conselho de Segurança Nacional e pelos professores Hélio de Souza Gomes e Jorge Boaventura de Souza e Silva.

Assista ao filme *Pra Frente Brasil*, de 1983, dirigido por Roberto Farias.

Em 28 de novembro de 1968, promulgou-se a Lei 5.540, que reformou o ensino universitário. A proposta político-pedagógica dessa reforma corroborou as diretrizes postuladas pelos acordos MEC-USAID e pelos relatórios feitos por: John Hilliard, Rudolph Atcon e pelo coronel Meira Matos. Em dezembro de 1968, o governo decretou o Ato Institucional n° 5, que retirava todas as garantias individuais, públicas e privadas do cidadão e concedia ao Presidente da República plenos poderes; em fevereiro de 1969, promulgou-se o Decreto-lei n° 477, que proibia toda e qualquer atividade extraclasse. Essas medidas repressivas possibilitaram a desestruturação da coordenação nacional do movimento estudantil, realizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), dos Diretórios Acadêmicos e Centrais dos cursos universitários e dos Grêmios das escolas secundárias. Esfacelou-se, assim, o movimento estudantil e efetivou-se a reforma universitária.

A Reforma Universitária exigiu que os estabelecimentos isolados de ensino superior se aglutinassem em universidades ou federação de escolas; a menor fração da estrutura universitária passou a ser o departamento, onde as disciplinas ficaram reunidas; unificou o vestibular; extinguiu a cátedra. A universidade teria as seguintes modalidades de cursos: graduação; pós-graduação; extensão; aperfeiçoamento e especialização. O curso de graduação dividia-se em: ciclo básico e ciclo profissional. A nova composição curricular estava baseada em disciplinas, por isso instituiu-se o sistema de créditos, cada aluno escolheria as disciplinas que mais interessavam à sua profissionalização, criando um fracionamento do curso e diminuindo a possibilidade de um mesmo grupo de alunos seguir juntos numa mesma classe, o que evidenciava uma estratégia política do governo militar. As metas da reforma eram a racionalização, a eficiência e a produtividade, não havendo uma preocupação com uma formação complexa e de qualidade.

Acompanhando a tônica da racionalidade, eficiência e da produtividade, alguns anos depois, em 11 de agosto de 1971, foi promulgada a reforma do ensino de 1° e 2° Graus, por meio da Lei 5.692. O ensino de 1° Grau seria de oito anos, integrando o curso primário e o ginásial. Os cursos Clássico, Científico, Técnico e Normal foram transformados em ensino de 2° Grau, realizados em três ou quatro anos. O ensino de 1° Grau daria formação geral e proporcionaria sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho; o de 2° Grau tinha como meta primordial a formação profissional.

A nova meta do ensino de 2º Grau devia-se, segundo Romanelli, “ao aumento constante dos excedentes dos exames vestibulares e pela pressão por mais vagas, a reformulação do ensino médio se configurava(...)como uma forma de conter a demanda em limites mais estreitos(...)isso só seria possível na medida em que aquele grau do ensino fosse capaz de proporcionar uma formação profissional” (ROMANELLI, 1982, p. 234). Assim, ao terminar o 2º Grau, a pessoa poderia se inserir no mercado de trabalho e não pressionaria para ingressar na universidade.

A Lei 5.692 foi regida por dois princípios: *continuidade*, que integrava primário e ginásio, e *terminalidade*, que possibilitava o ingresso imediato no mercado de trabalho, ao ser concluído o ensino de 2º Grau. Esse nível de ensino dividia-se em: formação geral e formação especial. Foram criados diversos pareceres para regulamentar a nova estrutura curricular e chegou-se a divulgar uma lista de 130 habilitações para o 2º Grau. Inseriram-se também algumas disciplinas obrigatórias: Educação Moral e Cívica; Organização Social e Política Brasileira (OSP); Estudos Sociais para o ensino de 1º Grau, que condensavam os conhecimentos de História e Geografia; Educação Física, Programa de Saúde; Educação Artística; Religião, obrigatória para a escola, mas facultativa ao aluno. Essas alterações eliminavam outras disciplinas do currículo como: História e Geografia no ensino de 1º Grau e Filosofia e Sociologia do ensino de 2º Grau, o que acarretou sérios prejuízos na formação geral dos alunos.

A Escola Normal também sofreu mudanças, porque se extinguiu a denominação curso Normal e criou-se a habilitação Magistério; a Escola Normal transformou-se numa escola profissionalizante. O professor primário deveria se transformar em técnico de nível de 2º Grau, que pudesse cumprir com eficiência e racionalidade a tarefa de educar. O predomínio da concepção tecnicista provocou a diluição da formação geral, do núcleo comum, em benefício de aspectos instrumentais. Além disso, a habilitação para o Magistério, devido a seu baixo custo financeiro, se expandiu sem o necessário controle de sua qualidade. Os efeitos da Lei 5.692/71 foram devastadores para as Escolas Normais, tanto que, a partir de 1980, surgiu um movimento para revitalizar os cursos de Formação de Professores nas Escolas Normais e nas Faculdades de Educação.

Em 1980, durante a I Conferência Brasileira de Educação (I CBE), foi criado o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, com a intenção de mobilizar os professores e alunos para a reformulação dos cursos de Formação de Professores.

Vamos agora analisar brevemente o que foi proposto pela reforma empreendida pela Lei 5.692 e as consequências dessa reforma.

A reforma pretendia: a extensão da obrigatoriedade do ensino (1ª a 8ª série – ensino de 1º Grau); superar o dualismo escolar, não separando o curso secundário do técnico; profissionalização; cooperação entre escola e empresa e a integração entre o ensino de 1º e 2º Graus.

A integração do ensino fundamental se consolidou, mas a profissionalização não se efetivou e acentuou-se o dualismo escolar, pois as escolas privadas permaneceram fornecendo um ensino de 2º Grau de caráter propedêutico, ou seja, com ênfase na formação geral, preparando para o vestibular. As escolas públicas não foram dotadas de recursos materiais e de professores com formação para ministrar as habilitações específicas. Assim, o ensino de 2º Grau, nas escolas públicas, nem profissionalizava, nem possibilitava uma formação geral. Não houve a cooperação entre empresa e escola, ou seja, não houve uma política de colaboração entre empresas e escolas para consolidar a profissionalização. Também não foi efetivada a integração entre ensino de 1º e 2º Graus. Ao iniciar a década de 1980, todos reconheciam que a reforma fracassou. Em 1982, foi promulgada a Lei 7.044, que retirava a obrigatoriedade das escolas em relação ao ensino profissionalizante e o Parecer 342, que tornava a disciplina Filosofia optativa, no ensino de 2º Grau.

Com relação à educação popular, em 1967, criou-se o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que pretendia retomar o método Paulo Freire; a proposta, porém, foi difícil de ser viabilizada devido à conjuntura política. O Mobral começou a funcionar em 1970, período em que a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos era de 33%. Vários estudos demonstram que a proposta do Mobral teve uma eficácia questionada, pois ela produzia analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que mal sabiam assinar o nome e não possuíam os conhecimentos essenciais para uma atuação como cidadão pleno.

Na década de 1980, vários movimentos educacionais questionaram a política educacional brasileira. A educação estava imersa numa profunda crise. Diversas entidades lutavam em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Concomitantemente, o regime militar estava apresentando sinais de enfraquecimento e algumas organizações de professores e estudantes se reestruturavam. Pessoas exiladas conseguiram anistia, inclusive o professor Paulo Freire, que retornou ao país em 1980. Devemos assinalar que a década de 1980 foi muito rica em movimentos sociais e políticos.

Agora vamos caminhar para uma outra etapa da política educacional denominada Nova República. Essa etapa iniciou-se com o processo de transição democrática, no governo civil de 1985, do presidente José Sarney.

RESUMO

Nesta aula, analisamos brevemente dois momentos importantes da política educacional brasileira: o período de 1945 a 1964, caracterizado como redemocratização e o de 1964 a 1985, período da ditadura militar. O período da redemocratização adotou o modelo nacional-desenvolvimentista, possibilitou o desenvolvimento de vários movimentos e campanhas de educação popular e criou uma intensa discussão em torno das idéias que sustentariam a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período da ditadura militar adotou o modelo dependente associado, que preconizava a modernização, a aceleração do processo industrial e o incentivo à exportação, o que facilitou a instalação de empresas multinacionais no país. Nesse período, em nome da racionalidade, da produtividade e da eficiência, foram feitas duas reformas educacionais, a 5.540/68, que reformou o ensino superior, e a 5.692, que reformou o ensino de 1º e 2º Graus. Com o fracasso dessas reformas e a crise no governo da ditadura militar, surgiram vários movimentos e campanhas que lutaram por mudanças na política educacional brasileira.

EXERCÍCIOS

1. Leia o primeiro item da aula e analise as propostas de educação popular que surgiram, ao longo da década de 1950 e início da década de 1960, mostrando as suas diferenças.
2. Faça uma reflexão sobre a citação de Paschoal Lemme que está na abertura do segundo item da aula.
3. Comente o papel dos Acordos MEC-USAID na política educacional brasileira, a partir da leitura do segundo item da aula .
4. Analise brevemente as reformas das Leis 5.540/68 e 5.692/71 e discuta as consequências para os níveis fundamental, médio e superior.

AUTO-AVALIAÇÃO

Você compreendeu como se realizou o processo de redemocratização no Brasil, a partir de 1945, e quais os aspectos que marcaram a política socioeconômica? Percebeu as discussões em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? Entendeu a discussão sobre as diferentes propostas de educação popular? Observou as mudanças políticas e econômicas no período da ditadura militar e as reformas que foram realizadas no ensino superior, fundamental e médio? Então, você pode prosseguir a sua viagem em direção à próxima aula que tratará da política educacional da segunda metade da década de 1980 e dos anos 90, apontando os aspectos que influenciaram a política educacional que está vigorando atualmente no Brasil.

A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1985-2000)

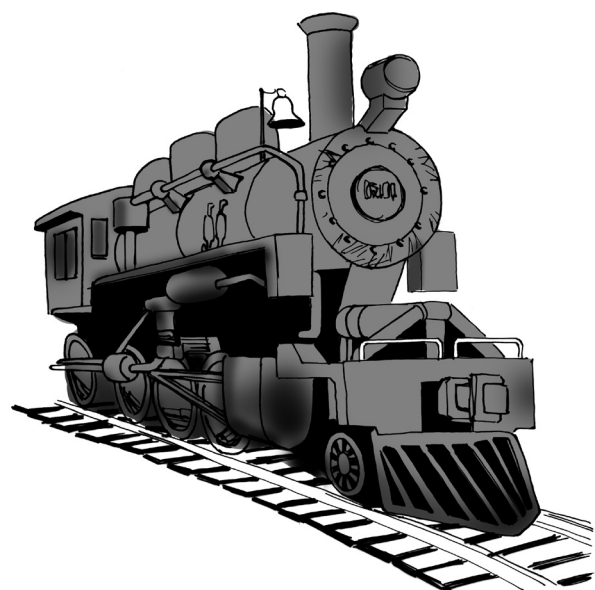
AULA

8

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Analisar os fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciaram a política educacional entre 1985 e 2000.
- Destacar os principais aspectos da política educacional brasileira entre 1985 e 2000.



A nossa viagem prossegue em direção à segunda metade da década de 1980, um momento muito significativo em discussões político-pedagógicas. Nesse período, deflagrou-se a *Campanha das Diretas Já* que mobilizou um enorme contingente de pessoas que lutaram pela volta das eleições diretas para a Presidência da República e a restauração da democracia no país. Em 1985, apesar dessa campanha, o Congresso elegeu, por via indireta, o primeiro presidente civil, Tancredo Neves; com sua morte, seu vice, José Sarney, assumiu o poder. Começou, então, um período de transição democrática. A partir do início da década de 1980, alguns partidos extintos voltam à legalidade e vários movimentos sociais e entidades sindicais recomeçam a atuar. Nesse período, eclodiram importantes movimentos político-educacionais e instalou-se o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Inicialmente, vamos analisar o período de 1985 a 1996, quando se elaborou a Constituição de 1988 e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996. Depois analisaremos o período de 1997 a 2000, momento que apresentou importantes mudanças na política educacional.

A POLÍTICA EDUCACIONAL ENTRE 1985 E 1996

FREIRE, PAULO

Simpósio
Internacional para
Alfabetização.
Persépolis, Irã,
setembro de 1975.
In: Gadotti, Moacir.
*História das Idéias
Pedagógicas*. SP:
Ática, 1995. p. 254.

O problema que se põe àqueles que, mesmo em diferentes níveis, se comprometem com o processo de libertação, enquanto educadores, dentro do sistema escolar ou fora dele, de qualquer maneira dentro da sociedade (estrategicamente fora do sistema; taticamente dentro dele), é saber o que fazer, como, quando, com quem, para que, contra que e em favor de quê.

PAULO FREIRE

NEVES, LUCIA MARIA WANDERLEY (Coord.)

*Política educacional
nos anos 90: determi-
nantes e propostas*.
Recife: Ed. Universitá-
ria da UFPE, 1995.

Continuando a nossa viagem pela década de 1980, constatamos que esse período foi marcado por importantes discussões políticas. Várias entidades civis e movimentos sociais surgiram com o propósito de debater e propor novos caminhos para a política em geral e, também, para a política educacional. De acordo com **NEVES** (1995), essa década foi marcada pela socialização do poder político. Discussões significativas frutificaram em órgãos vinculados ao poder e à sociedade civil. Foram criados o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Tais entidades promoveram debates e elaboraram

propostas que se diferenciavam daquelas discutidas e implementadas pelos governos nas três últimas décadas; buscaram a construção de um sistema educacional para uma sociedade democrática, com maior controle social das políticas públicas. A educação passou a ser vista como um serviço essencial para a cidadania e um elemento importante no processo de transformação social. As propostas discutidas no CONSED, na UNDIME, na CUT (Central Única de Trabalhadores), na CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e em outras entidades nacionais foram sintetizadas no *Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito*.

Paralelamente, os empresários, principalmente aqueles que lidavam com a educação, também se organizaram para elaborar propostas para a política educacional brasileira. Reivindicaram um sistema educacional que formasse técnicos capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas. Não mais se admitiam trabalhadores apenas alfabetizados; eles deveriam dominar conhecimentos básicos que lhes permitissem trabalhar com novas tecnologias. Os que pertenciam aos quadros intermediários seriam formados pelo Senai e pelo Senac; uma outra parcela deveria ter formação tecnológica de nível superior, pois trabalharia com uma tecnologia mais avançada.

A segunda metade da década de 1980 foi muito rica em discussões, pois estavam sendo traçados os caminhos políticos que influenciaram a nova Constituição brasileira. De acordo com **NEVES** (1994), no processo da constituinte, entre 1987 e 1988, havia uma luta pela **HEGEMONIA**, ou seja, um embate entre a mudança e o conservadorismo. Nesse momento, apareceram propostas distintas para a educação brasileira.

O bloco conservador acreditava que o desenvolvimento social decorria do desenvolvimento econômico; propôs, portanto, diminuir a intervenção do Estado na economia, como condição essencial para o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a competitividade dos produtos nacionais. De acordo com esse grupo, o desenvolvimento científico e tecnológico seria possível a partir da transferência de tecnologias dos países centrais para o Brasil. Seus componentes defendiam a seguinte tese: a iniciativa privada era peça fundamental na formulação da política educacional. Sendo assim, propuseram que a modernização se efetivasse por meio do ensino superior e impuseram limites à socialização do saber, mas não abandonaram de todo o ensino fundamental e médio, condição essencial à mediação política entre governo e as massas.

**NEVES, LUCIA
MARIA WANDERLEY**

*Educação e política
no Brasil de hoje. São
Paulo: Cortez, 1994.*

HEGEMONIA

Veja a definição
do conceito de
hegemonia na Aula 27
de Fundamentos da
Educação 1.

O grupo político que defendia a mudança propôs:

- transformações na política econômica, de modo que houvesse crescimento econômico com distribuição de renda;
- a desprivatização do Estado; ou seja, lutavam por uma democracia representativa e participativa;
- ampliação e aprofundamento das relações democráticas de poder, com o fortalecimento da sociedade civil e controle social das ações estatais;
- socialização do saber;
- uma educação superior de caráter científico-tecnológico;
- ampliação da educação infantil;
- universalização do ensino fundamental;
- acesso a todos ao ensino médio;
- melhora das condições materiais do sistema educacional.

**NEVES, LUCIA
MARIA WANDERLEY**

Op. cit. pp.101-102.
1994.

Esses dois grupos e suas propostas demonstraram, segundo **NEVES**, que a educação passou *a se configurar como uma política social do Estado, consubstanciou-se em direito social, em direito de cidadania, de pertencimento a uma ordem jurídico-política democrática*. No processo de elaboração da nossa nova Constituição havia a consciência do papel social e econômico da educação, mas não foram criados mecanismos para mudar substancialmente o sistema educacional brasileiro, principalmente com relação à qualificação para o trabalho.

A partir da segunda metade da década de 1980, presenciamos mudanças em alguns sistemas estaduais de ensino. O Plano Mineiro de Educação (1984/1987) criou os Cefams (Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), que tinham como meta promover cursos de especialização para os professores. Esse projeto também foi aplicado em São Paulo a partir de 1988, e seus professores recebiam bolsas de estudo para frequentar os cursos. Também nesse Estado foi implementado o Profic (Programa de Formação Integral da Criança), em que as crianças do ensino fundamental estudavam em tempo integral, medida essa que pretendia acabar com a evasão e repetência. No Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola, foram implantados os Cieps (Centros Integrados de Educação Pública), que ofereciam educação em tempo integral às crianças do ensino fundamental; os prédios, projetados por Oscar Niemayer, possuíam *biblioteca, quadra de esporte, refeitório, vestiário, gabinete médico e odontológico*

(ARANHA, 2000, p. 222). Essas propostas exemplificam o que afirmamos anteriormente, isto é, que a educação passou a ser tratada como política social.

Ao ingressar na década de 1990, a política educacional brasileira estava diante de diferentes propostas educacionais: dos sindicatos, do empresariado industrial, da Igreja, dos empresários leigos do ensino, dos especialistas em educação e dos movimentos sociais urbanos. No plano político, existiam dois projetos: o de Collor de Mello, denominado Brasil Novo, apoiado por uma política de direita e centro-direita e o de Lula, denominado Frente Brasil Popular, apoiado por forças políticas de esquerda. O projeto de Collor de Mello defendia: a inserção associada e dependente do Brasil na nova ordem mundial; a abolição das restrições impostas à entrada do capital internacional; transferência de ciência e tecnologia produzida no exterior e modernização dos instrumentos de organização da sociedade civil, priorizando as iniciativas privadas. O projeto de Lula defendia: a inserção soberana e competitiva do Brasil à economia internacional; o crescimento auto-sustentado, harmônico e democrático; a democracia política com transparência e *participação dos cidadãos na gestão da coisa pública* (NEVES, 1995, p. 21), a criação de mecanismos de controle social sobre a economia, democratização do poder judiciário e democratização do uso dos meios de comunicação de massas.

Collor de Mello ganhou as eleições presidenciais, com o apoio do empresariado nacional e uma parcela da classe média. O governo Collor propôs os seguintes projetos: Projeto de Reconstrução Nacional, Programa Setorial de Educação, Projeto Minha Gente e Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. No governo Collor, havia uma pressão para se fazer a revolução tecnológica e questionavam-se a produtividade, a competitividade e a qualidade da produção nacional. Essas novas exigências requeriam mudanças na escolarização do trabalhador, que deveria dominar técnicas mais racionais de trabalho; ao mesmo tempo, houve um desmonte da política científica e tecnológica, o que nos levou a concluir que o trabalhador deveria dominar um conhecimento que o levasse a desempenhar, com maior racionalidade e eficiência sua tarefa. A intenção, pois, não era promover um desenvolvimento científico e tecnológico no país. Alguns projetos no campo da educação popular, num segundo momento do governo Collor, são retomados, como os Centros Integrados de Assistência à Infância, os CIACs, mas quando essa política começou a ser executada,

**ARANHA, MARIA
LUCIA DE ARRUDA**

História da Educação.
SP: Moderna, 2000.

**NEVES, LÚCIA
MARIA WANDERLEY**

Op. cit.

o governo Collor já estava perdendo a credibilidade. Começaram as denúncias de corrupção e surgiram dois movimentos: Movimento Opção Brasil e o Movimento em favor da Ética na Política. Essas manifestações ganharam as ruas e empresários, partidos, uma parcela significativa da Igreja Católica e outros segmentos da sociedade encamparam um movimento para retirar o presidente Collor de Mello do poder. Com o *impeachment*, o presidente optou por renunciar, e seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência.

Concomitantemente às discussões sobre a política e a economia que deviam vigorar no Brasil na década de 1990, realizou-se o embate para a implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa questão estavam presentes diferentes interesses dos empresários, da Igreja, dos trabalhadores, dos profissionais da educação, entre outros. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública redigiu uma carta de princípios que foi divulgada em 9 de agosto de 1989; nela constavam as seguintes diretrizes (NERY, 1995):

NERY, TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

O embate político-educacional nos anos 90 – tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (coord.). *Política educacional dos anos 90: determinantes e propostas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

- A escola pública deve formar o cidadão comprometido com as mudanças necessárias para construir uma sociedade democrática.
- A escola pública deve ser mantida pelo setor público.
- O Estado deve manter uma escola pública de qualidade e gestão democrática.
- O sistema educacional deve ter gestão democrática em todos os níveis.
- Os recursos públicos deveriam ir para a rede privada somente depois de supridas todas as necessidades do ensino público.
- A arrecadação, a distribuição e a aplicação dos recursos públicos devem ser controladas por mecanismos democráticos.
- O trabalho deve ser o princípio educativo.
- Escola unitária, ou seja, que dê formação geral e específica simultaneamente e não separe o trabalho manual do intelectual.
- Desenvolvimento da produção científica, cultural e tecnológica na universidade.
- Valorização do profissional da educação.

Essas diretrizes foram amplamente debatidas e o Fórum tentou sensibilizar os parlamentares para as suas proposições. Em 1988, o deputado Otávio Elísio (PMDB/MG) apresentou à Comissão de Educação, Cultura e Desportos o primeiro projeto de LDBEN (projeto de lei 1.258/88). Designou-se o deputado Jorge Hage (PDT/BA) para relator; ele ouviu as entidades da sociedade civil e outros parlamentares e apresentou, em agosto de 1989, o primeiro substitutivo do Projeto Otávio Elísio, que contou com o apoio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Mas a vitória de Collor dificultou o avanço dessa discussão e tornou difícil a negociação parlamentar, porque, entre 1990 e 1991, o governo Collor priorizou as propostas educacionais do empresariado industrial. No início de 1990, Jorge Hage apresentou o segundo substitutivo, mas os defensores dos interesses privados criaram uma série de mecanismos para que esse substitutivo não caminhasse na Câmara dos Deputados. Collor reuniu aliados para barrar o projeto do deputado Jorge Hage; assim, foram criados vários empecilhos que impediram a votação do projeto na Câmara dos Deputados. Em 1992, Darcy Ribeiro apresentou outro projeto de LDBEN, que também foi assinado por Maurício Correa (PDT/RJ) e Marco Maciel (PFL/PE). Logo em seguida, o projeto do deputado Jorge Hage foi retirado do Congresso, o projeto de Darcy Ribeiro foi votado e transformou-se na nova LDBEN, Lei 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação reflete as contradições da política educacional brasileira. A educação passa a ser definida como dever da família e do Estado, fundamentada na liberdade e na solidariedade humana, tendo como meta o livre desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. No artigo 3º foram traçados os princípios do ensino:

- 1) *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- 2) *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- 3) *pluralismo de idéias e de concepções ideológicas;*
- 4) *respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- 5) *coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- 6) *gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- 7) *valorização do profissional da educação escolar;*
- 8) *gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*

- 9) *garantia de padrão de qualidade;*
- 10) *valorização da experiência extra-escolar;*
- 11) *vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

A educação escolar foi dividida em dois segmentos: educação básica e educação superior. A educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A responsabilidade de financiamento e manutenção da educação infantil e do ensino fundamental é do município, o ensino médio é responsabilidade do estado e a educação superior deve ser financiada e mantida pelo governo federal. Com relação ao financiamento federal, encontramos algumas exceções: o Colégio Pedro II e a rede de Escolas Técnicas Federais.

A concepção de educação básica pode ser considerada um avanço por articular três níveis de ensino, mas apenas o ensino fundamental obteve gratuidade obrigatória; os demais segmentos, como a educação infantil e o ensino médio, tiveram a gratuidade sugerida, mas não garantida, o que dificulta o acesso de crianças e adolescentes a esses níveis de ensino. Além disso, somente o ensino fundamental tem uma dotação orçamentária específica, vinda através do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que financia exclusivamente o ensino fundamental. Essas omissões impossibilitam o acesso efetivo de todos aos diferentes segmentos da educação básica.

Devemos refletir também sobre o princípio norteador do currículo do ensino fundamental e médio que aparece na Lei, a *base nacional comum*, que contempla conteúdos para formação geral e a formação específica dos educandos. Na verdade, o que está na lei desvirtuou uma luta histórica promovida pela Associação Nacional pela Formação do Profissional da Educação (Anfope) que visava à conquista da *base comum nacional*, um conjunto de conhecimentos imprescindível à formação de qualquer cidadão; era fundamentada em diferentes áreas de conhecimento, articulando teoria e prática, tendo como meta a formação complexa. Tal desvirtuamento tem conseqüências políticas para a formação de qualquer educando, pois somar conteúdo geral com específico não é a mesma coisa que possibilitar uma formação complexa.

Com relação à formação do profissional da educação, a LDBEN também encampa uma luta histórica que é a formação em nível superior dos professores de todos os níveis de ensino, sugerindo que em dez anos, partindo de 1997, os professores do primeiro segmento do ensino fundamental (as quatro séries iniciais) cursem o ensino superior. Essa determinação tem causado muita polêmica, pois sabemos que até 2007 não será possível cumprir essa determinação, principalmente porque não foi traçada, por parte do governo federal, nenhuma política para ampliar significativamente as vagas no ensino superior público para cumprir essa meta. Em vista disso, assistimos à proliferação desenfreada de cursos superiores aligeirados, em instituições privadas, para formar o professor.

Outro aspecto que devemos destacar na lei é a menção à educação especial, para portadores de necessidades especiais e à educação indígena. Com relação à educação especial, a lei sugere que ela deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, o que tem provocado muita polêmica, porque os professores não receberam uma formação específica para lidar com as diferentes modalidades de deficiências, como por exemplo de surdos, cegos, portadores de paralisia cerebral e outras carências especiais ou limitações. Com relação à educação indígena, houve um avanço porque, segundo a lei, a União deve apoiar técnica e financeiramente a educação intercultural nas comunidades indígenas, respeitando a língua de cada uma delas e praticando um currículo específico.

Quanto à educação superior, foi feita a seguinte divisão de cursos e programas:

- 1) cursos seqüenciais por campo de saber;
- 2) cursos de graduação;
- 3) Programas de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização, Aperfeiçoamento e outros) e de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado);
- 4) cursos de extensão. A educação superior pode ser ministrada em estabelecimentos públicos ou privados.

Observamos que a partir do final da década de 1980, houve um grande credenciamento de instituições privadas de nível superior, totalizando, atualmente, mais de 70% dessa modalidade de ensino. Esse fenômeno tem provocado uma grande discussão entre as entidades que lutam pela educação pública e gratuita de qualidade.

Outro aspecto que tem sido polêmico na atual política educacional é a representatividade do Conselho Nacional de Educação. A maioria dos representantes desse Conselho defende os interesses dos estabelecimentos privados e os estabelecimentos públicos têm uma baixa representatividade, o que é preocupante num momento de luta pela defesa do ensino público e gratuito de qualidade.

Consideramos que a atual LDBEN reflete uma grande luta político-ideológica, com avanços e recuos e, por isso, devemos interpretá-la nas suas linhas e entrelinhas. Devemos considerá-la um aparato legal importante para reflexão e uma peça significativa da nossa atual política educacional. Caminhemos agora para o final da década de 1990, no intuito de compreender alguns desdobramentos da política educacional após a promulgação da LDBEN.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE 1997 A 2000

Há sempre uma forma de educação que poderemos chamar de fundamental: é aquela que faz com que o indivíduo passe a compreender a própria estrutura da sociedade em que vive, o sentido das transformações que estão se processando nela, e, assim, de mero protagonista inconsciente do processo social, passe a ser um membro atuante da sociedade, no sentido de favorecer sua transformação ou, ao contrário, a ela se opor, porque ela se dará em detrimento de seus interesse.

LEMME, PASCHOAL

Memórias. São Paulo: Cortez, 1988, Vol. 3, p. 73.

PASCHOAL LEMME

NEVES, LÚCIA MARIA WANDERLEY

Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: Lebauspain, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Percebemos que a política educacional brasileira dos anos 90 tinha como meta, segundo **NEVES** (1999), formar um novo tipo de homem e de trabalhador, usando o aparato escolar e os meios educacionais. Era necessário subordinar a formação escolar aos interesses de um novo patamar econômico, o neoliberalismo. Para concretizar essa meta, realizou-se uma mudança abrangente no arcabouço normativo da educação escolar, no currículo e na gestão do sistema educacional. Além das mudanças da LDBEN, podemos destacar mais quatro aparatos legais que mudaram substancialmente a educação, na segunda metade da década de 1990: Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentou a educação

profissional; Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, que estabeleceu novas modalidades de estabelecimentos de ensino superior; Parecer 115, aprovado em 10 de agosto de 1999, que criou as diretrizes gerais para os Institutos Superiores de Educação; Decreto nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999, que dispôs sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.

O Decreto nº 2.208/97 mudou substancialmente a educação profissional, que passou a abranger três níveis: básico, técnico e tecnológico. A educação profissional seria organizada independente do ensino médio de formação geral; ou seja, separou-se a formação geral e a específica, acabando com a formação integral do técnico. O currículo seria organizado por meio de módulos para os níveis técnico e tecnológico. O conteúdo desse decreto foi muito criticado pelos movimentos político-educacionais, porque criou um ensino profissional voltado apenas para as necessidades imediatas do mercado de trabalho, impossibilitando a formação complexa do técnico e do tecnólogo; além disso, a organização por módulos não possibilitava a interdisciplinaridade. Na verdade, se consolidou a divisão clara entre trabalho manual e trabalho intelectual.

O Decreto 2.306/97 estabeleceu cinco modalidades de estabelecimentos de ensino superior: 1) universidade, que deve cultivar o ensino, a pesquisa e a extensão; 2) Centros Universitários, que deve ter um ensino de excelência; 3) Faculdades Integradas; 4) Faculdades; 5) Institutos Superiores ou Escolas Superiores. Esse decreto cria uma distinção e diferenciação no ensino superior, uma flexibilização na forma de constituir instituições de ensino superior, o que faz com que apenas algumas tenham como exigências ministrar ensino de excelência e realizar pesquisa. Sendo assim, apenas algumas pessoas terão acesso a um ensino superior de qualidade que leva a uma formação complexa.

O Parecer 115, de 1999, e o Decreto nº 3.276 cumprem, na verdade, a mesma intenção: criar um novo espaço para formar os professores da Educação Básica, principalmente aqueles da educação infantil e do primeiro segmento do ensino fundamental. Assim, a preparação dos professores da educação básica deve ocorrer num determinado tipo de instituição de ensino que não tenha como parâmetro a pesquisa, cuja ênfase é a formação técnico-profissional.

Essa proposta nos faz refletir sobre a estratégia política do governo com relação à formação de professores e levanta algumas questões: a profissão docente precisa apenas de uma formação técnico-profissional? Os professores não deveriam ter uma formação complexa, no interior de uma instituição universitária, sob a égide do ensino, da pesquisa e da extensão? Se a universidade cumpre a função da formação complexa, para que criar outros espaços de formação de professores, como o Instituto Superior de Educação? Não seria mais apropriado criar condições para a expansão das universidades?

Na verdade, essas mudanças somadas à implantação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e do Exame Nacional de Cursos, o famoso Provão, são estratégias da política educacional brasileira para testar a rentabilidade e produtividade dos cursos da educação básica e da educação superior. Houve uma tentativa, ao longo da década de 1990, de nortear a educação brasileira pelos princípios da produtividade, eficiência, flexibilidade e modernidade; esses princípios são vistos como imprescindíveis a uma educação que siga os parâmetros de uma política e de uma economia capitalista que separa claramente quem exercerá o trabalho complexo e o que vai desenvolver o trabalho simples.

Por isso, não devemos permitir o aligeiramento da formação dos profissionais da educação e a mera adequação da formação de nossos profissionais, simplesmente para cumprir uma determinada etapa do capitalismo; ou seja, não se deve adequar o conteúdo curricular à maneira de pensar, agir e sentir capitalista no atual estágio do seu desenvolvimento. Devemos lutar pela qualidade da formação educacional em todos os níveis, pela valorização do profissional da educação, por uma formação que não separe o teórico do prático, mas que leve necessariamente a todos a possibilidade de uma formação complexa e de qualidade, porque somente assim teremos efetivamente a formação de cidadãos críticos, autônomos e éticos.

Vamos adiante em nossa viagem. Na próxima aula, aprofundaremos mais o estudo da educação na Constituição de 1988, pois nesta aula apenas refletimos genericamente sobre momentos que marcaram a política educacional entre 1985 e 2000.

RESUMO

Analizamos, nesta aula, os principais aspectos da política educacional brasileira, de 1985 a 2000. Nesse período, proliferaram importantes movimentos político-educacionais, entre eles o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Entre as décadas de 1980 e 1990 do século XX, apareceram entidades civis e movimentos sociais que foram importantes para a discussão da política educacional brasileira. Em 1996, foi promulgada uma nova LDBEN, que promoveu uma transformação na estrutura educacional brasileira. O sistema educacional do país passou a ser dividido em dois segmentos: educação básica e educação superior. A partir de 1997, foram feitas mudanças significativas na educação profissional e na formação de professores, para inserir a educação brasileira num novo patamar do capitalismo. O sistema educacional brasileiro, com as novas medidas educacionais, reforçou a separação entre a formação do trabalho simples e o trabalho complexo.

EXERCÍCIOS

1. Reflita sobre a citação de Paulo Freire que está no início do primeiro item desta aula.
2. Aponte as diferenças que existem entre as propostas educacionais dos conservadores e do grupo que defendia a mudança no final da década de 1980.
3. A nova LDBEN dividiu a educação brasileira em dois segmentos: educação básica e educação superior. Essa estrutura educacional traz ou não benefícios para a estrutura da educação brasileira?
4. Você é favorável ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e ao Provão? Por quê?

AUTO-AVALIAÇÃO

Você percebeu como a educação brasileira está vinculada às mudanças políticas? Como o processo de abertura política e o processo da Constituinte abriram um campo de luta para as mudanças educacionais? Compreendeu o significado político da nova LDBEN e de suas mudanças? Entendeu as novas regulamentações realizadas na educação profissional e na formação dos professores? Então você está com subsídios para aprofundar ainda mais a relação da educação com a Constituição de 1988 e as mudanças da LDBEN nas próximas aulas.

A Constituição de 1988 e a Educação

AULA

9

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Compreender o que são a legislação, em geral, a Constituição, em particular, e as Leis sobre Educação dela emanadas.
- Identificar noções gerais de legislação como: conceito, características, princípios, classificação e hierarquia das normas legais.
- Analisar a Constituição Federal promulgada em 1988, tecendo comentários sobre posições políticas e ideológicas que condicionaram sua elaboração.
- Discutir as principais características norteadoras da Educação contidas na Constituição de 1988.

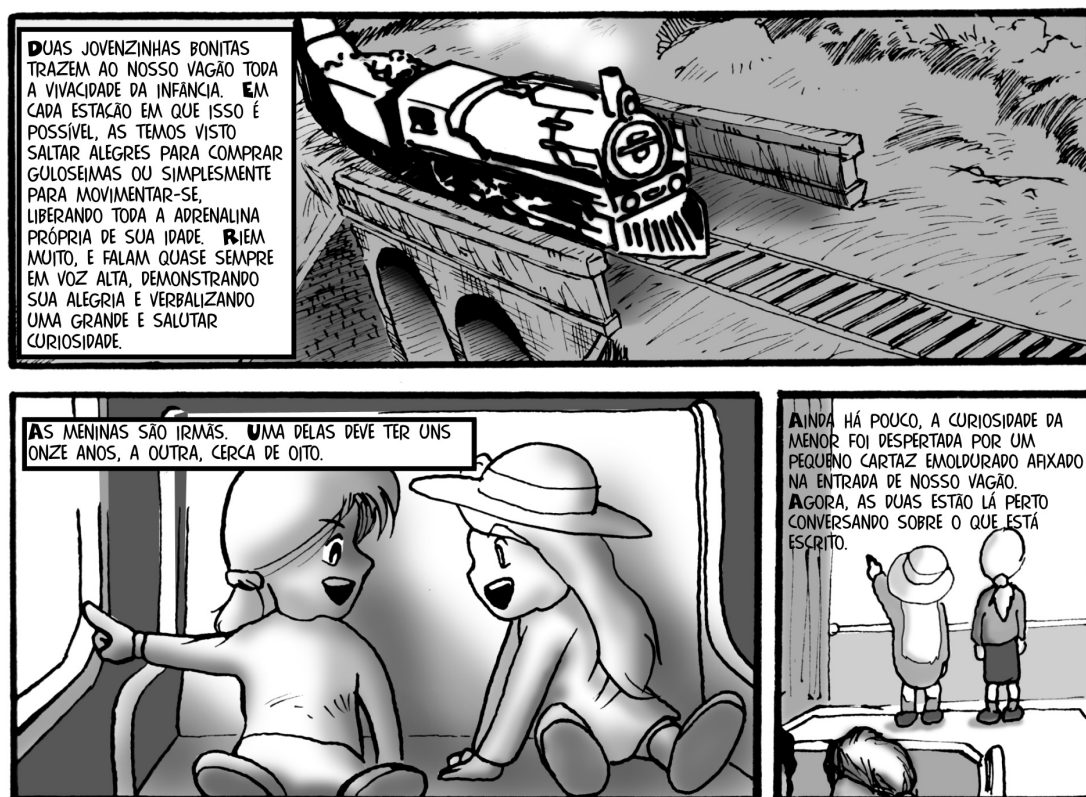


O realismo pode ter dois sentidos em política. O primeiro exige não lutar contra a realidade, mas adaptar-se a ela; o segundo exige levar em conta a realidade para esperar transformá-la.

(MORIN, Edgar. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995).

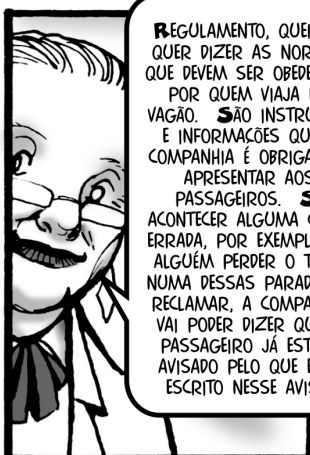
Nosso trem imaginário continua, prezado aluno, a nos conduzir nesta viagem pela "Terra dos Fundamentos da Educação". Aqui, dentro do vagão, com o trem em movimento, ou nas paradas que temos feito em várias estações, vamos aproveitando todas as oportunidades para aprender. A paisagem descortina conhecimentos; nossas conversas revelam saberes e examinam experiências; nossa bagagem vai reunindo tudo isso, possibilitando a você tanto acumular conhecimentos acerca dos fundamentos da Educação quanto aproximá-los de sua experiência prática, atual ou futura.

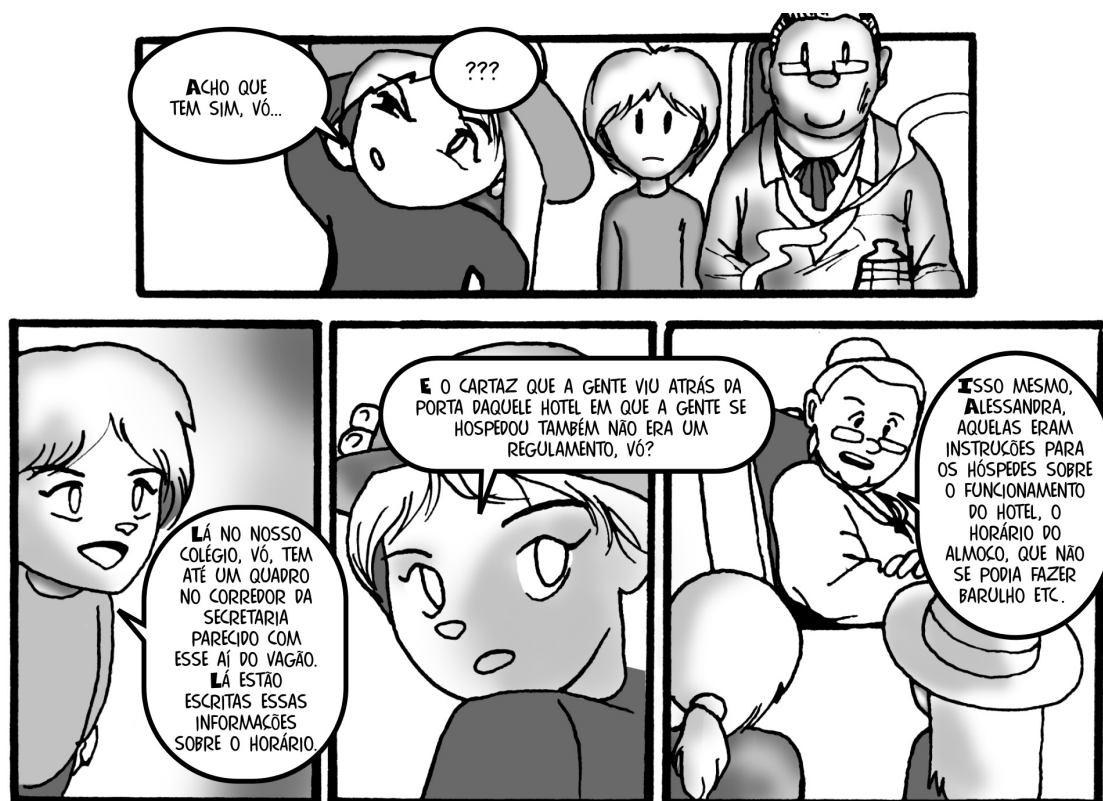
A cena que se passa diante de nossos olhos neste momento é muito interessante e vai servir para nos aproximar do tema desta aula. Vamos observá-la.





- ITEM 1- NÃO É PERMITIDO TRANSPORTAR ANIMAIS NESTE VAGÃO;**
ITEM 2- A COMPANHIA NÃO SE RESPONSABILIZA POR OBJETOS DEIXADOS NO INTERIOR DOS VAGÕES;
ITEM 3- TODA A BAGAGEM DE MÃO DEVE SER ACOMODADA NO COMPARTIMENTO EXISTENTE ACIMA DAS POLTRONAS;
ITEM 4- NÃO É PERMITIDO VIAJAR COM PARTES DO CORPO PARA FORA DA JANELA, SUGERINDO-SE ESPECIAL ATENÇÃO POR PARTE DOS PASSAGEIROS QUE VIAJAM COM CRIANÇAS;
ITEM 5- RECOMENDA-SE SALTAR APENAS NAS PARADAS ONDE ISSO FOR PREVISTO, POIS OS HORÁRIOS DE CHEGADA E PARTIDA SERÃO CUMPRIDOS RIGOROSAMENTE, NÃO TENDO A COMPANHIA RESPONSABILIDADE PELOS PASSAGEIROS QUE EVENTUALMENTE NÃO TIVEREM RETORNADO AOS SEUS VAGÕES QUANDO DA PARTIDA DO TREM...





Vamos deixar, caro aluno, essa avó carinhosa, atenciosa, uma verdadeira educadora, explicando a suas netas o que é um regulamento. Pois ela tocou no tema de nossa aula: a legislação. E, dentro dela, merecerá destaque a Constituição Federal em vigor, que foi promulgada em 1988.

Além do interesse geral que deve ter todo habitante pela legislação de seu país, interessa-nos, particularmente, o que todos esses instrumentos legais significam no campo educacional.

Até os países têm seus “regulamentos”, suas normas para serem seguidas por toda a população. A gente chama essas normas de “leis”. E a lei maior, mais fundamental e importante de todas é chamada de “Constituição”.

Ao conjunto amplo de leis, dá-se portanto o nome de “legislação”. Na Educação, por exemplo, podemos falar genericamente sobre a “legislação do ensino”, ou sobre a “legislação no campo educacional”.

Vejamos agora, prezado aluno, o significado de alguns desses termos que, com freqüência, usamos em nosso dia-a-dia sem muitas vezes compreender o que querem dizer.

No verbete “Legislação”, do *Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro de Pedro Orlando* (*apud*, RAMA, M.J.S. *Legislação do ensino. Uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU, 1987), encontram-se as seguintes definições:

“Legislação é a parte da ciência do Direito que se ocupa especialmente dos estudos dos atos legislativos”;

“É, também, o conjunto de leis que regulam particularmente certa matéria e, ainda, o direito de fazer leis” (p. 1).

As leis se classificam segundo a maior ou menor extensão de sua eficácia (federais, estaduais, municipais) e quanto à hierarquia (constitucionais, orgânicas e ordinárias).

As leis constitucionais são as mais importantes. Quando definem direitos, são auto-executáveis, independentes de quaisquer movimentos complementares que as regulamentem. Há, no entanto, normas constitucionais cuja aplicabilidade exige regulamentação, que se expressa sob a forma de leis orgânicas ou leis ordinárias.

As leis orgânicas emanam do seu poder legislativo, indicado na Constituição, da qual são leis complementares. Isto é, são aquelas leis que criam ou regulam órgãos da administração pública ou instituições necessárias ao Estado.

As leis ordinárias emanam dos órgãos investidos de função **LEGIFERANTE**, por força constitucional; ou seja, são as leis menores, por oposição à Constituição e às leis de natureza constitucional.

No topo dessa hierarquia legal encontra-se a Constituição, que estabelece as normas fundamentais do país e com a qual todas as demais leis devem conformar-se, quer dizer, estar de acordo por força do princípio da constitucionalidade.

LEGIFERAR

Significa estabelecer leis, legislar.

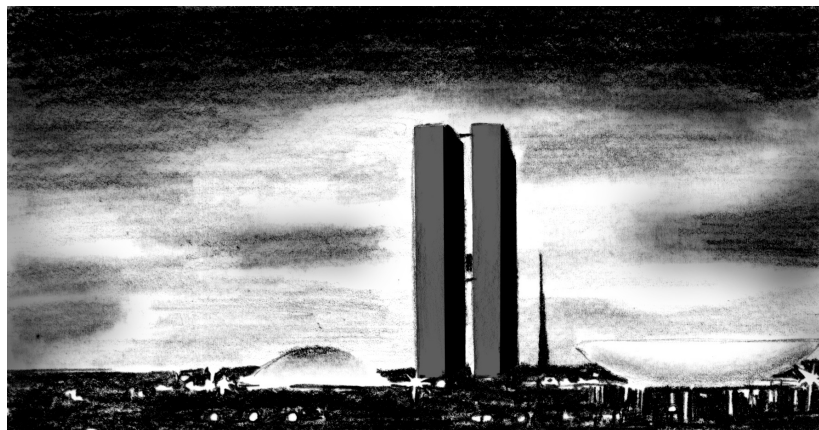
Denomina-se Assembléia Nacional Constituinte o conjunto dos deputados e senadores, integrantes do Congresso Nacional, quando lhes é outorgada a tarefa de elaborar uma nova Constituição. Sobre as noções de "instituído" e "instituinte" ou "constituído" e "constituente", releia a aula "Saber instituído e saber instituinte", constante do primeiro "mapa" de nossa viagem.

PÉTREO

Quer dizer relativo a pedra, ou seja, duro, resistente. Nesse caso da Constituição, a expressão significa o que é imutável ou pelo menos difícil de mudar.

A Constituição se sobrepõe a todas as outras leis. Por isso, aliás, é conhecida como “Carta Magna”, ou seja, carta maior, significando que é a maior de todas as leis, aquela em que deverão estar contidos todos os princípios básicos que regulam a vida de um país, sua organização e funcionamento.

A Constituição, assim como as demais leis, em regimes de normalidade democrática, emana do denominado “Poder Legislativo”, o qual forma, com o Poder Executivo e o Poder Judiciário, o denominado conjunto dos “três poderes” da República.



Sendo a lei maior e mais importante do país, a Constituição só pode e deve ser mudada em condições excepcionais e quando as condições concretas da vida nessa sociedade exigirem seu aperfeiçoamento. Desse modo, embora deva acompanhar a dinâmica da vida social e política, a Constituição contém princípios que não podem ser mudados. Estas são as chamadas “cláusulas **PÉTREAS**”, como, por exemplo, aquela que trata da soberania nacional.

O quadro que se encontra afixado na entrada do nosso vagão, que é um regulamento, não pode conter, portanto, nenhum item capaz de ferir os princípios constitucionais. Quando isso acontece, aliás, usa-se a expressão “tal regulamento ou procedimento é inconstitucional”.

Vejamos agora o caso das leis e normas aplicadas ao campo da Educação. Em ordem decrescente de hierarquia, temos:

Na esfera federal

- A Constituição da República Federativa do Brasil; as emendas constitucionais; leis e decretos-leis ordinários; atos administrativos; decretos; regulamentos; resoluções; portarias e pareceres normativos;

- Atos do Conselho Nacional de Educação: resoluções; portarias e pareceres normativos.

Na esfera estadual

- A Constituição do Estado; emendas constitucionais; leis e decretos; lei complementar; leis e decretos-leis ordinários; atos administrativos; decretos; regulamentos; resoluções; portarias, instruções etc.
- Atos do Conselho Estadual de Educação: deliberações; portarias e pareceres normativos.

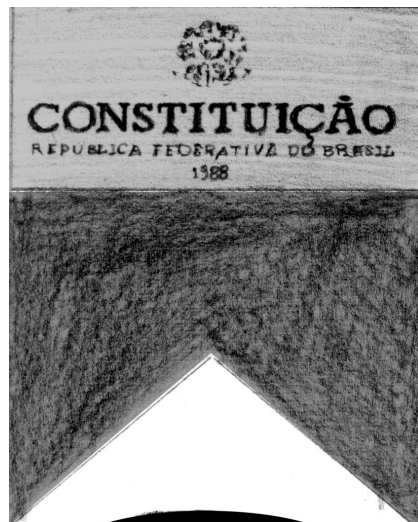
Na esfera municipal

- Lei Orgânica do Município; leis e decretos-leis municipais; atos administrativos; decretos; regulamentos; resoluções; portarias e instruções.
- Atos do Conselho Municipal de Educação: deliberações, portarias e pareceres normativos.

Portanto, caro aluno, se no nosso trem a instituição ferroviária prevê normas para o bom transcurso da viagem, a Educação também tem a sua “viagem” organizada tendo por base a legislação maior: a Constituição Federal.

A Constituição Federal atualmente em vigor foi promulgada no dia cinco de outubro de 1988. Ela nasceu da instalação da Assembléia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987.

Na parte específica destinada à Educação, os trabalhos tiveram início na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, tendo o objetivo de realizar audiências públicas, com a presença de entidades da sociedade civil, visando a discutir itens a serem votados nas subcomissões. Essa participação da sociedade foi decisiva, uma vez que o regime de trabalho da subcomissão previa que se ouvisse primeiro os constituintes, muitos ainda sem um pensamento formado sobre a Educação que se buscava para o país. Através da participação da sociedade civil nas audiências públicas, as reivindicações do setor público foram incorporadas ao texto do anteprojeto final e aprovadas na íntegra pela subcomissão, inclusive a exclusividade de recursos públicos para o ensino oficial (CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, estado e democracia no Brasil*, 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001).



Na segunda fase, a subcomissão de Educação, Cultura e Esportes fundiu-se a outras duas comissões para formar a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, constituindo a Comissão temática Nº 8. Essa fase caracterizou-se por dois pontos: a mudança do modo de atuação da sociedade civil que, em vez de expor suas posições através de debates, passou a exercer pressões junto aos constituintes; e o fortalecimento dos setores de posição política de centro, majoritários na Comissão e que tentaram impor suas reivindicações aos demais constituintes.

No campo da Educação, a mudança mais importante foi a transferência de recursos públicos para escolas comunitárias e filantrópicas ou confessionais, desde que houvesse insuficiência de ofertas na rede pública. A partir daí se abria um precedente para que as escolas particulares reivindicassem subsídios em fases posteriores da elaboração da carta constitucional. Numa próxima aula, a propósito da discussão das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, veremos como essa pressão reivindicatória por parte dos interessados no sistema particular de ensino tem marcado a discussão sobre a legislação de ensino no Brasil.

Na terceira fase, os dispositivos constitucionais não sofreram grandes mudanças, ficando mais uma vez a discussão maior centrada em torno da destinação de recursos oficiais para a Educação.

Na quarta e última fase, os constituintes que faziam parte do “centrão” puseram em prática seu plano de aprovação da Constituição. Primeiro recusaram o projeto da comissão de sistematização e, em seguida, votaram a mudança do regimento da Constituinte.

Foi apresentado, então, um novo projeto de Constituição que, no capítulo relativo à Educação, atendia integralmente aos donos de escolas privadas, e que foi confrontado com o projeto da Comissão de Sistematização. Houve, portanto, uma negociação entre os setores que defendiam a escola oficial, de modo que suas reivindicações fossem atendidas. Neste sentido, a Constituinte se transformou num balcão de negócios onde se misturavam assuntos de grande interesse nacional como a reforma agrária, o regime de governo e os recursos oficiais (CUNHA, op. cit.).

Como fruto dessa negociação, resultou uma proposta que foi apresentada como o capítulo da Constituição relativo à Educação, Cultura e Desporto, garantindo o direito de gratuidade a todos os níveis do ensino público e a destinação orçamentária da União para a Educação. Para os **PRIVATISTAS**, ficou garantido o direito de receber suporte financeiro da União, seja de forma direta, através da doação de bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio na escola particular, ou de forma indireta, através da destinação de recursos públicos para a atividade universitária de pesquisa e extensão.

Após a promulgação da Constituição, passou-se à elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que percorreu um longo caminho, durante oito anos de discussão. Sobre esta lei e sobre as LDBENs anteriores, discutiremos numa outra aula.

Direito subjetivo é o poder conferido pela norma jurídica para que o titular do direito o exerça de acordo com as leis, invocando a proteção do Estado quando algum obstáculo se apresente ao gozo e reconhecimento desse direito (TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1996. p. 19).

A Constituição de 1988 recupera o conceito de Educação como direito público subjetivo, abandonado desde a década de 1930, e fecha o círculo com relação ao direito à Educação e à obrigatoriedade escolar na legislação educacional brasileira. Dessa forma, a versão final aprovada em final de 1987 determina, em seu Artigo 212:

§1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

PRIVATISTAS

Nesse contexto, foram aqueles que defenderam a iniciativa privada em Educação, pondo, em consequência, o interesse público em segundo plano.

Finalmente, a versão definitiva da Constituição, promulgada em outubro de 1988, consagrará, no Artigo 208, o princípio da educação como direito público subjetivo:

“Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II-progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

§ 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidades da autoridade competente." (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999).

É importante destacar que, nesta trajetória, embora seja mantida a definição jurídica de Educação como direito público subjetivo, e a possibilidade de utilização de instrumentos jurídicos para garanti-la, são introduzidas duas modificações importantes.

A primeira dessas modificações é que, de acordo com a nova Constituição, o direito à Educação deixa de ser respeitado não só quando o ensino obrigatório não é oferecido pelo Poder Público, mas também quando essa oferta se faz de forma irregular. Portanto, torna-se de suma importância determinar, de forma clara, o que caracteriza a oferta irregular de escolarização.

No nosso entender, essa definição não compete aos agentes do direito. Trata-se aqui de um campo importante aberto à atuação dos educadores, à espera de pesquisa, debate e normatização.

A Emenda Constitucional nº14, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, e sancionada em setembro de 1996, modificou os incisos I e II do Artigo 208 da Constituição, que ficaram assim redigidos:

“Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. progressiva universalização do ensino médio gratuito.”

Logo, percebemos que desaparece o caráter de obrigatoriedade do ensino fundamental para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria, como estava presente na Constituição de 1988. Segundo a nova redação, o Estado deve apenas assegurar para eles a oferta gratuita desse nível de ensino. Isso significa que tal modalidade de ensino perde a conotação de direito público subjetivo.

No entanto, no nosso entender, há um paradoxo nessa questão. Se pode ser questionado o direito de o Estado obrigar os adultos a frequentar escolas, não nos parece caber questionamento quanto ao direito de o adulto receber do Estado a educação (essa prestação). Logo, constitui um retrocesso a retirada dessa modalidade de ensino da categoria de direito público subjetivo. As conseqüências já se fizeram sentir a partir da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF –, criado no bojo da Emenda Constitucional nº 14. Além disso, o ensino médio que, segundo o texto original da Constituição de 1988, deveria tornar-se progressivamente obrigatório e gratuito, e, conseqüentemente, direito público subjetivo, perde essa prerrogativa. Segundo a Emenda nº14, o dever do Estado com relação a esse nível de ensino se tornará efetivo pela sua progressiva universalização.

Essa opção, no nosso entender, constitui um sinal claro de uma preferência pela posição produtivista na definição de política pública de atendimento ao direito à Educação.

A distribuição de competências educacionais entre os entes da Federação, a partir da emenda Constitucional nº 14/96, demonstra as formas de responsabilidade da União, dos Estados e Municípios oriundas da Constituição Federal e da nova LDBEN. Enquanto aos Estados incumbe, no que diz respeito ao ensino fundamental (único, gratuito e obrigatório do ensino básico), tão só a definição das formas de colaboração, aos municípios cabe a atuação prioritária, sendo-lhes exclusiva a competência para o oferecimento da educação infantil.

Todas essas conquistas legais, fruto de muita mobilização e resultado de muitos embates e lutas, só adquirem o seu verdadeiro sentido quando os Poderes Públicos se revestem da vontade política de torná-las efetivas e a sociedade civil organizada se mobiliza no sentido de defendê-las e exigir o seu cumprimento na justiça.

Aqui estamos nós, caro aluno, em nosso trem imaginário que percorre os caminhos da “Terra dos Fundamentos da Educação”. Antes que a composição prossiga sua marcha, levando-nos ao encontro do conhecimento, vamos resumir o que vimos nesta aula.

Aproveitando a conversa entre a avó e suas netas, pudemos obter esclarecimentos sobre o que sejam regulamentos e legislação. Dentro desta, destacamos a Constituição Federal, a lei mais ampla, a denominada “Carta Magna” do país, apresentando esclarecimentos sobre sua elaboração e o papel que representa como conjunto dos valores e normas que regem a vida da nação. E vimos também os diversos tipos de leis, com suas diferentes denominações, extensão e hierarquia.

Em seguida, estudamos as várias modalidades de leis e normas aplicadas à Educação, segundo as esferas federal, estadual e municipal.

Depois, pudemos analisar a Constituição Federal brasileira em vigor, promulgada em outubro de 1988. Neste ponto, houve a oportunidade de analisarmos os ingredientes sociopolíticos, econômicos e, sobretudo, ideológicos que caracterizaram a elaboração dessa Constituição, assinalando as pressões e contrapressões, as discussões, os embates e os diferentes interesses defendidos pelos vários grupos, políticos e da sociedade civil, que atuaram, durante a longa preparação, na nova Constituição.

Eis agora, prezado aluno, alguns exercícios que você poderá fazer para ajudá-lo a consolidar o que aprendeu nesta aula.

1. Consiga um exemplar da atual Constituição brasileira, ou obtenha-a pela internet, por exemplo, no endereço do Senado Federal, <http://www.senado.gov.br/>. Leia o texto atentamente, veja como se estrutura e tente reter as principais determinações aí contidas que afetam sua vida como cidadão.

2. Nesse mesmo texto da Constituição, estude com atenção a parte dedicada à Educação, procurando imaginar se o que está ali contido é, de fato, encontrado no cotidiano educacional.
3. Investigue a importância do Conselho Nacional de Educação, como órgão normativo, na Educação brasileira.
4. Destaque as finalidades da Educação brasileira contidas na Constituição Federal e faça uma análise entre a prática e o projeto político.
5. Coloque em ordem hierárquica, no tocante às finalidades da Educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e a Constituição Federal.

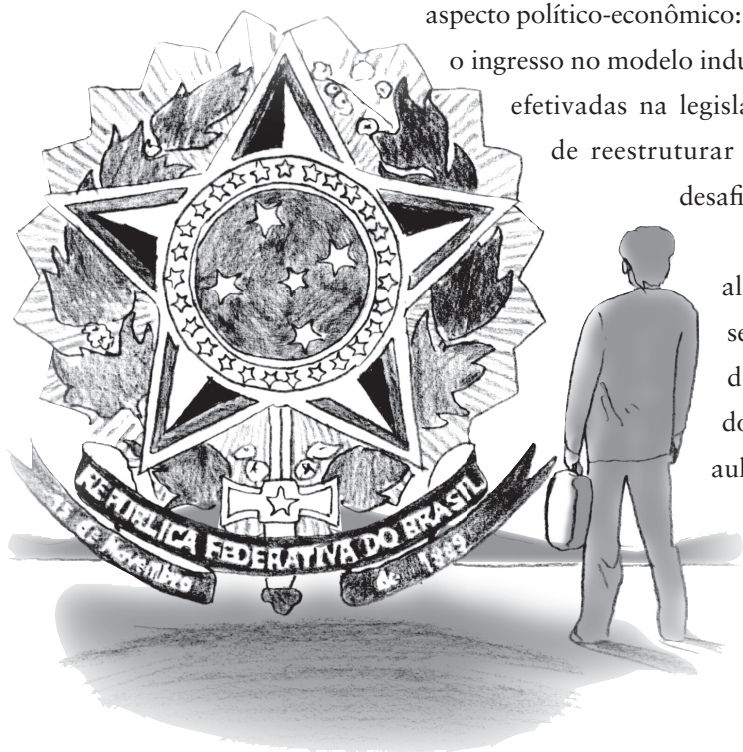
AUTO-AVALIAÇÃO

- A partir desta aula consigo entender a importância do estudo acerca da importância da legislação na vida de cada cidadão?
- Consegui apreender noções gerais de legislação: conceito, características, princípios, classificação e hierarquia das normas legais?
- Nesta etapa de nossa viagem pela Educação, percebo qual a importância do estudo aqui levado a efeito para a melhoria de meu desempenho como professor?
- Tenho clareza sobre tudo que foi discutido nesta aula, ou há necessidade de retomar seu estudo e rever alguns pontos? Caso positivo, que pontos seriam esses?

No trecho seguinte de nossa viagem, caro aluno, caracterizado pela próxima aula, vamos seguir discutindo as bases legais da Educação e do ensino. Teremos a oportunidade de estudar a legislação educacional brasileira relativa ao período de 1930 a 1945, período que se constitui em um marco na vida do país, sobretudo em função de um importante aspecto político-econômico: a saída do modelo agro-exportador e o ingresso no modelo industrial. Veremos, então, as mudanças efetivadas na legislação, promovidas pela necessidade de reestruturar a Educação para dar conta desse desafio.

Não precisamos nem lembrar, caro aluno, como nossa discussão seguinte será importante, haja vista que afeta desde a estrutura e funcionamento do ensino até ao cotidiano de nossas aulas.

Nosso trem já apitou. Dentro em breve estará cruzando a manhã límpida, de céu azul, na direção do horizonte do conhecimento.



Os fundamentos legais da educação brasileira no período de 1930 a 1961

AULA

10

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Compreender a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro no período de 1930 a 1946.
- Identificar as diferentes constituições brasileiras elaboradas nesse mesmo período.
- Identificar as diferentes leis reunidas sob a denominação de "Reforma Capanema".
- Conhecer os caminhos trilhados pela LDBEN até sua aprovação.
- Descrever o sistema educacional brasileiro após a promulgação da Lei 4.024/61.



OS FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1930 A 1961

Quando se indaga a respeito do espírito de uma lei, o que se pretende saber é qual a sua fonte inspiradora, qual a sua doutrina, quais os princípios que a informam; enfim, como se diz correntemente, qual a sua “filosofia”. A maneira imediata de se responder a essa pergunta é verificar o que é que a própria lei indica, literalmente, a seu respeito. Acredita-se que é principalmente através da explicação dos seus objetivos que se revela o espírito de uma lei.

(SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 134).

Nosso trem prossegue em sua marcha, prezado aluno. Lá vamos nós, ouvindo o som cadenciado e repetitivo do matraquear das rodas nos trilhos. A paisagem é bela, como belo é o objetivo desta nossa viagem: estudar os fundamentos da Educação.

Na aula anterior, vimos a questão da legislação. Detivemo-nos, em particular, na Constituição Federal em vigor, estudando suas características e os embates ideológicos e políticos que determinaram sua feição no que diz respeito à Educação.

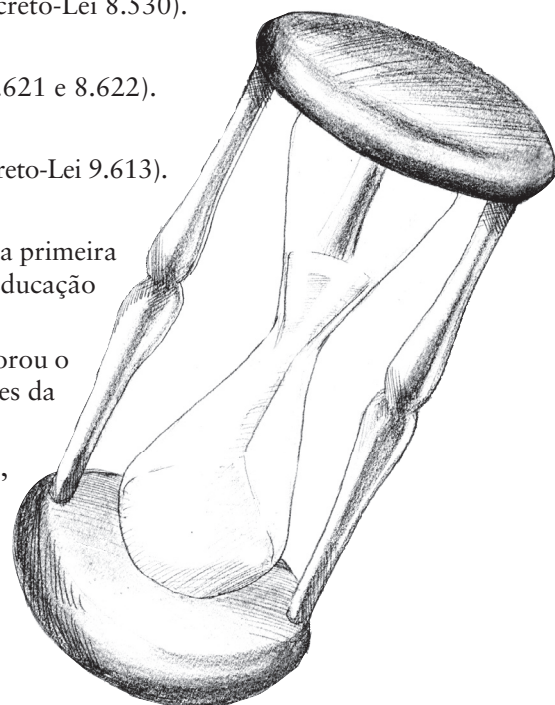
Nesta aula, caro aluno, vamos nos dedicar à lei maior quando se trata da Educação no Brasil: a denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases em vigor tem o número 9.394 e foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Antes, porém, de examiná-la, é importante fazer um apanhado histórico acerca dos fundamentos legais da Educação brasileira. Para entender a Educação atual, em sua organização e funcionamento, precisamos resgatar a trajetória histórica das leis que a antecederam, com as vicissitudes de natureza política que determinaram as características e a estrutura dos instrumentos legais fundamentais no campo da Educação. Façamos isso, de forma sintética, utilizando uma “linha de tempo”, construída com base no artigo de Saviani, “Antecedentes Históricos da Nova LDB” (*In: A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. p. 10-34).

Examinando a data, na coluna da esquerda, com sua correspondência em termos de observações, à direita, pode-se ver os principais eventos, situados num determinado momento da história de nosso país, bem como observar os debates e tomadas de posição correspondentes aos diversos grupos envolvidos na elaboração das leis. A intervalos, iremos fazendo observações, com o intuito de ajudá-lo, caro aluno, a compreender as informações contidas no quadro onde se traça a linha de tempo.

DATA	EVENTO OU OBSERVAÇÃO
1934	Constituição fixa como competência privativa da União "traçar as diretrizes da Educação nacional" (Artigo 5º, inciso XIV).
10/11/37	Constituição do Estado Novo define como competência privativa da União "fixar as bases e determinar os quadros da Educação".
22/01/42	Criação do SENAI (Decreto-Lei 4.048).
30/01/42	Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073).
09/04/42	Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 4.244).
28/12/43	Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei 6.141).
02/01/46	Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei 8.529).
02/01/46	Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530).
10/01/46	Criação do SENAC (Decretos-Leis 8.621 e 8.622).
20/08/46	Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 9.613).
18/09/46	Promulgação de nova Constituição. Uso, pela primeira vez, da expressão "diretrizes e bases da Educação nacional".
18/09/47	Iniciados os trabalhos da comissão que elaborou o anteprojeto de lei relativo às diretrizes e bases da Educação nacional.
29/10/48	Encaminhamento, pelo presidente Dutra, à Câmara Federal, do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, de tendência descentralizadora.
08/12/48	Remetido o projeto ao Senado.

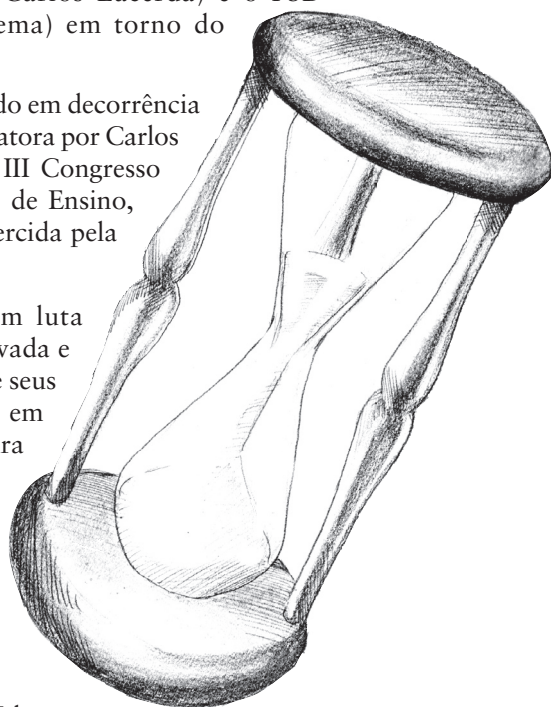
Reformas Capanema



- **14/07/49** Parecer do agora deputado Gustavo Capanema critica o caráter descentralizador do projeto. Esse parecer levou, adiante, ao arquivamento do projeto.
- **17/07/51** Solicitado, pela Câmara, o desarquivamento do projeto.
- **14/01/56** Apresentado o relatório da subcomissão encarregada de estudar o projeto.
- **16/09/56** I Congresso Estadual de Educação Primária, Ribeirão Preto - SP, presidido por Almeida Júnior.
- **05/11/56** Discurso do padre deputado Fonseca e Silva atacando o congresso acima e a orientação filosófica do INEP, então presidido por Anísio Teixeira, acusado de comunista.
- **29/05/57** Iniciada, no plenário da Câmara, a discussão do projeto, que recebeu agora o nº 2.222/57 e sofreu inúmeras emendas que modificaram a proposta original discutida a partir de 29/05/57.

Luta política entre UDN (liderada por Carlos Lacerda) e o PSD (este, majoritário e liderado por Capanema) em torno do projeto.
- **10/12/58** Retirado o projeto da ordem do dia, sobretudo em decorrência de substitutivo apresentado à subcomissão relatora por Carlos Lacerda, que incorporou as conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em janeiro de 1948. Liderança exercida pela Igreja Católica.

Luta político-partidária se transforma em luta ideológica entre os partidários da escola privada e orientação católica (liderados por Lacerda) e seus críticos, com a discussão passando a girar em torno do substitutivo Lacerda, cuja estrutura era bem diferente da do projeto original.
- **22/01/60** Aprovado pela Câmara novo substitutivo preparado pela Comissão de Educação e Cultura daquela casa, que incorporou muitas das sugestões contidas no substitutivo Lacerda.
- **20/12/61** Promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61). Tendência conciliadora.



A Revolução de 1930 significou um marco na história brasileira. Seu advento representou um movimento de fortalecimento da União até então inédito, posto que a estrutura político-organizacional do país caracterizava-se pela descentralização, com a presença forte das províncias, depois convertidas em Estados da Federação.

Em 1934, por força da nova ordem política, é promulgada uma Constituição que fortalece o papel da União, atribuindo-lhe a responsabilidade de estabelecer as diretrizes da Educação.



Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que inexistiu, antes de 1930, uma política estatal de Educação. Acredita-se que tal fato ocorreu porque as necessidades educacionais não eram sentidas nem pela população nem pelos poderes constituídos. O que houve foi uma série de reformas educacionais, não colocadas em prática, e que, sem maiores justificativas, eram substituídas por outras, no afã, talvez, por parte dos educadores, de buscar o melhor caminho para a Educação brasileira.

Em termos educacionais, inicia-se o período de 1930, após a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, com um importante ato para o setor educacional: a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, órgão central coordenador, orientador e reformador da política educacional. Instituição até então inédita em nosso país, foi um dos mais importantes ministérios do governo revolucionário.

Assume esse Ministério, em 18 de novembro de 1930, Francisco Campos. Dentro de uma linha político-filosófica autoritária, converteu a Educação em instrumento de controle da reprodução da força de trabalho e das elites dirigentes.

A primeira reforma realizada pelo novo Ministério é sem dúvida a de maior alcance entre todas: a do ensino superior. Criou-se o Estatuto da Universidade Brasileira. Surge aí o caráter antecipatório, freqüentemente presente na vida educacional do nosso país. Precisava-se incentivar a escola fundamental, e, para tanto, iniciaram-se os trabalhos pelo ensino superior. Era a organização da Educação brasileira do ápice para a base, e não como seria correto, ou seja, a organização a partir das necessidades mais prementes: as do ensino primário.

Em 18 de abril de 1931, Getúlio Vargas assinou o Decreto 19.890, que imprimiu ao ensino secundário a melhor organização, elevando-o de um simples curso de passagem, ou de instrumento de acesso aos cursos superiores, a um curso de caráter eminentemente educativo, com sua duração aumentada e assim dividida: uma primeira parte, de sete anos, comum e fundamental; e uma segunda, constituída de um curso complementar, de dois anos, destinado a uma adaptação dos estudantes às futuras especializações profissionais.

Um outro ramo que ganhou destaque foi o do ensino comercial, que, através do Decreto 20.158, passou a ter um curso propedêutico, isto é, preparatório, seguido de cursos técnicos em cinco modalidades (Comércio e Propaganda; Administração; Contabilidade; Estatística e Secretariado) e do curso superior de Administração e Finanças.

Segundo Cunha (1980), o ano de 1932 assinalou o início de uma nova fase do pensamento liberal no campo da Educação: o liberalismo elitista começa a ceder espaço (ideológico) ao liberalismo igualitarista (CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980).

Em dezembro de 1931, realizou-se, em Niterói, a IV Conferência Nacional de Educação, patrocinada pela ABE (Associação Brasileira de Educação). Nessa conferência havia os liberais elitistas, liderados por Fernando de Azevedo, e os igualitaristas, liderados por Anísio Teixeira, além dos partidários da política educacional autoritária. Getúlio Vargas envia aos participantes dessa Conferência uma mensagem solicitando aos educadores a elaboração dos princípios norteadores da política educacional do novo regime.

Pela variedade de posições filosóficas – o que impedia um consenso –, os liberais resolveram expressar seu próprio ponto de vista, divulgando, no princípio de 1932, um manifesto. Esse manifesto foi preparado como decorrência da demora na tomada de medidas educacionais. Embora o título do documento seja “A Reconstrução Educacional no Brasil”, ele ficou famoso como o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Conforme seria de se esperar, o texto apresenta idéias diferentes, de um lado igualitaristas e de outro elitistas.

Basicamente, o Manifesto defendia o princípio da laicidade, a nacionalização do ensino, a organização popular, urbana e rural. Além disso, preconizava a reorganização da estrutura do ensino secundário, do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de um instituto de alta cultura para o desenvolvimento de pesquisas científicas, a obrigatoriedade escolar, o direito à educação integral da criança segundo suas aptidões, pelo acesso, sem privilégios, ao ensino secundário e superior.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um acontecimento que permitiu o florescer de uma série de novos fatos que modificaram em muito a Educação brasileira.

A Educação refletiu basicamente o jogo político de Vargas, mas os interesses dos católicos e dos liberais também foram atendidos, numa tentativa de conciliar as partes.

Isso não impediu que a polêmica entre todos os segmentos envolvidos continuasse até 1937, quando foi interrompida pelo Golpe de Estado, sendo retomada em 1945, com a redemocratização.

Como decorrência desse golpe de Estado, é promulgada, em 1934, uma nova Constituição, que fortalece ainda mais a ação centralizadora da esfera federal e sua atribuição de formular e gerenciar a política educacional.

Vale observar que esse é o primeiro momento histórico em que se estabelecem uma visão global e o planejamento geral da Educação brasileira.

Outra observação importante, caro aluno: a Revolução de 1930 teve como decorrência uma modernização do país, com aceleração dos processos de urbanização e de industrialização. Isto causou, como era de se esperar, um impacto direto na Educação, refletindo-se da legislação.

A vitória dos escolonovistas se estende até 1934, com a Nova Constituição, que assegurou o ensino religioso facultativo, que tanta controvérsia havia ensejado.

Além da introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, da Reforma do Ensino Superior, da Criação do Conselho Nacional de Educação e da elaboração do estatuto das Universidades Brasileiras, a Constituição de 1934 estabeleceu a competência dos estados para organizar e manter seus sistemas educacionais, e a do Governo Federal para fixar um Plano Nacional de Educação, ao lado da criação dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Para lembrar o que é uma Assembléia Nacional Constituinte, reveja a aula anterior.

Essas medidas representam um marco na história da Educação brasileira, pois foi a primeira vez que a Educação ganhou, na Constituição Federal, um capítulo inteiro. Além disso, com a criação dos Conselhos, foi retirada do Congresso Nacional a competência de dispor sobre assuntos técnicos no campo da Educação.

Basicamente, a Revolução de 1930 permitiu à União assumir as seguintes atribuições:

- integração e planejamento global da Educação no país;
- normatização do campo educativo;
- estímulo e assistência técnica;
- controle, supervisão e fiscalização.

Por outro lado, a Constituição de 1937 deu grande ênfase ao trabalho manual; manteve a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, além de instituir, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias; iniciou o programa de política escolar em termos de ensino pré-vocacional e profissional, que se destinava às classes menos favorecidas, o que deveria ser o primeiro dever do Estado em matéria de educação. A preocupação estava voltada para a preparação de mão-de-obra para as novas funções que surgiam no mercado de trabalho.

Como se pode observar no quadro, a nova ordem político-institucional determinou transformações no campo do ensino por intermédio de instrumentos legais impostos à sociedade e, regra geral, atendendo aos interesses dos grupos hegemônicos, no poder e fora dele. Daí os decretos-leis indicados no quadro, relativos aos ensinos industrial, comercial e agrícola, com a criação, por exemplo, do SENAI e SENAC, instituições especializadas na formação de mão-de-obra técnica especializada, capaz de servir à indústria e ao comércio, em franca expansão.

Nesse mesmo passo, foram estabelecidas as estruturas do ensino primário, secundário e normal, além do ensino agrícola, com a edição dos respectivos decretos-leis indicados na linha do tempo.

O que essas reformas refletiram foi a criação de um exército de trabalho, beneficiando diretamente a indústria em seus diferentes setores privados, bem como a formação do quadro dirigente. Com isso, dá-se início ao sistema dual, como assinala Freitag (1980), em que as escolas técnicas são destinadas aos “filhos dos outros”, ou a única via de ascensão permitida ao operário. Como agravante, esse tipo de ensino não habilita os concluintes a ingressarem no nível superior, acentuando ainda mais a dualidade e a seletividade do sistema (FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980).

A Educação foi o setor que conseguiu mais benefícios com essa nova Carta Magna, uma vez que seu texto foi elaborado sob a inspiração liberal democrática. Nesse sentido muito se aproximou dos termos da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos denominados “pioneiros da Educação Nova”, ou seja, aqueles educadores signatários do Manifesto mencionado anteriormente.

Basicamente, a Constituição de 1946 defendia: a liberdade de pensamento; o direito à Educação; a democratização administrativa e pedagógica; o fortalecimento de recursos financeiros destinados à Educação para que fosse garantido o direito a ela.

Essa Constituição representou a esperança do aparecimento de um sistema contínuo e articulado de educação para todas as classes, desde o ensino infantil até o superior, de modo que qualquer brasileiro, pobre ou rico, da cidade ou do campo, pudesse buscar a escolaridade almejada.

Segundo Romanelli (1982), a carta de 1946, que assegurava direitos e garantias individuais inalienáveis, estava impregnada do espírito democrático próprio das reivindicações sociais do nosso século. E, ao aliar garantias, direitos e liberdades individuais, com intervenção do Estado para assegurar a todos esses direitos, fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal, distanciando-se também da ideologia liberal-aristocrática empossada pelas nossas elites no antigo regime (ROMANELLI. Otaiza O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982).

Foi no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1947, que o Ministro da Educação Clemente Mariani constituiu uma comissão com quinze professores para elaborar o projeto geral da Educação nacional, que foi submetido em 1948 à apreciação da Câmara de Deputados. A partir daí, iniciou-se um período de grandes lutas em torno da organização do sistema educacional brasileiro, luta essa que só teve fim em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61.

Enquanto a Lei tramitava no Congresso Nacional, recebendo modificações, alterações e novos dispositivos, a Educação brasileira continuou orientada pela Reforma de 1942, do Ministro Capanema.

Uma das mais severas críticas que recebeu a Lei de Diretrizes e Bases foi apresentada pelo Manifesto dos Educadores, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 66 intelectuais e profissionais da Educação. Esse manifesto, dentre outros aspectos, criticou a má e arcaica organização do ensino, o nível do professorado, a quantidade de analfabetos e a carência

Eis o que dizia a Lei 4.024/61 sobre a liberdade de ensino: "Título III – da Liberdade de Ensino – Art. 4º: É assegurado a todos, na forma de lei, o direito de transmitir seus conhecimentos. Art. 5º: São assegurados aos estabelecimentos de ensino público e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos Conselhos estaduais de Educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados" (Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1961. Lei 4.024/61).

São chamados **PROFESSORES LEIGOS** aqueles que, embora exerçam profissão, não têm a formação adequada exigida para isso. No Brasil, é ainda muito grande o contingente desses professores.

de escolas. A grande acusação pesou sobre a escola particular de ensino, em favor da escola pública, no item denominado Liberdade de Ensino, que foi incluído no projeto inicial por Carlos Lacerda.

Segundo Barros (1969), o projeto de 1948 foi profundamente modificado com os novos projetos, passando o diploma legal a não mais atender aos princípios da Constituição de 1946, que se baseava em uma filosofia liberal e democrática. Esclarece ainda esse autor que o Projeto Lacerda é inteiramente contrário ao liberalismo, à democracia e à Constituição, uma vez que a grande preocupação é a liberdade de ensino (BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Análise dos fundamentos do projeto. In: Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Pioneira, 1969).

A Lei foi enviada ao Congresso Nacional, em 1961, com o seguinte texto:

Já não se pode compadecer a sociedade democrática com um sistema dual de ensino, um supostamente intelectual, para constituir etapa propedêutica ao ensino superior, e outro de tipo vocacional, destinado às classes menos favorecidas. É necessário estabelecer um sistema de igualdade das oportunidades educacionais em que todos, sem exceção, tenham possibilidade de ascender aos níveis mais altos da escala educacional, sem outras limitações que as oriundas de suas capacidades e aptidões (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1948. p. 8.).

Nos debates que se travaram sobre o projeto da LDB, não houve preocupação com a organização das universidades. Os **PROFESSORES LEIGOS** foram ignorados, como se não existissem. Não houve preocupação em determinar medidas para seleção e admissão de profissionais e aperfeiçoamento de pessoas não-qualificadas que atuavam no ensino primário.

A lei tramitou durante quinze anos no Congresso Nacional e, quando foi promulgada, já estava ultrapassada em termos de realidade política, social e educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional admitia uma estrutura quádrupla para o ensino, com: Ensino Primário, Ensino Ginásial, Ensino Colegial e Ensino Superior. Vamos ver a seguir, caro aluno, as principais características estabelecidas na Lei 4.024/61, para cada um desses níveis de ensino:

Ensino Primário

- Obrigatório a partir dos 7 anos de idade.
- Ministrado em Língua Nacional.
- Variedade de métodos de ensino e de formas de atividades escolares.
- Adequação às peculiaridades regionais e de grupos sociais.
- Estímulo às experiências pedagógicas.
- Mínimo de quatro, máximo de seis séries.
- Obrigação de curso escolar pelos Municípios.
- Admissão da educação pré-primária para menores de sete anos em escolas maternas e jardins de infância.

Ensino Ginásial e Ensino Colegial

- Constituíam o 1º e o 2º ciclos do Ensino Médio.
- Abrangiam os cursos: Secundário; Técnico (Comercial, Industrial, Agrícola e outros) e de Formação de Professores Para o Ensino Primário e Pré-primário.
- Ingresso na 1ª Série Ginásial aos 11 anos de idade.
- Duração do ano escolar: mínimo de 180 dias letivos (não incluindo provas e exames); 24 horas semanais.
- Preponderância dos resultados anuais sobre os finais.

Segue nosso trem da imaginação, prezado aluno. Ao sabor da cadenciada marcha da vontade de conhecer, lá vamos nós. E chegamos, nesta aula, àquele momento em que procuramos relembrar tudo o que discutimos.

Inicialmente, fizemos um apanhado histórico acerca da legislação, buscando contextualizar histórica e politicamente os diversos diplomas legais. Para isso, usamos o recurso de uma “linha do tempo”.

A seguir, fomos tecendo comentários em torno das datas, eventos e observações apresentados.

Apresentamos, então, a denominada Revolução de 30 e o que ela representou em termos de fortalecimento do papel da União em relação à Educação, com seus efeitos centralizadores.

Estudamos, então, a “era Vargas”, com destaque para a Constituição de 1934 e, depois, para a nova Carta Magna, outorgada em 1937, já em plena vigência do chamado Estado Novo. Evidenciou-se, nesse exame, que a Educação passou a servir aos interesses do novo regime. Além disso, foram contemplados também os interesses da burguesia industrial e comercial, com a promulgação de decretos-leis dizendo respeito sobretudo à formação de mão-de-obra para a indústria e para o comércio.

Porém, pudemos também destacar a posição dos educadores brasileiros que, na IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, e principalmente com a divulgação do denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, insurgiram-se contra as iniciativas normatizadoras estatais, estabelecendo um contraponto que, nas décadas seguintes, renderia bons frutos em favor da Educação no Brasil. Assinalamos, igualmente, a posição dos liberais em geral, bem como dos católicos, grupos que, articulados, representariam nas décadas seguintes a defesa do ensino privado.

Depois, em nossa aula, examinamos detidamente a Constituição de 1934 e suas determinações em relação à Educação.

A queda do regime ditatorial do Estado Novo e a redemocratização ocorrida em 1946 foram estudadas, seguindo-se o exame da Constituição de 1946, no que continha relativamente à Educação.

A seguir, nossa aula apresentou um estudo detalhado do longo período de tramitação e do jogo de forças que culminaria com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024, só promulgada em 1961.

Finalmente, examinamos as principais características e determinações dessa primeira LDBN – Lei 4.024/61.

Agora, prezado aluno, convidamos você a fazer alguns exercícios que poderão auxiliá-lo a consolidar o que aprendeu na presente aula. Ei-los:

1. Consiga, numa biblioteca ou através da internet, os textos das Constituições de 1932, 1934, 1937 e 1946 e compare-os no que diz respeito à Educação. Quais as principais diferenças e concordâncias que podem ser estabelecidas entre elas?

2. Obtenha, da mesma forma, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Depois de lê-lo atentamente, assinale as cinco proposições que você considere as mais importantes.

3. Faça também uma leitura da LDBN, Lei 4.024, de 1961, e procure identificar as principais características referentes à estrutura do ensino ali estabelecidas.

4. Feitos esses importantes exercícios relativos a uma revisão histórica relativa à legislação educacional brasileira, procure estabelecer vinculações entre o previsto nesses diplomas legais e o que se discute hoje e, sobretudo, em relação ao que se pratica no cotidiano da Educação.

Após as vicissitudes históricas, políticas e socioeconômicas que vimos até aqui, prezado aluno, sobrevém um outro período em que um regime de exceção, representando interesses ideológicos, políticos e econômicos bem determinados, mudaria, mais uma vez, a face da Educação brasileira. Esse será o tema de nossa próxima aula.

Por ora, caro aluno, aproveitemos a marcha cadenciada de nosso trem da imaginação, cortando os vales e subindo as serras do conhecimento, para organizar nossas idéias sobre o que estamos estudando em termos de Fundamentos Legais da Educação.



AUTO-AVALIAÇÃO

- Com base na aula de hoje, tenho condições de entender as principais proposições e determinações contidas nos diplomas legais aqui estudados, relativas ao campo da Educação?
- Apoiado no conteúdo da presente aula, consigo estabelecer uma visão comparativa, seguida de uma reflexão crítica, sobre a legislação estudada?
- Depois do que estudei nesta aula, sinto-me em melhores condições de examinar meu cotidiano como professor, com os instrumentos legais que o determinam, comparando com um colega da década de 1930?
- Tudo o que vi na presente aula ficou claro, ou preciso rever certos pontos que ainda não compreendi bem? Neste último caso, que pontos seriam esses?

O sistema escolar brasileiro no período pós-64

AULA

11

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar a política educacional do período pós-64.
- Conhecer os diferentes planos do governo que orientaram a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro.
- Identificar as Leis 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/82.
- Compreender como o sistema educacional foi estruturado segundo essas leis.
- Refletir sobre Educação geral e Educação profissionalizante.
- Compreender a organização e o funcionamento do ensino nesse período, articulando-o com o ensino atual.



Por vezes desejos dialogam em nós.
Desejos? Talvez lembranças, reminiscências feitas
de sonhos inacabados...

(BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*.
São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 55.)

Um dos professores que, juntamente conosco, caro aluno, participa desta viagem pela Terra dos Fundamentos da Educação, acaba de fazer um relato sobre a interessante conversa que manteve, ainda há pouco, na última estação em que nosso trem imaginário parou. Vale a pena resumi-la, pois ela vai nos remeter diretamente ao tema desta aula.

Contou-nos o colega que, ao descer na estação, observou um homem vendendo goiabada. Foi logo atraído pela apresentação dos doces, dispostos sobre um tabuleiro muito bem arrumado, limpo e fechado com uma tampa de vidro, o que permitia uma boa visão dos irresistíveis pacotes, com a bela cor vermelha da goiabada, cuidadosamente embrulhada em papel transparente. Seduzido pela prova que lhe foi oferecida pelo vendedor para degustação, nosso colega acabou entabulando uma conversa com o homem, cuja apresentação e discurso fluente e articulado denotavam alguém com bom nível de escolaridade e que tivera algum outro tipo de trabalho ao longo da vida.

Ficou sabendo, então, que o homem fora militar, tendo atingido o posto de cabo. Indagado sobre sua vida atual, o vendedor explicou que se encontra na reserva, com soldo muito baixo. Dados os problemas motivados pela extrema dificuldade, ou mesmo impossibilidade de conseguir um emprego, precisava sobreviver vendendo goiabada, preparada por sua mulher. Tal atividade, nessa região em que se vêem milhares de goiabeiras em praticamente todos os quintais, garante a sobrevivência de muita gente. Por isso, em quase todas as estações são vistos vendedores de goiabada, que oferecem seu produto aos passageiros dos trens.



O homem contou-lhe, então, que perdeu seu posto quando, por força de sua militância política, dentro e fora dos quartéis, acabou sendo preso, processado e excluído do Exército, tendo seus direitos políticos **CASSADOS**, como consequência da legislação de exceção, na ocasião imposta pelos que assumiram o poder em decorrência do Golpe de 1964.

Como dissemos, prezado aluno, essa conversa e o caso desse vendedor de goiabada põem-nos em contato com o tema desta nossa aula: o Golpe de 1964 e suas implicações para a Educação.

A exemplo da aula anterior, para ajudar neste nosso exame do tema, vamos utilizar como fio condutor uma “linha de tempo”, que dá continuidade à que já vínhamos seguindo.

CASSAR

(Do latim *cassare*).
V.t.d.

1. Tornar nulo ou sem efeito (licença, autorização, direitos políticos etc).
2. P. ext. Fazer cessar, tornar nulos ou sem efeito os direitos políticos ou de cidadão:

A Revolução cassou numerosos políticos e profissionais liberais

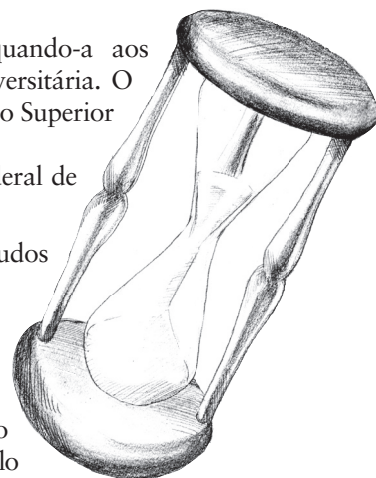
(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., s/d, p.294).

Entre 1961 e 1971 – Criação e funcionamento do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, representante dos empresários e influenciador do futuro regime instaurado pelo golpe militar de 1964. As Leis 5.540/68 e 5.692/71. Reação dos estudantes ao golpe militar, com mobilização e ocupação de universidades.

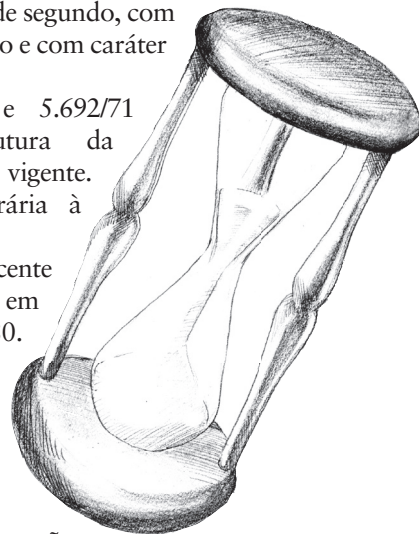
DATA

EVENTO E/OU OBSERVAÇÃO

- **27/10/65** Ato Institucional nº 2 extingue os partidos políticos existentes e cria a ARENA e o MDB ("oposição consentida").
- **02/07/68** É criado o Grupo de Trabalho (Decreto 62.937) encarregado pelo governo instalado pelo golpe militar de 1964 de apresentar proposta de reforma universitária.
- **07/10/68** Mensagem Presidencial nº 36, contendo o Projeto de Lei nº 32, que fixava "normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média".
- **28/11/68** Lei 5.540, lei da reforma universitária.
- **11/02/69** Decreto-Lei 464 implantou a reforma universitária, adequando-a aos interesses do regime no poder e impedindo a autonomia universitária. O Conselho Federal de Educação promoveu a expansão do Ensino Superior com a abertura indiscriminada de escolas privadas.
Final de 1994 - Fechamento, por corrupção, do Conselho Federal de Educação.
- **20/05/70** Decreto nº 66.600 criou grupo de trabalho para elaborar estudos visando à reforma do ensino de primeiro e segundo graus.
- **14/08/70** Grupo de trabalho indicado acima encaminhou ao ministro de Educação seu relatório acompanhado de um anteprojeto de lei.
- **30/03/71** O anteprojeto, com emendas, sugestões e acréscimos em relação ao texto apresentado pelo grupo de trabalho, foi encaminhado pelo Ministro ao presidente da República.



- **25/06/71** O presidente da República encaminhou o texto ao Congresso Nacional.
- **20/07/71** O relator da Comissão Mista criada no Congresso Nacional para o exame do texto, deputado Aderbal Jurema, apresentou substitutivo e encaminhou-o para discussão e votação, tendo sido o texto aprovado.
- **11/08/71** Foi promulgada a Lei 5.692/71, fixando as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus.
Principais alterações na estrutura do ensino: como regra geral, passou a haver um ensino de primeiro grau com duração de oito anos e de segundo, com três anos; o curso de segundo grau tornou-se unificado e com caráter profissionalizante.
Modificações introduzidas pelas Leis 5.540/68 e 5.692/71 visaram, fundamentalmente, ajustar a estrutura da organização educacional à ordem socioeconômica vigente. Houve também uma tendência tecnicista, contrária à liberalista que caracterizava a Lei 4.024/61.
A reação dos educadores se deu a partir de sua crescente organização em associações, processo iniciado em meados dos anos 70 e intensificado nos anos 80. Identificam-se aí duas tendências: a preocupação com o significado social e político da Educação (ANPED, CEDES, ANDE); e o aspecto econômico-corporativo, de caráter reivindicatório, que resultou no fenômeno das greves (CNTE e ANDES).
- **31/07 a 03/08/96** Realização do I Congresso Nacional de Educação, substituindo a série interrompida das Conferências Brasileiras de Educação.



A exemplo do que aconteceu com o homem da conversa mencionada no início desta aula, prezado aluno, o Golpe Militar de 1964 alterou profundamente nosso país, em termos econômicos, políticos, culturais etc. No contexto de nossa viagem pela Terra dos Fundamentos, interessa-nos o impacto e as transformações produzidas na Educação. Vamos

examiná-los a partir de um enfoque particular: a legislação educacional.

A Educação brasileira, após 1964, passa por uma série de mudanças em todos os graus de ensino.

A primeira e importante mudança encontra-se na Carta Constitucional de 1967, que fixou o prolongamento da escolaridade do ensino primário de quatro para oito anos, devendo o mesmo ser gratuito e ministrado integralmente pela rede oficial de ensino, ampliando-se assim a Educação Fundamental.



Após a Constituição de 1967, surge a Reforma Universitária, Lei 5.540/68, que especificou os preceitos relacionados com a organização, a administração e com os cursos que foram esquecidos pela Lei de Diretrizes e Bases, em 1961.

Essa reforma universitária propunha cursos de curta duração (2 anos), licenciatura (4 anos) e pós-graduação, com duração entre 2 e 4 anos, implantação dos cursos básicos, adoção de sistema de créditos, departamentalização e, com ela, extinção da cátedra.

Três anos após o aparecimento da Lei 5.540/68, foi promulgada, em 1971, uma nova lei que iria mudar em muito a Educação brasileira: a Lei 5.692/71, que surgiu impregnada de uma tendência pragmática, objetivando a extensão do Ensino Primário de quatro para oito anos e unindo-o ao Ensino Ginásial, formando, assim, o 1º Grau.

Por outro lado, essa lei lançou a profissionalização compulsória no 2º Grau, garantindo-se, além da continuidade, a terminalidade de estudos.

A grande verdade é que essas leis educacionais, elaboradas num curto espaço de tempo e sem a participação dos educadores, representavam o interesse dos integrantes do poder de suprir a nação de recursos humanos capazes de dinamizar o desenvolvimento econômico, que se desejava alcançar num curto espaço de tempo.

Com tais medidas, a política educacional foi atrelada ao setor econômico, passando a fazer parte, inclusive, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

No primeiro plano lançado após 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a Educação é vista como instrumento de melhoria dos recursos humanos para o desenvolvimento, e os objetivos são essencialmente quantitativos nos três diferentes graus de ensino. É a Educação subordinada ao desenvolvimento econômico.

O Plano Decenal (Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Plano decenal de desenvolvimento econômico e social. Educ. Mão-de-obra.** Brasília: IBGE, 1967) preocupou-se em efetuar o **Diagnóstico Preliminar da Educação – Educação I**, num enfoque nitidamente econômico, onde foram considerados “os aspectos que interessavam à formação interna de recursos humanos” (p. 169). No **Diagnóstico Preliminar – Educação II**, a preocupação foi com os condicionantes socioeconômicos e socioculturais da situação educacional.

Segundo Souza (1981),

O diagnóstico chegou à conclusão de que haveria necessidade de reformulação do Ensino Médio, que o mesmo era um dos fatores de imobilidade social e rigidez dos estratos da sociedade nacional, um entrave à estratégia global de desenvolvimento por não atender às necessidades reais do país, satisfazendo apenas a uma clientela privilegiada socialmente e não ao mercado econômico. Enfatizava a necessidade de democratização da Educação e a importância dos técnicos de nível médio para o desenvolvimento. (SOUZA, Maria Inez Salgado de. *O IPES e a Política Educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 89).

Embora esse Plano nunca tenha sido dinamizado, serviu de base para o cálculo do número de profissionais necessários, nos vários ramos de ensino, pelo período de uma década, além de apresentar a necessidade de reformulação do sistema de ensino do país para atender aos objetivos nacionais globais.



A grande proposta para o Ensino Médio foi o Ginásio Orientado para o Trabalho; para o Ensino Superior, destacou-se a expansão desse nível e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho. No ensino técnico, a preocupação expressada foi com relação a que se evitasse a especialização prematura, alargando-se os conhecimentos gerais e fornecendo estágios nas empresas.

Em 1968, surge o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que buscou uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional.

Nesse plano, a Educação ganhou um enfoque nitidamente instrumental a serviço dos objetivos básicos do PED, que foram: aceleração do desenvolvimento econômico; progresso social e expansão das oportunidades de emprego. Para tanto, deveria ser fornecido o Ensino Fundamental para a totalidade da população, Ensino Médio para todos, constituindo-se para muitos o término da escolarização formal e a habilitação para o ingresso imediato

na força de trabalho e, finalmente, o Ensino Superior aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível. Nasce, a partir daí, segundo Cunha (1979), a tendência contencionista, capaz de deter o processo social de acesso à Educação, principalmente ao Ensino Superior. (CUNHA, Luiz Antonio. Vestibular: a volta do pêndulo. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, N° 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, julho, 1979).

A partir de 1972, surgem os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PND).

O primeiro PND foi elaborado no governo Médici (1969-1974), permitindo que o Planejamento Setorial da Educação (I PSEC) fosse elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, sob a responsabilidade do Conselho Federal de Educação.

O I PSEC (Plano Setorial de Educação e Cultura) considerava:

A Educação deverá significar o esforço para transmitir não apenas valores e ideais que sustentam e animam a nação brasileira e sentimento de solidariedade universal. Terá que transmitir conhecimentos científicos e desenvolver habilidades técnicas, formando profissionais para as múltiplas tarefas da sociedade industrial e tecnológica, bem como cientistas capazes de criar novos conhecimentos que assegurem o prosperar contínuo da comunidade. (BRASIL. *Plano Nacional de Desenvolvimento*. Setor Educação. Brasília: junho: 1971, p. 168).

Foi através desse Plano que, pela primeira vez, a Educação recebeu conotação política, como afirma seu relator: “Como requisito essencial de uma sociedade democrática, capaz de contribuir para modelar a sociedade, configurando suas estruturas econômica, industrial e cultural” (*op. cit.*, p. 179).

O I PSEC apresentou metas como: erradicação do analfabetismo; desenvolvimento dos recursos humanos, integração da unidade educacional com a comunidade; integração entre Ciência, Tecnologia e Cultura. Evidenciou, também, forte preocupação com a implantação da profissionalização e com a terminalidade do 2º Grau, e inclusive com a dinamização da Reforma Universitária.

Posteriormente ao I PSEC, foi elaborado, no governo Geisel (1975-1979), o II PSEC, cuja palavra de ordem é a coordenação entre a política educacional e a política econômica (BRASIL, Secretaria geral. *II Plano setorial de Educação e cultura. Brasília, 1975, p. 98*).

Nesse Plano, surgiu, também, a preocupação com o humanismo, no sentido de que este esteja presente ao lado da produção. Assim, lê-se em seu texto:

A Educação deverá transmitir conhecimentos científicos e desenvolver habilidades técnicas, formando profissionais de diferentes níveis para as múltiplas tarefas da civilização tecnológica de nossos dias, bem como cientistas aptos a criarem novos conhecimentos e novas técnicas que tenham por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos, assegurando o prosperar contínuo da sociedade (op. cit., p. 161).

Nesta outra passagem, confirma-se essa mesma tentativa de conciliação entre a visão humanista e a preocupação com a questão produtiva:

Não se trata de uma formação exclusivamente intelectualista ou à base de puro humanismo estético-literário, nem também de uma formação estritamente profissional, determinada pelas necessidades do mercado de trabalho, mas de uma formação integral que implica o desenvolvimento da personalidade em seus aspectos essenciais: o intelectual; o moral; o social; o cívico; o físico e o profissional (op. cit., p. 168).

O último plano do período foi o III PSECD 1980/1985, elaborado na gestão do presidente João Baptista de Figueiredo (1979-1985).

Esse plano teve como primeira linha programática a Educação no meio rural, buscando atingir, assim, um dos focos mais acentuados de pobreza do país; como segunda linha programática, a Educação nas periferias urbanas mais carentes; e, como terceira, o desenvolvimento cultural, na sua situação de ambiente próprio da Educação.

Uma quarta linha programática do plano priorizou a valorização de recursos humanos ligados à Educação, à Cultura e ao Desporto. O plano assinalou, também, a preocupação com a situação salarial precária, acompanhada de instabilidade de empregos, prevendo a necessidade de compor uma estrutura sólida e constantemente aperfeiçoada de recursos humanos.

Para o 2º Grau, o III PSECD visou a enfrentar o desafio da **TERMINALIDADE** juntamente com o caráter **PROPEDÊUTICO** desse nível de ensino (BRASIL. Secretaria Geral. *III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto*, 1980).

Esse III PSECD ressaltou, ainda, as dificuldades do mercado de trabalho e a necessidade de integrar a oferta educacional ao desenvolvimento socioeconômico das regiões, tendo em vista a defasagem em face dos avanços tecnológicos, de um lado, e a inadequação dos requisitos do mercado de trabalho, do outro.

Segundo Thomaz (1987), houve uma forte ligação entre Educação e desenvolvimento, perpassando todo o sistema educacional. Nesse sentido, a Educação foi considerada condição *sine qua non* para o desenvolvimento, uma vez que este precisava, para se manter, de mais e melhor Educação. Este foi o meio utilizado para alcançar o grande desafio do desenvolvimento.

Portanto, toda a política educacional dessa época foi fruto da intervenção do Estado, preocupado em implantar uma política de Educação capaz de atender às necessidades do capital, de modo a garantir sua acumulação e expansão.

A diversidade da economia exigiu um número cada vez maior de trabalhadores qualificados, e a Educação passou a auxiliar neste aspecto. Isto significa que o Estado adotou uma política de intervenção através da Educação. Com isto, a ação educacional passou a integrar a política geral do desenvolvimento nacional. Segurança e Desenvolvimento através da Educação: essa foi a ideologia dominante, traçada pelo poder hegemônico, que perpassou o sistema escolar brasileiro nesse período (THOMAZ, Sueli B. *Impasses e perspectivas do ensino de 2º Grau*. Rio de Janeiro: SENAI, Coleção Albano Franco, nº 10, 1987).

O que se pode concluir é que as duas grandes reformas realizadas – a do Ensino de 1º e 2º Graus e a reforma do Ensino Superior – vieram corporificar as diretrizes da política educacional dos planos, reformulando assim as estruturas de todo o sistema de ensino no Brasil.

Por **TERMINALIDADE** entendia-se o fato de se oferecer aos alunos, excepcionalmente, nos níveis de 1º e de 2º Graus, preparação para que pudessem ingressar na força de trabalho, concorrendo, dessa forma, para o desenvolvimento econômico do país.

PROPEDÊUTICO

Significa preparatório.

MATÉRIAS

Significam todo o campo do conhecimento. Elas são escalonadas da maior para a menor amplitude e se constituem de: atividades, áreas de estudo e disciplinas.

ATIVIDADES

A aprendizagem far-se-á principalmente mediante experiências vividas pelo próprio educando com o objetivo de atingir, gradativamente, a sistematização de conhecimentos.

ÁREAS DE ESTUDO

São formadas pela integração de conteúdos afins; as situações de experiências tenderão a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos para configuração da aprendizagem (Resolução nº 8, anexa ao Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação).

Como decorrência da política educacional adotada nesses planos, o sistema escolar brasileiro passou a ter a seguinte estrutura e características:

Ensino de 1º Grau

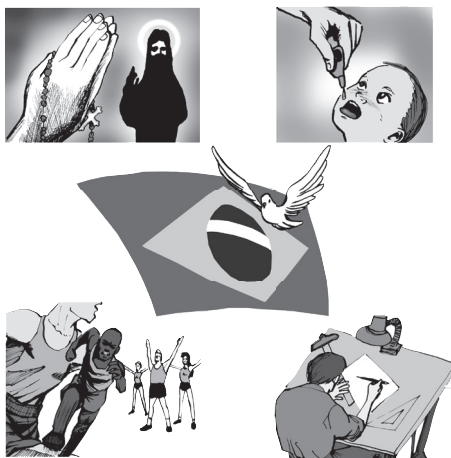
Objetivo geral: “Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei 5.692/71, art. 1º).

Duração: 8 séries, com 180 dias letivos e 720 horas anuais.

As **MATÉRIAS** eram oferecidas sob a forma de **ATIVIDADES** – nas primeiras séries do 1º Grau, sem ultrapassar a 5ª Série; **ÁREAS DE ESTUDO** – nas últimas séries do 1º Grau. Nas séries iniciais do 1º Grau, a Educação era exclusivamente nas séries finais havia o predomínio dessa Educação genérica, com a presença de uma **Formação Especial**, cujo objetivo era a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho.

O currículo, sob o ponto de vista de conteúdos, apresentava um **núcleo comum**, obrigatório em âmbito nacional, com as matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação, e uma **parte diversificada**, relacionada pelos diversos Conselhos de Educação, que atendia às diferenças individuais, às peculiaridades regionais e aos planos dos estabelecimentos de ensino.

Além das matérias fixadas para o **núcleo comum**, eram também obrigatórias: Educação Moral e Cívica; Educação Física; Programa de Saúde; Educação Artística e Educação Religiosa (obrigatória para os estabelecimentos oficiais, com matrícula facultativa para os alunos).

**Ensino de 2º Grau**

Objetivo geral: “Proporcionar ao educando formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei 5.692/71, art. 1º).

Objetivo específico: “O ensino de 2º Grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente” (Lei 5.692/712, art. 21).

Ensino **obrigatoriamente** profissionalizante.

Ensinar habilitação profissional ao aluno, de modo a qualificá-lo para o trabalho.

Currículo com uma parte de Educação geral e uma parte de Educação especial, esta última com o objetivo de habilitação profissional, fixado de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódicos.

Os currículos foram organizados a partir do Parecer 45/72, que fora encomendado à ULTRAMIG – Universidade do Trabalho de Minas Gerais, e que regulamentava o mínimo exigido em cada habilitação profissional. Esse parecer estabeleceu a profissionalização em dois enfoques: a plena – destinada a habilitar técnicos, e a parcial – voltada para a habilitação de auxiliares técnicos. Apresentou, o referido parecer, um catálogo com 130 modalidades de habilitações, exigindo-se uma carga horária total mínima de 2.900 horas de curso (4 anos) e, para outras, 2.200 (3 anos) e, correspondentemente, 1.200 horas e 900 horas, no mínimo, de disciplinas profissionalizantes obrigatórias, sem prejuízo de cumprimento da predominância da parte de formação especial, representada no Parecer 853/71, por pelo menos 60 % da carga horária total do curso.

As matérias eram oferecidas sob a forma de **DISCIPLINAS**.

Além das disciplinas de Educação Geral e de Educação Especial, eram obrigatórias: Organização Social e Política; Educação Física; Programa de Saúde; Educação Artística e Educação Religiosa (obrigatória para os estabelecimentos oficiais, e de matrícula facultativa para os alunos).

Pressionados por diretores de escolas particulares, educadores de um modo geral e alunos, o Conselho Federal de Educação elaborou o Parecer 76/75, que introduziu mudanças na forma de operacionalização do Ensino de 2º Grau.

O Ensino de 2º Grau, com o Parecer 76/75, continuou a ser profissionalizante, só que com a profissionalização diluída na formação geral. Críticas severas foram feitas ao Parecer 45/72. As principais, segundo o próprio relator, são: a profissionalização do 2º Grau não significa substituir as escolas secundárias por escolas técnicas; a Lei 5.692/71 diz que o *ensino* de 2º Grau é que deve ser profissionalizante, e não a *escola* de 2º Grau; finalmente, confunde-se *predominância* da profissionalização com sua *exclusividade*.

DISCIPLINAS

Desdobramento dos componentes das áreas de conhecimentos, levando ao aprofundamento desses conhecimentos de forma sistemática (Resolução nº 8, anexa ao parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação).

Com base nessas colocações, foi lançado o Parecer 76/75, no qual o ensino de 2º Grau passou a obedecer às seguintes orientações:

O ensino de 2º Grau, visando à formação integral do adolescente, deverá conciliar Educação Geral e qualificação para o trabalho.

Os concluintes do 2º Grau deverão estar aptos a prosseguir em seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, por terem adquirido uma habilitação básica ou parcial.

A partir desse parecer, foram estruturadas dez habilitações básicas, nas seguintes áreas: Agropecuária; Comércio; Construção Civil; Crédito e Finanças; Eletricidade; Eletrônica; Mecânica; Química e Saúde.

A implantação dessas habilitações básicas teve o auxílio do MEC, através de financiamento e assistência técnica, respaldada primeiro pela Fundação Getúlio Vargas e, posteriormente, pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR).

O que se observa é que o Parecer 76/75 propôs a habilitação profissional num sentido amplo, acabando com a figura do excedente profissional. Exigiu-se menos equipamento, além de terem sido aumentadas as disciplinas de Educação geral, diluindo-se assim a profissionalização obrigatória.

Tal parecer não satisfaz todos aqueles que almejavam um ensino acadêmico, sem profissão. A implantação das habilitações básicas se deparou também com a carência de pessoal docente qualificado e de materiais e equipamentos.

Os educadores chegaram à década de 1980 preocupados com a “reforma da reforma”, no sentido da eliminação da profissionalização obrigatória e da predominância da formação especial, tudo isso ocorrendo sem prejuízo da Educação Geral.

A Lei 7.044/82 – a “reforma da reforma” – permitiu evitar a especialização excessiva e prematura do ensino profissionalizante, deixando a qualificação profissional para aqueles que realmente desejavam esse tipo de ensino. O que ocorreu, em verdade, foi a volta do dualismo escola profissional *versus* escola acadêmica, a diluição da “preparação para o trabalho” e o retorno do ensino de 2º Grau propedêutico e discriminatório.

Bem, caro aluno e companheiro de viagem, chegou o momento de fazermos, como sempre, um levantamento do que vimos até aqui, na presente aula.

Começamos por examinar a reforma universitária levada a efeito, consubstanciada na Lei 5.540/68, assinalando a criação dos cursos de curta duração, as alterações na licenciatura, a pós-graduação, a adoção do sistema de créditos, a departamentalização e a extinção da cátedra.

Em seguida, analisamos a nova Lei de Diretrizes e Bases, a 5.692/71, elaborada sem a participação efetiva dos educadores, e que viria a mudar profundamente a estrutura da Educação brasileira, no contexto de subordinação aos ditames econômicos, nacionais e internacionais, articulados, por sua vez, com os interesses dos que assumiram o poder após o Golpe e com sua visão do desenvolvimento nacional. Vimos aí, entre outros aspectos importantes, a questão da profissionalização.

Finalmente, estudamos a fase em que predominaram os vários planos objetivando o desenvolvimento: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PND), os quais, por sua vez, se desdobraram em Planos Setoriais de Cultura, Educação e Desporto. A partir do exame de tais Planos, pudemos observar como passaram a se configurar a estrutura e as características do sistema escolar brasileiro.

Agora, prezado aluno, objetivando a plena compreensão e a fixação do que aprendeu na presente aula, sugerimos que você tente fazer os seguintes exercícios:

1. Pesquise em bibliotecas ou na internet o texto da Lei 5.540/68 (na página do Cederj, há um link para a lei). Releia-o e tente assinalar quais de suas principais características ainda se encontram presentes na estrutura e no funcionamento dos cursos universitários em nosso país.

2. Procure, pelos mesmos meios acima indicados, ter acesso à antiga Lei de Diretrizes e Bases, que constitui o conteúdo da Lei 5.692/71. Estude-a, tentando assinalar os pontos mais relevantes que representaram mudanças na legislação do ensino, em comparação com os textos anteriores, que você estudou no contexto das Aulas 9 e 10.

3. Ainda em bibliotecas ou via internet, tente obter os textos dos planos mencionados nesta aula, procurando fazer uma análise comparativa entre eles, destacando os principais objetivos de cada um e, ao final, estabelecer um resumo geral do conjunto desses planos.

Segundo o parecer 618/82, do Conselho Federal de Educação, a preparação para o trabalho deve ser entendida como componente da formação integral do aluno.

A Constituição de 1988, que estudamos na Aula 9, caro aluno, teve como decorrência a necessidade da elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta, promulgada em 1996, e que recebeu o número 9.394, será objeto de nossa próxima aula.

AUTO-AVALIAÇÃO

- Ao final da presente aula, sinto-me em condições de entender o porquê das transformações pelas quais passou a Educação brasileira no período estudado?
- Consegui entender, em cada documento estudado e na comparação entre eles, como a Educação brasileira chegou ao momento atual, tendo em conta sucessos e fracassos?
- Consigo perceber como a legislação do ensino, em suas marchas e contramarchas, tem definido o papel da Educação, em geral, e do professor, em particular, na estrutura e no funcionamento das atividades educacionais em nosso país?
- Tudo o que estudei nesta aula ficou claro, ou necessito reestudá-la e outras a ela inter-relacionadas, com o objetivo de sanar dúvidas?



A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)

AULA 12

objetivos

Ao final desta aula você deverá ser capaz de:

- Identificar a organização do sistema educacional brasileiro de acordo com os princípios estabelecidos na Lei 9.394/96.
- Compreender a composição dos diferentes níveis de ensino estabelecidos na Lei 9.394/96.
- Diferenciar as finalidades e os objetivos da Educação Básica e do Ensino Superior.
- Identificar o caráter disciplinador da Lei 9.394/96 no que se refere à organização curricular.



A ATUAL LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9.394/96)

O estudo da legislação se revela um instrumento privilegiado para análise crítica da organização escolar porque, enquanto mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, reflete as contradições objetivas que, uma vez captadas, nos permitem detectar os fatores condicionantes da nossa ação educativa.

(SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1978, p. 193)

Nesta nossa viagem imaginária pela Terra dos Fundamentos, prezado aluno, você reparou quantas escolas vimos à margem da estrada de ferro? Desde escolas grandes, instaladas em construções modernas nas grandes cidades quanto escolas pequeninas, ostentando a modéstia das coisas simples e nos encantando com seu pequeno jardim à frente do prédio simples, muitas vezes composto de apenas uma ou duas salas de aula. Em algumas destas, um pomar ou uma horta se mostram à luz da manhã ou da tarde, indicando que, seja como decorrência de uma ação curricular planejada, seja por iniciativa de um ou mais professores a um tempo idealistas e pragmáticos, seus alunos podem aí conviver com o trato da terra, com o trabalho cooperativo, com as plantações de subsistência tão presentes em muitos rincões do Brasil.

Porém, há outro fato interessante que também podemos notar. Muitas dessas escolas exibem nomes particularmente significativos. Algumas foram batizadas com os nomes das próprias localidades onde se situam. Temos então alguns nomes marcantes, como Escola Brejo das Almas, Escola Parada Ideal, Escola Lagoa de Prata; outras ganharam nomes de vultos da história brasileira, como Escola Tiradentes, Escola Pedro II, Escola Getúlio Vargas.

Tal circunstância, relativa aos nomes das escolas, pode lembrar-nos que, a despeito de sua vinculação local, essas instituições de ensino enquadram-se numa ordenação geral, pertencem a redes – municipais, estaduais ou federais –, quando se trata de escolas públicas, ou mesmo à outra categoria geral das escolas particulares, muitas delas de natureza confessional ou religiosa.

Queremos lembrá-lo, caro aluno, de que os estabelecimentos de ensino, como de sorte tudo o que acontece neles em termos pedagógicos ou administrativos, enquadram-se legalmente, seja em leis específicas (algumas das quais temos visto em aulas anteriores), seja na lei maior, que equivale a uma Constituição ou Carta Magna da Educação, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Já tivemos oportunidade de examinar a evolução histórica dos principais instrumentos legais da Educação brasileira, inclusive as diversas LDBENs. Nesta aula, chegou a vez de estudarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor. Isto, evidentemente, é muito importante para sua formação, tendo em vista que, teórica ou praticamente, tudo o que acontece no universo educativo brasileiro tem relação ou emana dessa lei maior.

Vamos, portanto, em seguida, fazer um exame da LDBEN, destacando seus pontos mais importantes e significativos.

A Lei n.º 9.394/96 (LDBEN), nos títulos que tratam dos princípios e fins da Educação nacional – do direito à Educação e do dever de educar; da organização da Educação nacional; da composição e das modalidades de Educação e ensino; e da Educação básica, envolvendo a Educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – apresenta algumas idéias-força que merecem destaque.

A primeira dessas idéias diz respeito ao processo formativo abrangente (família, convivência, movimentos sociais, organizações e manifestações culturais). Tal processo é disciplinado, regulado na escola, e vinculado ao mundo do trabalho e à prática social. Tem-se, portanto, o caráter regulador, reconhecedor e disciplinador da Educação.

Desse modo, pode-se afirmar que disciplinar o mundo do trabalho e a prática social representa o lado institucionalizado da Educação. No âmbito das finalidades da Educação brasileira, a família e o Estado apresentam-se como processo formativo mais amplo, através da formação da pessoa, do cidadão e do trabalhador. Prática social e mundo do trabalho são os princípios que envolvem o produtivismo e as relações em sociedade.

A seguir, ao mesmo tempo em que apresentamos os principais pontos da Lei de Diretrizes e Bases, iremos tecendo nossos comentários.

Para sustentar esse caráter disciplinador, a LDBEN considera ser fundamental:

- o *Ensino Fundamental obrigatório e gratuito*;
- o *Ensino Médio com progressiva obrigatoriedade e gratuidade*.

Com isso, é negada a própria dimensão da obrigatoriedade, enfraquecendo, assim, a idéia-força, pela apresentação da conjugação gratuidade-dever:

- *gratuidade para alunos portadores de necessidades especiais e para as crianças da creche e pré-escola*.

A característica de o ensino ser obrigatório é abandonada. Há claramente a intenção de não garantir o oferecimento de:

- *ensino regular noturno*.

Observe-se aí a tentativa de igualar esse ensino com o diurno, oferecendo ensino regular aos jovens e adultos, garantindo acesso à escola e permanência nela aos que forem trabalhadores. É nítido o discurso do acesso, mas não há garantia de seu oferecimento.

Examinando assim detidamente o texto da lei, prezado aluno, percebe-se a existência, por detrás, de um jogo de forças e de competência, que acaba por resultar na colaboração entre os diferentes poderes. O acesso ao Ensino Fundamental permanece, em primeiro lugar, obrigatório, visando à garantia do oferecimento desse nível de ensino, sendo que, para os demais ramos, são oferecidas diferentes alternativas de acesso.

O Estado coercitivo, ditatorial, assegura-se pelo rito sumário, pela própria força de poder, na medida em que atribui ao poder jurídico a força de exigir o cumprimento das normas de acesso/oferecimento – poder e permanência. É o poder disciplinador assegurando a obrigatoriedade do ensino.

Da maneira como se apresenta o texto legal, os pais também se convertem em colaboradores do poder estatal, vez que são co-responsáveis pela permanência dos alunos na escola. Do mesmo modo, a iniciativa privada, que passa a abarcar a responsabilidade do Estado, numa relação que torna este último disciplinador e a iniciativa privada, concorrente.

Trata-se, em suma, de o Estado distribuir poder a outras instâncias, resultando no enquadramento das instituições privadas, particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Com isso, acredita-se garantir o compromisso constitucional de que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, art. 205).

A LDBEN nº 9.394/96, na parte relativa à organização da Educação nacional, estabelece a hierarquia colaborativa entre União, Estado, Distrito Federal e Município. É a presença de responsabilidade dos poderes, do estabelecimento da autonomia sob a observância do controle e da fiscalização, tendo em vista a preocupação com as seguintes ações: organizar, manter, desenvolver, definir, elaborar, executar, autorizar, reconhecer, assegurar, credenciar e supervisionar, numa dinâmica hierárquica da estrutura do sistema.

São fixadas, ainda, para as escolas e para os docentes, as seguintes incumbências: elaborar, executar, administrar, assegurar, velar, recuperar, articular e informar, envolvendo responsabilidade e **AUTONOMIA**. Além desses aspectos, a LDBEN normatiza a gestão democrática e a participação da comunidade. Se por um lado há uma hierarquia dos poderes que ditam normas e exigências, por outro existe a possibilidade de as instituições fazerem uso da autonomia a elas atribuída pelo Estado. Centralização e descentralização estão presentes na letra da lei.

No que se refere à Educação básica, a LDBEN apresenta a composição, a estruturação desse nível de ensino, estabelecendo a finalidade da Educação através das ações de: desenvolver, assegurar, fornecer e garantir a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Há, nesse diploma legal, uma nítida preocupação com a formação do cidadão e do trabalhador. Essa preocupação é acompanhada por outra relativa à organização escolar, sistematizando o percurso das séries, períodos e ciclos necessários ao processo de ensino-aprendizagem. A isso, no texto da lei, correspondem palavras como: organizar, alternar, reclassificar, classificar em séries, progressão parcial, obrigatoriedade de recuperação, aceleração de estudos através da promoção, da transferência ou por avaliação, independente da escolaridade anterior. As ações daí decorrentes devem ser levadas a efeito para garantir o processo, isto é, a sequência curricular.

AUTONOMIA

Segundo Morin, se apresenta como um sistema que se anela a si mesmo, cria sua própria causalidade e, por isso, sua própria autonomia.

A autonomia só pode ser concebida com a idéia de dependência (MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Portugal: Europa-América, 1990, p. 217).

Em outra passagem, volta a LDBEN a defender a autonomia e responsabilidade, ao exigir que os currículos do Ensino Fundamental e Médio tenham uma mesma base comum, respeitando e analisando as diversidades regionais, culturais e econômicas. Isso significa a concessão de uma autonomia limitada.

Referindo-se à Educação Infantil, a LDBEN estabelece como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, oferecida em creche e pré-escolas.

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão através:

- do pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- da aquisição de conhecimentos e habilidades e da formação de atitudes e valores;
- do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem como finalidades:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O currículo, tomando por base as finalidades estabelecidas, deverá adotar as seguintes diretrizes:

- destacar a Educação tecnológica básica;
- compreender o significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;
- a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Para tanto, os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas visando ao domínio dos princípios científicos e

tecnológicos que presidem a produção moderna, ao conhecimento das formas contemporâneas de linguagem, ao domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, devendo ainda preparar o aluno para o exercício de profissões técnicas

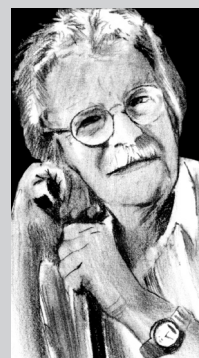
A LDBEN em vigor e que estamos analisando, caro aluno, é conhecida por muitos como Lei Darcy Ribeiro. Isto porque esse educador foi considerado o mentor intelectual da referida lei. Importa ressaltar que a Lei Darcy derrubou o projeto de lei elaborado pelos educadores em 1989, aprovado pela Câmara dos Deputados em 1993, que aguardava apenas a aprovação do Congresso Nacional. As esperanças dos educadores, de ter uma educação fundamentada, discutida e organizada sob os princípios da dimensão crítico-social, foi abortada pela Lei Darcy, que não representa a vontade e o sonho dos educadores brasileiros.

Antropólogo, fundou o Museu do Índio, estabeleceu os princípios ecológicos da criação do Parque Indígena do Xingu e escreveu uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena. Dedicou-se à educação primária e superior. Criou a Universidade de Brasília, de que foi o primeiro Reitor, e foi Ministro da Educação, no gabinete Hermes Lima. Mais tarde, foi ministro-chefe da Casa Civil de João Goulart e coordenava a implantação das reformas estruturais quando sucedeu o golpe militar de 64, que o lançou no exílio.

Viveu em vários países da América Latina, onde conduziu programas de reforma universitária. No Brasil, quando vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1982) e secretário da cultura, foi o criador e coordenador do Programa Especial de Educação, cujo aspecto mais conhecido é a implantação dos CIEPs, que são grandes escolas de turno integral para crianças e adolescentes.

Elegeu-se senador da República em 1991. Durante seu mandato, em 1993, elaborou e conseguiu aprovar no Senado e enviar à Câmara dos Deputados projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Quando sancionada pelo presidente da República, em sua versão final, em 20 de dezembro de 1996, foi denominada Lei Darcy Ribeiro.

(Fonte: <http://www.fundar.org.br>)



Darcy Ribeiro
(1922-1997)

Se extrapolarmos o texto legal explícito, na tentativa de buscar o latente, isto é, o não aparente, o oculto, há que destacar o valor que ele atribui à sua própria competência, considerando-se “credenciado” por sua história de vida a escrever uma lei que, em lugar de congelar nosso sistema educacional, abrisse perspectivas para renová-lo radicalmente, dando início a uma nova era na Educação.

Esse texto é fundamentado na matriz teórica liberal/progressista, com a ambição de contribuir para a realização do projeto da modernidade, caracterizada pelo culto do novo, do novo homem, para a nova sociedade e para a nova ordem mundial – a globalização. A idéia de progresso está enraizada no produtivismo, na racionalização, nessa “nova sociedade”, enfim, com um caráter utilitário capaz de efetuar mudanças.

Desse modo, foi concebida uma lei enxuta e substancial, condensada em 91 artigos, que ambiciona assegurar, a um tempo, a unidade do sistema nacional de Educação e a liberdade de variar, atendendo às especificidades dos estados e municípios, disponibilizando as facilidades que a nova tecnologia educativa oferece hoje em dia.

Sem dúvida, a idéia de constituir um texto legal que, em lugar de congelar nosso sistema educacional, abra perspectivas para renová-lo radicalmente, está presente nos artigos da lei que carecem de legislação complementar, tornando-se, portanto uma lei que por si só não pode ser aplicada. Daí, hoje, o Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais e os Municipais de Educação emitirem resoluções e pareceres que explicitam a aplicabilidade da lei.

Pensar na Educação brasileira atual requer reconhecimento da composição do sistema escolar estabelecida no artigo 21 da Lei 9.394/96 (LDBEN). Segundo esse artigo, a nova LDBEN consolida dois grandes avanços, que são:

1º) a instituição da Educação Básica composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – como direito de todos e dever do Estado e da família, obrigatório desde já no Ensino Fundamental e, progressivamente, no Ensino Médio;

2º) ampla flexibilidade na estrutura e organização da cada etapa da Educação Básica, a critério dos sistemas de ensino estaduais e municipais e de acordo com a proposta pedagógica de cada escola.

Outro aspecto importante é que pela primeira vez se estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, tendo *como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade*. (Lei 9394/96, artigo 29). Desse modo, a flexibilidade fica limitada à seguinte regra: a Educação Infantil se estende até os seis anos de idade, mas nunca além; e o Ensino Fundamental deve, obrigatoriamente, se iniciar aos sete anos e pode admitir a matrícula de crianças de seis anos.

A Lei 9.394/96 instituiu a Educação Básica (educação infantil + ensino fundamental + ensino médio) e a Educação Superior. Segundo essa nova visão, estas devem ser as etapas progressivas da escolarização. Nas escolas públicas, tais etapas são gratuitas, sendo a infantil desejável e recomendável, a Fundamental obrigatória e a Média progressivamente obrigatória.

A primeira etapa da Educação Básica é a Educação Infantil, de competência dos sistemas municipais. Essa primeira etapa se subdivide em: creches, para crianças até três anos; e pré-escola, para crianças de quatro a seis anos. O Ensino Fundamental é o nível que corresponde à exigência da obrigatoriedade, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, que é de sete a quatorze anos. A competência deste nível de ensino é dos Municípios – artigos 11 e 18, ressalvando-se o disposto no inciso II do artigo 10, que garante a distribuição proporcional das competências, no âmbito do Ensino Fundamental, entre Estados e Municípios.

A última etapa da Educação Básica é o Ensino Médio (1ª a 3ª séries), com a competência prioritária da sua execução atribuída aos sistemas estaduais de Educação. O Ensino Médio deve preparar o jovem para:

- o trabalho;
- a flexibilidade face ao mundo contemporâneo;
- a formação ética;
- a autonomia;
- a cidadania e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (artigo 35 e incisos).

A Educação de Jovens e Adultos (Lei 9.394/96, seção V, artigo 37) está destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria.

Eis aí, prezado aluno, os pontos mais importantes estabelecidos na Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sendo o instrumento legal fundamental para a organização e o funcionamento da Educação em nosso país, você, como professor, não pode desconhecê-los.

Agora, é chegada a hora de fazermos um resumo de tudo o que foi estudado nesta aula.

Nosso objetivo foi analisar, de forma crítica e minuciosa, a Lei 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De saída, aproveitando as escolas que vemos pela janela de nosso trem imaginário e os nomes que foram atribuídos a elas, lembramos que todas as escolas pertencem a um sistema amplo de ensino, o qual se subordina e se enquadra nas diretrizes estabelecidas pela LDBEN em vigor.

Em seguida, passamos a destacar os pontos mais importantes e significativos da Lei, relacionados aos Ensinos Fundamental, Médio e Noturno, discutindo, nesse ponto, as questões da obrigatoriedade e da gratuidade.

A questão do acesso também foi examinada, bem como o problema das atribuições do Estado, de como o poder estatal é exercido e da delegação de competências a outras instâncias.

Foram examinadas, a seguir, as incumbências de escolas, professores e profissionais de Educação em geral, segundo o que é estabelecido na LDBEN.

O passo seguinte foi examinar os objetivos estabelecidos para os Ensinos Fundamental e Médio.

Seguiu-se a apreciação das determinações relativas ao currículo.

Apontou-se, depois, o discurso da modernidade, contido na Lei.

Assinalou-se, em seguida, pontos da LDBEN vinculados à visão do formulador do projeto básico da Lei, educador Darcy Ribeiro.

Finalmente, apontaram-se os significativos avanços representados pela Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.

Agora, prezado aluno, como forma de consolidar o conhecimento do que foi visto na presente aula, vamos adotar o procedimento de sempre: propor alguns exercícios que o ajudarão a atingir esse objetivo.

1. Em livros, ou em sites da internet dedicados à Educação, ou relacionados aos milhares de municípios brasileiros, faça um levantamento de nomes de escolas.

2. De posse do levantamento solicitado no item anterior, tente identificar nomes de vultos da história brasileira cuja trajetória foi mais significativa em termos da Educação em geral, da formação de professores e da história política em suas conseqüências para a Educação.

3. Consiga, numa biblioteca ou através da internet, o texto da LDBEN em vigor e compare-o com as LDBENs anteriores, já estudadas nas aulas passadas. Após a comparação, destaque os pontos que, a seu ver, se constituem nos mais significativos para sua atividade cotidiana de professor, tendo em conta, sobretudo, os problemas enfrentados para a melhoria da qualidade da Educação em nosso país.

AUTO-AVALIAÇÃO

- A partir do que foi estudado nesta aula, tenho condições de entender a organização da Educação brasileira e as determinações para seu funcionamento?
- As questões estudadas na presente aula me oferecem subsídios para estabelecer, de forma crítica, correlações entre o que preconiza a LDBEN e a situação real do cotidiano da Educação?
- Tenho clareza quanto à forma e ao conteúdo do que foi apresentado nesta aula, ou precisarei rever um ou mais pontos desta ou de aulas anteriores a ela relacionadas?

Lá se vai nosso trem, prezado aluno, correndo pelos trilhos imaginários na Terra dos Fundamentos da Educação. Enquanto a Maria-Fumaça resfolega com esforço, para subir montanhas, vamos nós também repondo a madeira de nosso entusiasmo na fornalha da vontade de conhecer. A viagem é importante, linda e vale a pena para nossa formação e para nossa vida, pessoal e profissional.

Fique atento ao próximo trecho de nossa viagem pela Terra dos Fundamentos da Educação, pois tratará de outro tema importantíssimo: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).



Os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental

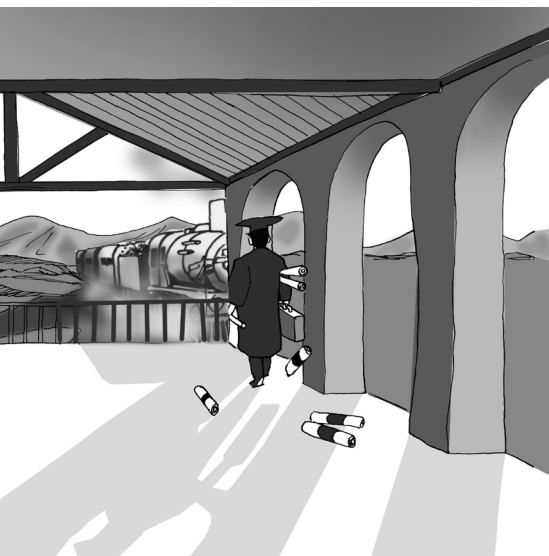
AULA

13

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar, nos textos legais, as finalidades e os objetivos do currículo do Ensino Fundamental.
- Compreender os Parâmetros Curriculares Nacionais no que se refere: à importância; aos objetivos; à abrangência; à estrutura organizacional e à contribuição das diferentes áreas do conhecimento.
- Identificar os temas transversais como abordagens sociais necessárias.
- Refletir sobre a maneira como os PCNs foram construídos e a crítica dirigida a eles pelos educadores.
- Refletir acerca da disciplinaridade e da transversalidade.



A teoria Crítica do Currículo tem contribuído para aumentar nossa compreensão sobre as íntimas e estreitas relações entre conhecimento, poder e identidade social e, portanto, sobre as múltiplas formas pelas quais o currículo está centralmente envolvido na produção social

(SILVA, Tomaz T. *Currículo e Identidade Social: novos olhares*. ANPED. Caxambu, 1995. Anais, 2000).

Cá estamos nós, prezado aluno, em mais uma parada nesta nossa viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”.

Observe que a estação em que estamos é bastante grande. Podemos ver que se trata de uma bela obra de arquitetura. Lá no alto, vários metros acima de nós, está a cobertura, formada por imensas telhas sobrepostas a uma estrutura de ferro, toda construída naquelas filigranas resultantes do trabalho de maravilhosos artesãos do século XIX. Ferro, madeira, vidro e tijolinhos aparentes harmonizam-se, formando um ambiente fresco, protegido e, ao mesmo tempo, bem iluminado, pois a concepção da GARE permite a entrada dos raios de sol, cuja incidência forma, em determinados pontos, bonitos desenhos no piso de mármore.

Uma entrada de restaurante aqui, uma lojinha de artesanato ali, os guichês para a venda de passagens, tudo atrai nossa atenção, enquanto, como tantos outros passageiros, passeamos em meio ao burburinho

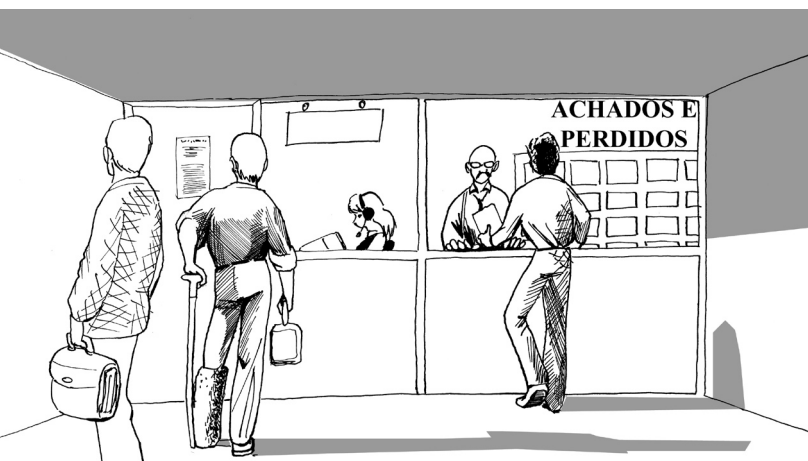
feito por viajantes que vão e vêm, embarcam e desembarcam, ou simplesmente, como nós, esperam para o reembarque em seus trens.

Preste atenção naquele balcão lá no canto da estação, afastado, que delimita uma repartição. Na parede do fundo, por detrás do balcão, um letreiro em letras garrafais: “Achados e Perdidos”. Abaixo desse letreiro, afixado na parede do fundo da seção,

um imenso armário se destaca. Feito em madeira de lei, ele está construído de tal modo que, nas dezenas de prateleiras, muitas portas permitem que sejam guardados, ordenadamente e facilitando a identificação, os objetos esquecidos pelos viajantes, na própria estação e nos vagões dos trens. Esses objetos ficam ali até que sejam procurados por seus donos.

GARE

É uma outra denominação para estação de estrada de ferro.



O armário, caro aluno, vai nos permitir uma analogia com o tema de nossa aula de hoje, que trata dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Numa visão tradicional, um currículo pode ser comparado ao armário da gare que estamos percorrendo. Os saberes, correspondentes cada um a uma disciplina, são separados, compartimentados e ordenados em “escaninhos”, sendo trabalhados separadamente pelos professores, sem que haja uma necessária e produtiva associação e articulação. Esta é uma concepção estática e estratificada da estrutura curricular.

Porém, prezado aluno e companheiro de viagem, uma outra visão curricular é possível: aquela segundo a qual um currículo é dinâmico, devendo emergir da efetiva interação entre os diversos saberes, em vez de compartimentação, vinculação, associação e interdependência entre os componentes de uma grade curricular. Nada, portanto, parecido com os escaninhos do armário metafórico que vemos na gare de nossa estação.

Além disso, uma outra discussão mobiliza os especialistas em currículo. Trata-se daquela que trata dos “saberes locais” e dos “saberes universais”. Como conciliar e articular esses diferentes tipos de saber?

Ainda outro ponto importante diz respeito aos “saberes especializados” e aos “saberes gerais”.

Finalmente, tem suscitado discussão e ensejado encaminhamentos o problema que se denomina “Temas Transversais”.

Todos esses problemas e as várias concepções curriculares daí decorrentes, levadas em conta as transformações históricas pelas quais passou a concepção de currículo, como organização e como instrumento de ação pedagógica efetiva, foram, aos poucos, se incorporando à Educação, inclusive aos instrumentos legais. De um desses instrumentos trata esta nossa aula: os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Portanto, prezado aluno, antes de iniciar o estudo desta aula procure rever as anteriores, especificamente aquelas que tratam das questões relativas à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A importância dessa revisão está em você perceber que os Parâmetros Curriculares Nacionais – que daqui por diante serão mencionados utilizando-se a sigla “PCNs” – apóiam-se em normas legais, objetivando mudanças na Educação Básica, de modo a atender às demandas da sociedade brasileira.



No passado, currículo era o programa de ensino, uma lista de matérias a estudar, sob a orientação do professor. Era essencialmente um conjunto de conhecimentos a memorizar.

Tanto a Constituição Federal como o Plano Decenal de Educação reafirmam a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros, capazes de orientar o ensino, melhorando a qualidade da Educação em nosso país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 – estabelece as seguintes normas para elaboração do currículo:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I-A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II-Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III-Orientação para o trabalho;

IV-Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Com relação ao Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, o currículo observará as seguintes diretrizes estabelecidas no Artigo 36 e em seus respectivos incisos:

Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício consciente da cidadania;

Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Todos esses objetivos, que nortearão os currículos e seus conteúdos, são de competência da União, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste sentido, o termo “parâmetro” envolve uma preocupação com o respeito às diversidades regionais, culturais e políticas do país, constituindo-se como ponto de referência nacional para o processo educativo em todas as regiões do Brasil.

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Segundo o documento do Ministério da Educação e do Desporto e da Secretaria de Educação Fundamental intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais: texto síntese” (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto e da Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1996), os PCNs são abertos o suficiente para permitir sua adaptação às características locais das diferentes regiões, devendo ser utilizados por professores, diretores, supervisores e coordenadores para desencadear discussões sobre a proposta educacional de cada escola, bem como para a definição da programação em sala de aula.

Afirma o documento:

A importância de existir uma referência curricular para todo o país está em que cada criança ou jovem brasileiro, mesmo em locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter assegurado o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para a cidadania (1996, p. 2).

Os PCNs não se resumem a um programa ou plano de estudo, mas constituem uma proposta integrante de ensino através do desenvolvimento de habilidades e destrezas necessárias ao processo de aprendizagem e à vida, ensinando atitudes e valores essenciais ao convívio social.

Os educadores que elaboraram os PCNs acreditam que o convívio social e a ética são questões necessárias às demandas do mundo de hoje e que o objetivo principal da escola deve ser a formação necessária para o exercício da cidadania, ultrapassando, assim, a simples transmissão do saber acumulado através de matérias clássicas como: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências.

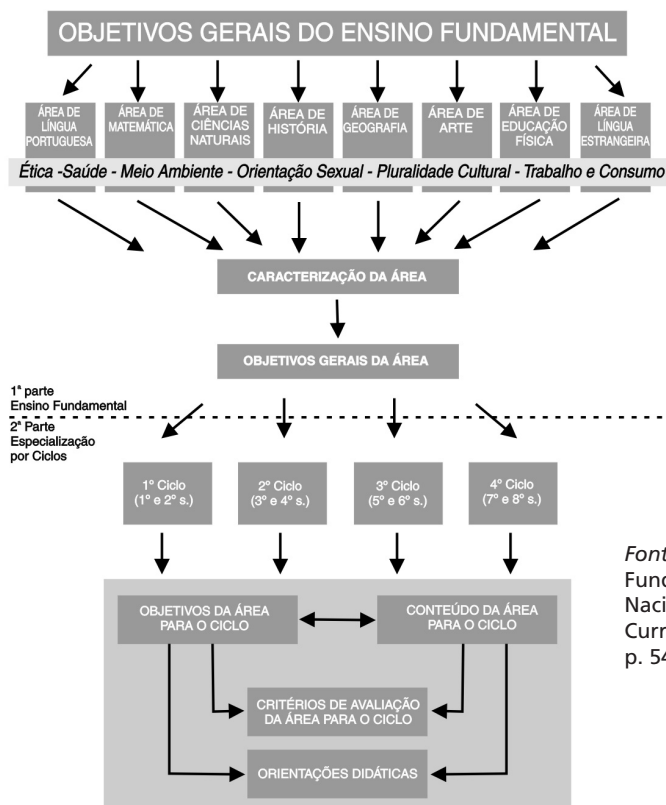
Com essa preocupação, os PCNs inovam ao propor que se sistematize o ensino de questões como: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural. Todos arrolados sob a denominação de **Convívio Social e Ética**.

A aplicabilidade, pelo professor, do **Convívio Social e Ética** ganha, nos PCNS, uma forma peculiar: trata-se de permear as disciplinas clássicas com estes temas específicos e, assim, trabalhá-los sob a forma da **TRANSVERSALIDADE**, de modo que sejam abordados dentro de um contexto pertinente, como parte integrante do assunto em discussão.

No caso específico do Ensino Fundamental, os objetivos apresentados pelos PCNs estão organizados em quatro ciclos, cada um corresponde a duas séries desse nível de ensino, de maneira a ser evitada a excessiva fragmentação de objetivos e conteúdos, tornando possível uma abordagem menos parcelada dos conhecimentos, e que permitam aproximações sucessivas para que os alunos se apropriem deles. Lembra-se da nossa conversa inicial, do armário de achados e perdidos da nossa estação ferroviária? É esse tipo de “compartimentação” que os PCNs pretendem evitar, buscando uma metodologia de trabalho de dimensão transdisciplinar.

Para facilitar a visualização da estrutura dos PCNs com relação ao Ensino Fundamental, transcrevemos o diagrama a seguir. Observe-o atentamente, prezado aluno, pois eles apresentam um visão sintética acerca dos objetivos estabelecidos.

ESTRUTURA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL



Fonte: Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1998, p. 54.

“Transversal”.
Adj. 2 g. Que passa, ou que está, de través, obliquamente: rua transversal.
(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª ed., 4ª impres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, p. 1411).
Vinculando-se a esse significado, a palavra **TRANSVERSALIDADE** deseja significar que certos temas, por sua profundidade e abrangência, atravessam vários campos de conhecimento, característica que deve ser levada em conta quando de sua discussão em sala de aula.

Além da estrutura, o PCN apresenta os seguintes objetivos para o Ensino Fundamental:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação com base em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as intenções entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

Fonte: Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1998, p.55.

Tendo em vista os objetivos e a estrutura, os PCNs estabeleceram, também, propostas para cada área de aprendizagem, a saber:

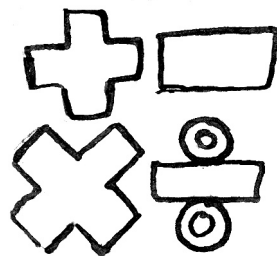
Língua Portuguesa

Marcada por dois momentos distintos: alfabetização inicial e o estudo da língua. Os PCNs partem da compreensão de que a linguagem se realiza em situações comunicativas, em práticas sociais, através de textos orais e escritos, e que quatro habilidades lingüísticas básicas devem ser desenvolvidas pela escola: falar, escutar, ler e escrever.

Desse modo, o acesso aos saberes lingüísticos deve ser garantido a todos os alunos, como requisito para a cidadania. Isso significa que a escola deve fornecer condições necessárias para que, durante o Ensino Fundamental, cada aluno possa desenvolver, em relação à linguagem competências capazes de permitir a resolução de problemas da vida, o acesso aos bens culturais e a participação no mundo letrado, interpretando diferentes textos, e que possa também assumir a palavra, como cidadão, produzindo textos eficazes nas mais diferentes situações de vida (PCNs, 1996, p. 6).

Matemática

O objetivo é adotar a resolução de problemas como ponto de partida da atividade matemática. Para isso, os PCNs propõem que a Matemática seja apresentada aos alunos como um instrumental importante para compreensão do mundo à sua volta, através de discussões, análises, argumentos, comprovações de questões matemáticas, considerando em especial as de utilização social. Deve, também, levar em conta a necessidade de incorporar ao ensino da Matemática as tecnologias da informação. Apontam que o aluno deverá aprender a usar da melhor forma os instrumentos tecnológicos disponíveis, tudo isso tendo em vista o grande desafio de despertar a capacidade de investigação por parte dos alunos, tornando prazerosa a atividade de resolução de problemas (PCNs, 1996, p.7).





Ciências

A preocupação deve ser a de mostrar a ciência como instrumento de compreensão e transformação do mundo. Aprender ciências deve capacitar o aluno a questionar o que ele vê e ouve, a ampliar as explicações acerca da natureza, a compreender os modos adequados de intervir no ambiente e a utilizar os recursos, as técnicas e as tecnologias que realizam essas mediações, a fundamentar um agir responsável consigo e com o ambiente, a refletir sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia (PCNs, 1996, p. 8).



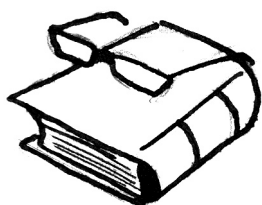
Educação Física

A Educação Física constitui-se como área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento. Propõe a “cultura humana do desenvolvimento”, em detrimento da ênfase na aptidão física e no rendimento esportivo. Deve estar voltada para proporcionar aos alunos elementos que lhes garantam autonomia para que possam: a) atender adequadamente a suas necessidades e desejos nos movimentos do cotidiano; b) atender a suas aspirações de lazer relacionadas à cultura de movimento; c) gerenciar sua própria atividade motora nas dimensões de competição e da expressão (PCNs, 1996, p.8).



Artes

Os PCNs consideram que a apropriação de produtos artísticos presentes em toda e qualquer cultura e a utilização de linguagem artística são essenciais na formação das pessoas, e que através do convívio com o universo da arte pode-se aprender sobre o objeto artístico enquanto: forma produção cultural e produção poética (PCNs, 1996, p. 8).



História

Os PCNs consideram fundamental que os alunos ampliem a compreensão da realidade, especialmente comparando-a e relacionando-a com outras realidades históricas e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações e suas identidades com os outros (PCNs, 1996, p. 9).

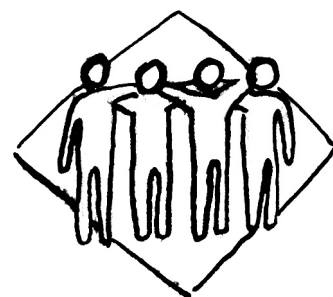
Geografia

Os PCNs, em relação à área de Geografia, contêm uma visão abrangente das temáticas atuais discutidas pela disciplina. Apontam para uma abordagem humanista das relações entre sociedade e natureza considerando seus tempos próprios para acontecer e suas interações. Nesta abordagem, ampliam-se as possibilidades de situações de aprendizagem para que os alunos possam compreender e explicar como as ações humanas informam e transformam a natureza através da cultura (PCNs, 1996, p. 9).



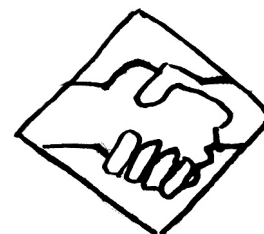
Convívio social e Ética

Trata-se de um conjunto de questões sociais que devem ser tratadas pela escola, tanto no ensino das áreas clássicas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física e Artes) quanto em seu dia-a-dia nas ações e relações que formam o convívio escolar. Essa metodologia recebe o nome de transversalidade e envolve: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural (PCNs, 1996, p. 9).



Ética

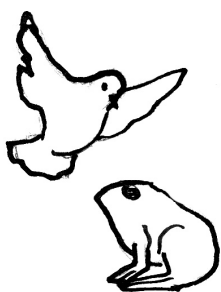
De modo a fortalecer a formação do cidadão, a ética deverá trabalhar os seguintes temas: dignidade do ser humano; respeito mútuo; justiça e diálogo, trabalhados articuladamente às demais matérias. A escola deve ser lugar privilegiado de convívio democrático, respeitoso e solidário, lugar de regras justas e de ensino do diálogo, enfim, lugar onde se cultiva o valor da dignidade do ser humano (PCNs, 1996, p. 10).



Orientação Sexual

A Orientação Sexual a ser realizada pela escola não substitui a educação sexual dada pela família. Ela se dá dentro do modelo pedagógico, com informações e discussões de atitudes e valores sobre o corpo, diferenças biológicas e culturais entre os sexos, esclarecimentos sobre a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, formas de prevenção e outros temas significativos de cada comunidade e de interesse das próprias crianças (PCNs, 1996 p. 10).





Meio ambiente

O meio ambiente deve ser trabalhado envolvendo conceitos e valores como: ciclos naturais e fluxo da energia; conhecimento dos principais ecossistemas brasileiros e sua biodiversidade – matas tropicais, praias, cerrados etc., relações da sociedade com a natureza, incluindo as noções de patrimônio natural e cultural; limites para o uso dos recursos; combate ao consumismo e ao desperdício (PCNs, 1996, p. 10).



Saúde

A proposta é a de uma educação para a saúde, em oposição ao ensino do que é saúde, com o objetivo de desenvolver a compreensão de como se constrói a condição saúde/doença em cada realidade particular. A saúde não se constitui em disciplina ou tópico cujo conteúdo conceitual leve o aluno a adquirir saúde. A ênfase nos procedimentos, práticas e atitudes requer que o tema possa permear a convivência escolar, onde se validará a coerência entre conceitos e práticas saudáveis (PCNs, 1996 p. 10).



Estudos Econômicos

Tem como objetivo a valorização do trabalho e a compreensão do processo pelo qual ocorrerão a produção, distribuição e consumo de riquezas no país, como condição necessária à formação do cidadão crítico e capaz de atuar de forma autônoma e responsável, sobretudo frente a uma realidade, como a brasileira, onde as desigualdades sociais são tão marcantes. Os PCNs conferem à escola a responsabilidade de possibilitar aos alunos conhecer fatos básicos da economia do país, as relações econômicas em que vivem e seus problemas, bem como lhes oferecer as informações necessárias para atuar com independência e autonomia na sociedade (PCNs, 1996, p. 11).

Pluralidade Cultural

Para os PCNs, o grande desafio da escola é procurar fazer com que tanto a formação intelectual quanto a afetiva e social de seus alunos seja pautada pela não-discriminação. Para isso, a escola deve, por um lado, ser local de diálogo, do aprender a conviver sem negar a própria cultura, respeitando as outras formas de expressão cultural e, por outro lado, possibilitar que os alunos conheçam e valorizem a história, a realidade atual e as contribuições culturais, econômicas e sociopolíticas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira (PCNs, 1996, p. 11).



Em síntese, esses temas denominados transversais apresentam a necessidade de a escola considerar valores gerais e unificadores que definam seu posicionamento em relação à dignidade da pessoa, à igualdade de direitos, à participação e à co-responsabilidade de trabalhar pela efetivação do direito de todos à cidadania, atendendo assim a LDBEN, Lei nº 9394/96, artigo 27, inciso I, já assinalado no início desta aula, que defende “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Várias são as críticas levadas a efeito pelos educadores em relação aos PCNs. A mais contundente diz respeito à não participação dos educadores na elaboração da proposta, o que acabou representando retorno aos princípios do planejamento autoritário, que estabelecem uma divisão entre os que planejam e os que executam.

Embora os PCNs se apresentem como proposta, eles trazem, de modo pormenorizado, os objetivos a serem atingidos, a concepção de ensino e de aprendizagem, os conteúdos, os critérios de avaliação e as orientações didáticas como elementos fundamentais para o projeto educativo da escola. É o poder ditando as normas curriculares, com a velha prática de “gavetas”, onde as coisas são colocadas sem que todos os envolvidos no processo educativo participem. Desse modo, caro aluno, você, na condição de professor, já receberia, através os PCNs, todas as diretrizes e orientações, feitas e acabadas, ficando impossibilitado de discuti-las e questioná-las.

Segundo Silva (1995, p. 8):

Aquilo que divide o currículo – que diz o que é conhecimento e o que não é – e aquilo que essa divisão divide – que estabelece desigualdades entre indivíduos e grupos sociais – isto é precisamente o poder (SILVA, Tomaz T. *Currículo e Identidade Social: novos olhares*. ANPED. Caxambu, 1995. Anais, 2000).

Outra crítica pertinente é a de Gallo (2000), que defende o currículo em rede, trabalhando a idéia de transversalidade aplicada à produção e à circulação de saberes, considerando que nos PCNs a noção de temas transversais significa apenas o estabelecimento de cortes temáticos por entre disciplinas (GALLO, Silvio. *Disciplinaridade e transversalidade*. In: *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2000).

Para esse autor, o mapa dos saberes é muito diferente do que expressa as idéias contidas nos PCNs: assemelha-se a um rizoma, um liame de fios e nós, sem começo e sem fim, que propicia o livre transitar por entre os saberes, estabelecendo cortes transversais que articulam vários campos, várias áreas. O currículo deve ser, portanto, *transversal e rizomático*.

RESUMO

É chegada a hora, prezado aluno, de sintetizarmos o que foi visto nesta aula.

Em primeiro lugar, tivemos de estabelecer uma analogia entre o armário da seção de “achados e perdidos” da estação com a compartimentação curricular.

Em seguida, analisamos o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Depois de uma apresentação geral, vimos como esses parâmetros se estruturam.

O próximo passo foi examinar os objetivos dos PCNs, que permitem uma visão sintética das intenções de seus formuladores.

O momento seguinte de nossa aula consistiu em analisar as propostas contidas nos PCNs referentes a cada uma das áreas de aprendizagem.

Em seguida, vimos as observações críticas sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais feitas por alguns educadores.

Desse modo, você teve a oportunidade de rever os aspectos legais que permeiam o currículo das escolas de Ensino Fundamental, partindo da Constituição Federal e adentrando a nova LDBEN.

Você pôde, também, conhecer em rápidas pinceladas a proposta de currículo desde o seu discurso *instituído* – as normas – até a vida – o instituinte –, expressada na crítica feita pelos educadores.

EXERCÍCIOS

Como forma de consolidar o que foi estudado na presente aula, eis algumas sugestões de exercícios:

- Obtenha (por exemplo, através da internet, no endereço <http://www2.mec.gov.br/gp>) o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais; estude-o atentamente para utilizar essa leitura como base para realizar o exercício sugerido a seguir.
- Tente conseguir, na sua ou em outra escola, a grade curricular dos cursos ministrados. Examine-a atentamente e tente identificar:
 - a) uma possível “compartimentação” dos saberes;
 - b) a prática da “interdisciplinaridade”.
- Refletindo sobre o que foi estudado nesta aula, tente imaginar como você trabalharia, em sala de aula, um “tema transversal”.
- Sugerimos, finalmente, caro aluno, que você releia a aula de Fundamentos I intitulada “Saber e Poder”. A partir dessa leitura tente relacionar o pensamento de Foucault sobre o poder com a prática adotada pelo governo ao propor os PCNs.

Depois desta aula, caro aluno, acreditamos que você esteja apto a participar das discussões curriculares na sua escola, a elaborar seu plano de trabalho atendendo às exigências do poder, mas não perdendo de vista que o grande desafio do currículo deverá ser não apenas a transmissão do conhecimento, mas a produção de identidades sociais.

Nossa metáfora da viagem de trem e nela a imagem que a gare nos fornece, são fundamentais para entendermos a dimensão ampla do currículo: algo que não pode ser fragmentado e que deve ser construído ao longo da viagem de cada uma das escolas, observando as culturas, o modo de pensar, de sentir e de agir de cada aluno, seus sonhos, aspirações e desafios. Sufocar, prender, exilar o currículo é compartimentar a vida do homem, impedindo a produção de identidades e de subjetividades.

Apresemos-nos agora, caro aluno. A gare está quase vazia, pois a maioria dos viajantes já embarcou nos trens em busca do seu destino. Vamos embarcar também, continuando nossa viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”, cujo destino é o conhecimento.

AUTO-AVALIAÇÃO

- Tendo em conta o que aprendi nesta aula, consigo entender o significado e o alcance dos Parâmetros Curriculares Nacionais?
- Sei, de fato, o que significa a expressão “Temas transversais”?
- A partir do conhecimento dos PCNs, tenho condições de analisar a prática cotidiana em sala de aula, especialmente, as disposições e ações curriculares?
- Compreendi perfeitamente tudo que consta como conteúdo desta aula, ou preciso reestudar algumas passagens?

Cenário, luzes e ação: sistema educacional brasileiro

AULA

14

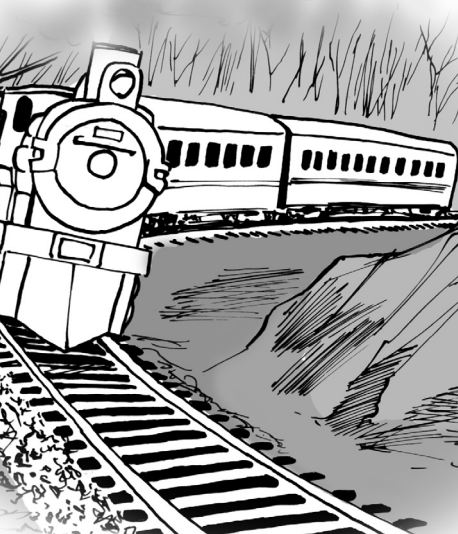
objetivo

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Rever concepções, conceitos e noções estudados nas aulas anteriores, relacionados às políticas públicas, desde os seus primórdios até os nossos dias de modo a compreender a organização e a dinâmica do sistema educacional brasileiro.

Pré-requisito

Esta aula sintetiza todas as outras que você estudou até aqui. Reestudá-las é, portanto, o pré-requisito para que você esteja apto a prosseguir nesta viagem.



Encontros e Despedidas

Mande notícias do mundo de lá.
Diz quem fica
Me dê um abraço
Venha me apertar
Tô chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos.
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero.
Todos os dias é um vai-e-vem.
A vida se repete na estação.
Tem gente que chega prá ficar.
Tem gente que vai prá nunca mais voltar.
Tem gente que vem e quer voltar.
Tem gente vai e quer ficar.
Tem gente que veio só olhar.
Tem gente a sorrir e a chorar.
E assim chegar e partir
São dois lados.
Da mesma viagem.
O trem que chega
É o mesmo trem da partida.
A hora do encontro
É também despedida.
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar,
É a vida desse meu lugar,
É a vida.

(Milton Nascimento/Fernando Brant.

CD Maria Rita @ 2003 - Warner Music Brasil Ltda).

Numa das estações em que fizemos uma parada mais demorada nesta nossa viagem pela "Terra dos Fundamentos da Educação", caro aluno, conversávamos, alguns professores e alunos, na pequena livraria existente na gare. Falávamos da grata surpresa de ver ali representada, numa estação ferroviária, naquela lojinha modesta, a defesa da cultura, da leitura, num país como o Brasil, em que ainda tão pouco se lê.

Nesse momento, aliás, alguém, na roda de conversa, lembrou a famosa frase de **MONTEIRO LOBATO**: “Um país se faz com homens e livros”. Esta foi uma oportunidade para rediscutirmos a importância da leitura, o que deve ser um tema sempre presente nas discussões em sala de aula, em qualquer curso, de qualquer nível.

Porém, prezado aluno, não é importante somente ler, de forma rápida e superficial. A leitura é tanto mais proveitosa quanto mais atento e aplicado for o leitor.

Lembramos agora essa conversa sobre livros e leitura continuada, atenta e de livros bem selecionados, para reiterar a importância de uma aula como esta, em que, a exemplo de outros momentos em nosso curso, voltamos aos temas estudados em aulas anteriores, fazendo uma síntese que, a nosso ver, pode tornar-se um instrumento fundamental em seu estudo e na fixação do que tem podido aprender.

Vamos, portanto, a mais uma aula-síntese.

A primeira das aulas que compõem a presente síntese intitula-se Organismos internacionais e a Educação: a função do Banco Mundial. Como seu nome indica, tal aula tratou da vinculação da Educação brasileira a instituições internacionais, o que dá conta de influências e interferências no modo como o nosso país define, estabelece e conduz sua política educacional.

A aula apresenta as principais características do denominado “neoliberalismo”, essa nova fórmula de ordenamento da economia mundial, cuja principal característica seria a redução ao mínimo da interferência do Estado como provedor de serviços públicos à população, enquanto se procuraria estabelecer uma conciliação entre a liberdade de mercado e a liberdade política dos cidadãos.

Essa visão neoliberal buscou tornar-se hegemônica, em detrimento de uma outra, defensora de um papel intervencionista do Estado na economia.

Em seguida, a aula foi dedicada à questão da globalização, desde suas características de generalização e instantaneidade proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, até a chamada “produção global”. Em outras palavras: um produto deixa de vincular-se a economias nacionais, a determinados locais de produção, e passa a ser produzido em escala global, com partes e componentes do produto e do processo de produção sendo criados em vários lugares diferentes, em países diversos, em função de menores custos, como, por exemplo, o custo da mão-de-obra.

José Bento **MONTEIRO LOBATO** (1882-1948), um dos mais famosos escritores brasileiros, é o autor das histórias infantis que encantaram e formaram gerações de brasileiros, no gosto pela boa leitura, com narrativas das aventuras dos moradores do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”. Sua primeira história infantil foi lançada em 1921 e intitulava-se “A menina do narizinho arrebitado”. A frase citada é de sua obra “América”, publicada em 1932. Mais informações sobre este importante escritor, editor, educador – um intelectual multifacetado, enfim – podem ser encontradas no endereço eletrônico <http://www.lobato.com.br>

Seguindo com o tema desta aula, caro aluno, você pode ver, então, como a concepção neoliberal e sua prática globalizante justificaram a criação e a ação de organismos internacionais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Tais instituições passaram a ditar, face aos países em desenvolvimento, uma política econômica que subordinou as economias nacionais ao interesse de um modelo capitalista comandado pelos países desenvolvidos.

Nesse passo, fundamentalmente, assinalou-se que o Banco Mundial acabou por tomar a frente no processo internacional de articulação das políticas educacionais, em lugar de outras instituições, como Unesco e seu organismo voltado para a Educação, o Unicef, bem como de organizações não-governamentais, ou ONGs, dedicadas às questões educacionais.

Em seguida, explicou-se o que significa uma ONG e sua forma de atuação, procurando exercer pressão sobre o poder público e o privado, estabelecendo parceria para a realização de projetos, incentivando a participação da população na definição e implementação das políticas públicas e buscando a ampliação da cidadania.

A seguir, assinalou-se que essa atuação das ONGs fez com que elas constituíssem um terceiro setor, para além do público e do privado.

Continuando, prezado aluno, você teve explicações a respeito dos princípios fundamentais estabelecidos pelo Banco Mundial, basicamente sobre:

a) a qualificação para o trabalho, ou seja, a formação do denominado “capital humano”, e

b) o aumento das oportunidades para a população mais carente, o que contribuiria para a redução da pobreza.

Como decorrência dessa política educacional capitaneada pelo Banco Mundial, aumentaram os investimentos em educação, sobretudo na Educação Básica, com o Estado e a sociedade adotando critérios semelhantes aos das empresas privadas no planejamento e organização da política educacional.

Foi instaurado uma política de “educação para todos”, centrada na Educação Básica, que atinge a maioria da população e representa um retorno maior para os investimentos feitos. Tal opção ocorreu em detrimento da Educação de nível médio e de nível superior.

Proporcionar mais acesso aos pobres no sistema educacional, promover igualdade entre os gêneros e as etnias, melhorar a qualidade do ensino, aproximar a reforma educacional de uma reforma econômica – eis alguns ingredientes fundamentais das propostas comandadas pelo Banco Mundial e que se buscou aplicar à educação brasileira. Não obstante, alguns problemas fundamentais, como o aparelhamento de laboratórios em unidades educacionais, o salário dos professores e a superlotação das salas de aula ficaram relegados a um segundo plano.

Outro aspecto importante dessa política do Banco Mundial em face da Educação brasileira foi o incentivo à descentralização administrativa, concedendo-se maior autonomia às escolas; porém, em contrapartida, exigiram-se determinados padrões de desempenho e de rendimento escolar.

Essa aula destacou ainda outro aspecto da orientação político-educacional comandada pelo Banco Mundial: a exigência da participação da comunidade local nas atividades da escola, inclusive na gestão escolar.

Em suma, o modelo adotado para a esfera da educação foi o da eficiência requerida das empresas privadas. Com isso, buscava-se maior rendimento e racionalidade na aplicação dos recursos, com ampliação do número de alunos e com a adequação de todas as ações às transformações da economia mundial global.

Você pôde ver nessa aula, prezado aluno, alguns dos objetivos que se buscava alcançar:

- a) melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos;
- b) reduzir as elevadas taxas de repetência e evasão;
- c) aumentar as despesas por aluno, consideradas até então muito baixas.

Desenvolvendo uma visão crítica, a aula foi concluída assinalando os problemas enfrentados pelos projetos educacionais propostos pelo Banco Mundial, especialmente por causa dos interesses políticos (apadrinhamento, troca de favores e mudança de prioridades), dos excessos de rotatividade do pessoal responsável e de burocracia e de morosidade da administração pública federal, estadual e municipal.

A aula seguinte intitulou-se Uma avaliação crítica dos projetos do Banco Mundial, destacando os inconvenientes representados pelas políticas desenvolvidas por organismos internacionais, especialmente o reforço que representam para a dominação de países desenvolvidos em relação a países em desenvolvimento, bem como o que tais políticas representam como interferência na soberania dos países aos quais são aplicadas.

Assinalou-se que, embora haja intenções louváveis nessas propostas e projetos, elas não resistem às críticas formuladas por educadores e outros especialistas, que demonstram como objetivo primordial criar condições para que tais países, a um só tempo, se insiram na ordem capitalista mundial e tenham condições de quitar suas dívidas junto às instituições financeiras internacionais, sob a égide de políticas econômicas conduzidas pelo Banco Mundial.

Como decorrência, o ajuste fiscal exigido e o endividamento externo crescente têm provocado sérias crises financeiras nos países em desenvolvimento.

Promovendo uma apreciação crítica, a aula apresentou em seguida as críticas mais comuns a essas políticas oriundas do Banco Mundial.

A primeira, de natureza filosófica, ataca os fundamentos e as concepções das propostas e projetos, argumentando que, em verdade, eles se afinam com o capitalismo neoliberal e globalizado, servindo para esconder as verdadeiras causas e os mecanismos de manutenção da desigualdade social e da pobreza generalizada existentes nos países supostamente beneficiados.

A segunda, com característica sociológica, examina a argumentação que atribui os problemas, nos países assistidos pelo Banco Mundial, ao funcionamento do sistema social, especialmente aos avanços tecnológicos, que acabam por resultar no aumento do desemprego e na redução da média salarial.

A terceira, de ordem política, assinala que as políticas propostas pelo Banco Mundial em relação à educação são parte de um condicionamento mais amplo de ajuste do Estado e de seu funcionamento, tendo por base “pacotes” impostos aos países beneficiados, os quais, em contrapartida, acabam por ser obrigados a segui-los à risca, em detrimento da própria soberania e de uma possível mobilização política contrária a tais determinações.

A aula seguiu apresentando, também, a crítica às ONGs, que, muitas vezes, assumem atitudes de colaboração com esses organismos internacionais, acabando por servir à sua política intervencionista. Porém, assinala-se que, regra geral, as organizações não-governamentais adotam uma postura crítica, inclusive e especialmente em relação às propostas e projetos implementados pelo Banco Mundial.

Depois, caro aluno, essa aula faz uma apreciação crítica da visão restrita aos projetos educacionais do Banco Mundial, centrando-se em particular na ênfase conferida à educação básica, em detrimento dos outros níveis, à relação de continuidade, erroneamente estabelecida entre projetos educacionais e política econômica e à já comentada adoção, pela ação educativa pública, dos mesmos critérios utilizados pelas empresas privadas.

Outro comentário contido nela diz respeito a quem deve conduzir o planejamento e a implementação das ações educativas, que devem ser entregues a educadores, não a economistas e outros técnicos, que desconhecem a verdadeira realidade da Educação.

A análise empreendida leva à conclusão do quanto é restrita a visão do Banco Mundial em relação à área educativa, a qual, se adequadamente tratada, requer a incorporação de outras dimensões, como a adequação metodológica do material didático, as condições de trabalho dos profissionais de Educação, a centralização administrativa e a situação local/regional. E também porque a política educacional deve envolver outros setores, vinculados às dimensões econômica, política e cultural mais amplas, com seus desdobramentos relativos a transportes, saúde, lazer, ação comunitária, emprego, renda etc.

Outra crítica refere-se à visão equivocada em relação à participação da família nas ações educativas, bem como à parceria com a iniciativa privada, vez que esta última tem levado ao clientelismo.

A aula se encerrou com uma crítica relacionada à falta de continuidade e ao imediatismo que caracterizam os projetos, prejudicando ações que deveriam atingir o médio e o longo prazos.

Na aula seguinte, caro aluno e companheiro nesta nossa viagem pela “Terra dos Fundamentos da Educação”, continuou-se a tratar desse organismo internacional, cuja atuação tanto afeta os países em desenvolvimento. Essa aula intitulou-se A História do Banco Mundial.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, realizou-se uma conferência econômico-política internacional. Esse evento ficou conhecido como a Conferência de Bretton Woods, do qual resultaram a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Naquela oportunidade, como se assinalou na aula, 44 países se reuniram para traçar os rumos do pós-guerra, objetivando uma nova ordem mundial e a execução de uma proposta para o desenvolvimento das nações, de tal modo que fossem evitadas novas crises como a que gerou a guerra.

Não obstante a quantidade e a diversidade de países participantes, os Estados Unidos, país líder entre os Aliados, que então consolidavam sua hegemonia, impuseram-se como maior potência capitalista, capitaneando a ordem econômica mundial e traçando os rumos dos organismos então criados.

Inicialmente, o FMI tinha o papel central, enquanto o Banco Mundial voltava-se para a reconstrução econômica dos países afetados pela guerra. Com o correr do tempo, a consolidação da ordem capitalista sobrepôs-se a essa função, passando o banco a gerir o sistema de financiamento do desenvolvimento de países periféricos no conjunto da dinâmica do capitalismo mundial.

Em seguida, caro aluno, a aula apresentou uma panorâmica sobre o Banco Mundial, sua estrutura e funcionamento, esclarecendo que hoje ele integra 184 países, a despeito de as diretrizes e o poder decisório estarem nas mãos de uns poucos países desenvolvidos – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra – que contribuem com 38,2% para a integralização dos recursos administrados pelo banco para a concessão de empréstimos.

Cabe assinalar a hegemonia norte-americana na constituição e gestão do banco e de seus recursos: somente os EUA contribuem com 20% da receita desse organismo internacional, o que confere àquele país o poderosíssimo poder de veto.

Essa aula apresentou a estrutura de vários organismos subordinados ao Banco Mundial: o BIRD, a AID, a IFC, a AMGI e o CIADI. Vale a pena, portanto, reler atentamente essa aula, para compreender o significado de cada uma dessas siglas, as diversas e especializadas agências que estão por detrás de cada uma delas. Com isso, você poderá entender melhor a trama de instituições, normas e ações que, lideradas pelo Banco Mundial, são responsáveis pelos financiamentos, empréstimos, aportes de recursos em geral, os quais acabam por interferir decisivamente no destino dos países que se tornam dependentes desse sistema financeiro internacional, entre eles o Brasil.

Aproveite e reflita sobre o quanto interfere em nosso cotidiano, por exemplo, o pagamento do denominado serviço da dívida, ou seja, o reembolso pelos empréstimos contraídos ao longo de tantas décadas, o pagamento de juros relativos a essa dívida externa, o que acaba sendo feito em detrimento do próprio desenvolvimento do Brasil e do bem-estar de seu povo.

Em seguida, apresentou-se um balanço acerca da atuação do Banco Mundial em relação aos investimentos em Educação, redefinidos sobretudo depois da Conferência Internacional de Educação para Todos. Mais uma vez, reafirmou-se a opção pelo financiamento da Educação Básica como forma de atacar o problema da pobreza, entre cujas causas se encontraria, por exemplo, o alto índice mundial de analfabetismo.

Segundo a visão do Banco Mundial, as ações governamentais devem ser redirecionadas para o nível básico, deixando-se os ensinos médio e superior a cargo da iniciativa privada. A importante dimensão do ensino profissional deve ser implementada com parcerias estabelecidas com as empresas.

Observe, caro aluno, o quanto esse tipo de visão, em última análise privatista e predominantemente técnica, está presente no noticiário cotidiano. Depois dessa aula, você pôde perceber que se trata, pois, de diretrizes emanadas de organismos internacionais que intervêm na política educativa adotada nos países em desenvolvimento, sob a égide do Banco Mundial.

A aula aponta contradições entre a agência de desenvolvimento que originariamente deveria ser e o organismo eminentemente financeiro em que acabou se transformando.

Ela se encerra com uma apreciação crítica, constatando que a ação do Banco Mundial acabou concorrendo, em todo o mundo, para um desenvolvimento desigual, com aumento da miséria e da exclusão social.

Seguindo com as aulas, tivemos a intitulada O Banco Mundial e o contexto escolar brasileiro. Nessa, você pôde estudar as determinações feitas por esse organismo internacional para a Educação brasileira, especialmente as constantes do documento Principais Prescrições do Banco Mundial para a América Latina, de 1995.

Nela demonstra-se que a política do Banco Mundial proposta para os países em desenvolvimento, aplicada quase que exclusivamente ao nível básico, tem dois objetivos fundamentais: preparar para a eficiência fora do setor educativo e aliviar a pobreza mundial. Em suma, o desenvolvimento econômico – que supostamente levará à erradicação da pobreza – serve de base metodológica para ações efetivas à política educacional.

O estudo da aula permite lembrar que essa visão da educação sob a ótica da dimensão econômica (com metas como eficiência, equiparação à gestão empresarial etc.) serve, desde os anos 70, a um modelo econômico neoliberal.

Com relação à educação profissional, ela deve buscar a já mencionada eficiência, com a melhor relação custo/benefício. A recomendação geral é no sentido de que essa educação, acoplada ao procedimento de treinamento em serviço, deve ficar a cargo das próprias empresas, que são as principais beneficiárias em tal modelo.

No que diz respeito ao ensino superior, vimos nela que a principal recomendação do Banco Mundial refere-se a sua privatização, com um discurso, por vezes atenuado, que fala em redução da gratuidade, cobrando-se de quem pode pagar.

Outra prescrição traduz a ênfase na necessidade da parceria com as empresas privadas em benefício de políticas em geral e de projetos específicos educacionais.

Também nessa aula, você viu, prezado aluno, que uma das principais metas dessa política preconizada pelo Banco Mundial é a busca de resultados, entendidos estes, principalmente, como a melhor capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Nessa medida, matérias relacionadas ao desenvolvimento humano e à cultura geral perdem lugar para outras que visam ao desenvolvimento econômico e material, ao sucesso correspondente a um modelo desenvolvimentista adequado à economia mundial, de orientação neoliberal.

Em seguida, é explicado por que modelos avaliativos de rendimento escolar em geral, como o ENEM, o Provão etc. são tão bem-vindos.

O modelo proposto pelo Banco Mundial também propõe menor burocracia estatal em relação ao funcionamento das instituições educativas, maior descentralização e mais participação da comunidade e das famílias na ação educativa.

Vale lembrar que essas propostas, no que se referem à interferência no trabalho especializado do professorado e dos técnicos em Educação, têm sido objeto de críticas muito bem fundamentadas por parte dos profissionais da área.

A seguir, caro aluno, a aula apresentou uma série de itens correspondentes às determinações estabelecidas pelo Banco Mundial que vão desde a maior e melhor alocação de recursos, passando por propostas como o ensino multiseriado, promoção automática, investimentos para melhorar no nível de leitura, até o uso de tecnologia de ponta que possam auxiliar na relação ensino-aprendizagem, como a utilização dos recursos da informática.

Ao final, apresentou-se uma apreciação crítica, em que foram enfocadas vários pontos; o principal deles evidencia que a política educacional traçada a partir das diretrizes do Banco Mundial mostra-se perniciosa para os países nos quais tem sido aplicada, inclusive o Brasil. A esse respeito entre outras questões destacam-se a da autonomia, política e da cultura dos diversos países; o fato de muitos dos que aplicam as propostas do Banco não terem logrado êxito na busca de melhorias, seja nos índices relativos à Educação, seja nos que dizem respeito ao desenvolvimento em geral. Daí, conclui-se que a necessidade de adoções e de implementações de planos e projetos oriundos desses organismos internacionais deve ser precedida de um exame cuidadoso, condicionando-as aos interesses políticos e socioeconômicos de nosso país.

Então, prezado aluno, está gostando de rever essas questões fundamentais relativas às nossas aulas? Continuemos, pois, com nossa viagem, agora olhando atentamente pontos na paisagem cuja observação atenta tornará mais fácil e ainda mais agradável o prosseguimento de nossa jornada pela “Terra dos Fundamentos da Educação”.

A aula seguinte foi intitulada A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1808-1930).

Começou-se por analisar o período que vai de 1808 a 1889, ou seja, desde a chegada da Família Real ao Brasil até a Proclamação da República.

Você pôde aprender nessa aula as características da política educacional no Período Colonial, através do modelo de sistema educativo construído pelos jesuítas, e que a eles sobreviveu em grande parte após os 210 anos em que a Companhia de Jesus aliou, em terras coloniais, as ações de catequese e de educação.

Em decorrência da dominação política e do modelo socioeconômico imposto pela Metrópole – inicialmente extrativista, depois de produção agrícola extensiva, com mão-de-obra escrava –, toda a cultura brasileira subordinou-se a um modelo elitista, que persistiu mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759.

Você viu que, depois da vinda da Família Real para o Brasil, a situação muda também em termos culturais, sem que se observasse, evidentemente, a mudança para um modelo de democratização e universalização da Educação.

As transformações políticas acabam por levar à Independência. Não obstante, as condições estruturais, elitistas e bacharelescas da Educação no Brasil não se alteraram. Como se pode ver numa releitura da aula, centralização ou descentralização, no que diz respeito às responsabilidades pela ação educativa governamental, nenhuma delas conduziu às transformações que pudessem, de fato, criar as bases de um sistema educativo sólido, democrático, universalizado, para fortalecer, desse modo, a nacionalidade.

A fragilidade, as contradições e deficiências da educação brasileira são muito bem demonstradas nessa aula, em que se examinam desde as condições de oferecimento da educação fundamental até os primórdios dos cursos de formação de professores, o denominado Curso Normal, passando pela fragilidade, carência e inadequação do nível médio, até nossos dias praticamente voltados à preparação para o ingresso no nível superior.

A aula traça um panorama das transformações de natureza política e cultural por que passou o Brasil no período estudado. Entre as características da política educacional, destacam-se:

- falta de integração entre o poder central e as províncias;
- investimento quase que exclusivo na Educação Superior, voltada para a preparação da própria elite dirigente;
- formação educativa superficial, com base em modelos estrangeiros;
- falta de verbas para a Educação.

Em seguida, prezado aluno, você teve oportunidade de estudar, na aula aqui sintetizada, o período denominado pelos historiadores República Velha, situado entre 1889 e 1930. Observou as transformações ocorridas no Brasil, desde o jogo de interesses no interior das elites dirigentes, que culminou no advento do regime republicano, até seus reflexos na Educação. E viu que estes, afinal, não trouxeram mudanças estruturais significativas.

Não obstante, alguns pontos foram assinalados na aula e merecem atenção, como o crescimento e afirmação da ideologia liberal e a circulação do pensamento positivista e sua influência na sociedade brasileira como um todo, bem como na área educacional, em particular. A educação feminina e a proposta de inclusão do ensino das ciências no currículo escolar são questões que merecem destaque.

A aula assinalou uma importante transformação adotada a partir da Constituição de 1891: a adoção do sistema federativo de governo. Como decorrência dessa medida descentralizadora, surgiu algo que até hoje apresenta reflexos no campo da Educação: a dualidade na estrutura educacional, com a União assumindo a responsabilidade pelos ensinos superior e secundário, cabendo aos estados cuidar do ensino elementar e das escolas técnicas.

Vale a pena voltar à aula, prezado aluno, e reler o que ela diz sobre as tentativas de reorganização e reestruturação da Educação contidas nas reformas, dentre as quais se destacam as seguintes, que receberam os nomes dos que as propuseram: Benjamim Constant, de 1891, Rivadávia Correia, de 1911, e Rocha Vaz, de 1925. Isso demonstra que vem de longe a prática que em vez de atacar, de forma decisiva e revolucionária, os problemas estruturais do campo educativo, sempre preferiu iniciativas reformistas, que tiveram pouca ou nenhuma eficácia.

Ao final, a aula destacou os denominados “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, que tiveram como consequência o importantíssimo movimento denominado Escola Nova, ainda hoje com presença marcante na Educação brasileira e cujo resgate vem sendo empreendido.

A aula seguinte, prezado aluno, que continuou promovendo uma revisão histórica da Educação no Brasil, intitulou-se A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1930-1945).

Da Revolução de 30 à fase da redemocratização, a partir de 1945: eis outro importante período da história brasileira, com reflexos importantíssimos na área da Educação.

As lutas políticas no interior das classes dirigentes, com seu suporte ideológico confrontando conservadores e liberais, bem como a decadência do modelo econômico agro-exportador ocorreram num momento de transformações significativas no país, sobretudo as relacionadas com a industrialização e a urbanização. Tais transformações, logicamente, conduziram a mudanças significativas no campo da Educação.

O debate em torno da Educação desejada para o país cresceu em virtude dessas transformações de natureza política e socioeconômica. Registram-se, por exemplo, como se vê na aula, confrontos entre os liberais congregados em torno da Escola Nova e os conservadores, representados sobretudo pelo pensamento tradicional e católico.

Uma classe média urbana luta por uma Educação mais científica, prática e voltada para as necessidades vinculadas à força de trabalho, bem como pela ascensão dessa classe à condição desfrutada desde sempre pela elite tradicional, que procurava manter seus privilégios. A hegemonia político-cultural católica também estava em jogo.

Em 1931, após a realização da IV Conferência Nacional de Educação, foi elaborado e divulgado um documento importantíssimo, um verdadeiro marco na história da Educação Brasileira: o denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A aula apresenta algumas das propostas do Manifesto que vale a pena repetir aqui:

- defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita;
- construção de um sistema educacional completo, ou seja, conforme as necessidades brasileiras, com uma estrutura orgânica que organizasse a escola secundária, a escola técnica profissional, de nível secundário e superior, e universidades que pudessem construir a ciência e criar mecanismos para transmiti-la e divulgá-la;
- criação de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional;
- instituição de fundos escolares para manter e desenvolver a educação;
- fiscalização das instituições particulares de ensino;
- desenvolvimento de instituições de Educação e de assistência física e psíquica à criança na idade da Educação infantil e reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino.

Como já vimos – você, caro aluno, pode examinar em detalhes na aula–, o período focalizado é rico em debates e propostas relativos à Educação. Assim, já em 1931, foi realizada a Reforma Francisco Campos, em que o governo tentou conciliar o interesse dos grupos tradicionais e conservadores católicos com os dos representantes da Escola Nova. A centralização do sistema de ensino, a organização dos ensinos secundário, comercial e superior, a criação do Conselho e a elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação são algumas das medidas adotadas nesse período.

A seguir, a aula focalizou o período de 1937 a 1945. É marcante a fase de governo autoritário, denominado Estado Novo, no qual os amplos poderes de que dispunha o ditador, **GETÚLIO VARGAS**, também foram utilizados para adoção de medidas na área da Educação; essa fase ficou conhecida como a das Reformas Capanema, assim batizadas em alusão ao todo-poderoso ministro da época. Ampla reforma na Educação foi promovida pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Secundário e Comercial. Data dessa época também a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI.

Observe, caro aluno, a ênfase na educação de natureza profissional, iniciativa que corresponde a uma fase em que o Brasil, ajustando-se ao desenvolvimento do capitalismo internacional, tinha necessidade de qualificar seus trabalhadores.

O período enfocado pela aula se encerra quando igualmente se encerra a fase de autoritarismo político, com a queda de Getúlio Vargas, e se inicia a redemocratização, consubstanciada na Constituição de 1946.

A próxima aula foi intitulada A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1945-1985).

Traçando um panorama da política educacional brasileira, a aula começa por dividir a análise em dois períodos: a fase da redemocratização, de 1945 a 1964, e a da ditadura militar, de 1964 a 1985.

Observe, de saída, caro aluno, que esses marcos divisórios representam, de fato, momentos marcantes na história brasileira, com reflexos determinantes no campo da Educação. Isso se demonstra até pelo fato de serem mencionados em outras aulas. Confira.

A aula destaca o período denominado nacional-desenvolvimentista, que caracterizou as políticas governamentais durante a década de 1950 e o início dos anos 60. A aposta na industrialização corresponde à crença de que o desenvolvimento econômico redundaria em benefícios sociais, reduzindo a pobreza e as desigualdades. Isso corresponde a uma ideologia nacionalista, bem exemplificada pela criação e atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em Educação, o combate ao analfabetismo constituiu-se numa das principais metas.

GETÚLIO Dornelles VARGAS (1883-1954). Foi chefe do governo provisório depois da Revolução de 30, presidente eleito pela constituinte, em 17 de julho de 1934, até a implantação da ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Foi deposto em 29 de outubro de 1945, mas voltou à presidência em 31 de janeiro de 1951. Para maiores informações, caro aluno, sugerimos a consulta a www.cpdoc.fgv.br

Ela menciona também o importante IX Congresso de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), no qual foram apresentadas propostas para a implementação de uma política educacional democrática, voltada para a igualdade de oportunidades para todas as camadas da população.

A seguir, é promovida uma análise das Leis Orgânicas promulgadas em 1947, bem como são feitos comentários críticos sobre a criação do Senai e do Senac, instituições patrocinadas pelo empresariado visando à formação de mão-de-obra. Além disso, menciona as campanhas levadas a efeito na área educacional, de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), de Educação Rural (CNER) e de Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

Outras importantes análises feitas na aula dizem respeito às iniciativas em prol da cultura nacional e da educação popular, representadas pelos Centros Populares de Cultura (CPCs) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), assim como pela atuação marcante de Paulo Freire e das iniciativas surgidas a partir de suas idéias.

Essa parte da aula se encerra com referências à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a respeito da qual, prezado aluno, você dispõe de uma análise detalhada em outra aula dedicada a esse tema.

A parte seguinte examina a política educacional correspondente ao período da ditadura militar, com a implementação de um modelo econômico dependente, caracterizado pela adequação da inserção brasileira no capitalismo mundial e pela adoção, no plano interno, do capitalismo monopolista de Estado.

Em termos educacionais, a aula demonstra a opção brasileira pela tutela promovida por organismos internacionais, o que é caracterizado pelo famoso acordo MEC-USAID.

Aponta também outros momentos marcantes, como a crise suscitada no meio universitário por conta de políticas como o acordo mencionado acima, a reforma universitária, imposta como consequência, e a reforma do ensino de 1º e de 2º graus.

O recrudescimento da ação autoritária do Estado culmina com a edição do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477, ambos com reflexos profundos no campo educacional. São textos legais que também foram objeto de análise em outras aulas, nas quais você encontrará maiores detalhes acerca desses documentos e suas consequências na Educação.

A aula se encerra com uma exposição a propósito da Lei 5.692 e de outros instrumentos legais, cujas aplicações mudaram consideravelmente a estrutura e o funcionamento da Educação em nosso país.

Na aula seguinte, intitulada A política educacional no Brasil: momentos marcantes (1985-2000), você teve uma continuidade desse apanhado histórico sobre a Educação brasileira.

Nela, ficou demonstrado que a década de 1980 constitui-se num período fecundo no tocante às discussões que possibilitaram uma nova abordagem, mais democrática e mais socializadora, da Educação, que passou a ser tratada como uma política social do Estado e um direito fundamental componente da cidadania.

Outro aspecto a destacar com relação ao período analisado é a organização e mobilização de várias entidades, em torno das propostas para a Educação, como Consed, Undime, Cut e CGT. Confira relendo a aula, caro aluno.

Mais uma vez, como em outros momentos da história da Educação brasileira, conservadores e progressistas se defrontaram no campo da Educação. Os primeiros, defendendo a vinculação da política educacional ao desenvolvimento econômico, bem como fazendo a defesa da atuação da iniciativa privada no campo educativo; os segundos, defendendo pontos como transformações na política econômica, desprivatização do Estado, socialização do saber e universalização do Ensino Fundamental.

Em seguida, a aula discorre sobre iniciativas relativas a mudanças educacionais levadas a efeito em alguns estados, como Minas Gerais (Plano Mineiro de Educação), São Paulo (Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) e Rio de Janeiro (Centros Integrados de Educação Pública).

A aula prossegue analisando a década de 1990, com as propostas do Governo Collor de Mello, baseadas nas idéias de produtividade, competitividade e qualidade da produção nacional, as quais requeriam nova política educacional, sobretudo na formação dos trabalhadores. Tais propostas foram feitas tendo em conta a defesa da inserção do Brasil, de forma dependente, na nova ordem mundial.

Com o *impeachment* de Collor e a ascensão de Itamar Franco ao poder, começaram a ser debatidas as idéias para a implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os detalhes acerca dessa nova b você encontra numa aula específica sobre o tema, como já mencionamos antes.

Nesse debate estiveram representados os interesses de vários grupos. Entre as propostas apresentadas para a Educação, estavam as do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, cujos principais itens você encontra na aula. Releia-os.

A seguir, são apresentadas informações sobre as várias propostas que acabaram resultando na nova LDBEN, a Lei 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. E são resumidas, de forma abrangente e crítica, as principais modificações na estrutura e no funcionamento do ensino decorrentes da nova lei.

Ao final da aula, são analisadas as propostas apresentadas pelo governo, na década de 1990 até o ano 2000, para a Educação, entre as quais podem ser destacadas as seguintes:

- formar um novo tipo de homem e trabalhador, usando aparato escolar e os meios educacionais;
- criar um ensino voltado para as necessidades do mercado de trabalho;
- flexibilização na forma de constituir instituições de ensino superior, o que faz com que apenas algumas instituições tenham como exigências ministrar ensino de excelência e realizar pesquisa;
- mudanças decorrentes da implantação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e do Exame Nacional de Cursos, o famoso Provão;
- redução do prazo de formação de educadores.

Vale a pena assinalar que essas propostas foram alvo de severas críticas por parte dos educadores comprometidos com mudanças efetivas e progressistas para a Educação brasileira.

A aula seguinte intitulou-se A Constituição de 1988 e a Educação.

Inicialmente, caro aluno, você teve com essa aula uma exposição sobre o que é legislação – leis, decretos, decretos-leis etc. – e sobre o significado do instrumento legal denominado Constituição. Pôde aprender também sobre leis orgânicas e leis ordinárias.

Em seguida, foi-lhe proporcionada uma visão sobre as normas legais que regem a Educação brasileira nas três esferas – federal, estadual e municipal. Essa exposição lhe ofereceu a oportunidade de compreender os tipos e a natureza dos instrumentos legais, suas articulações e as várias instâncias de onde emanam.

A aula concentrou-se, então, numa completa exposição acerca da Constituição Federal brasileira atualmente em vigor, promulgada em outubro de 1988.

É importante lembrar, caro aluno, que um instrumento legal não nasce do nada ou da pura vontade de alguns. O que se cristaliza em leis, em normas, em determinações legais é resultado dos embates travados entre os vários segmentos políticos que buscam representar setores da sociedade e interesses de variada natureza, especialmente os socioeconômicos.

Na aula ora resumida, você pôde ver como esses interesses se manifestaram na Carta Magna, afinal aprovada e posta em vigor.

Vários pontos importantes sobre a Educação contidos na Constituição foram destacados, entre eles a recuperação, nesse instrumento legal, da idéia da Educação como um direito público subjetivo.

A cada passo, prezado aluno, você observou que essa aula faz apreciações críticas sobre o conteúdo analisado. Uma delas observa que, embora formalmente garantido no texto da Constituição, a efetiva implementação do direito à Educação é matéria que necessita a permanente mobilização dos educadores no que diz respeito, por exemplo, à sua oferta irregular.

Outro ponto a destacar nessa análise crítica levada a efeito na aula é o que demonstra que, segundo o texto legal, desaparece o caráter de obrigatoriedade do ensino fundamental para os alunos que nele não ingressaram na idade própria.

Na aula, defende-se o ponto de vista de que, sem dúvida, deve prevalecer o direito de o adulto receber do Estado a oferta educacional.

Outro ponto bem discutido na aula, e que merece atenção, é o da distribuição das competências educacionais entre os entes da Federação, ou seja, a União, os Estados e os Municípios.

Ao encerrar-se a aula, completou-se, com um resumo, a apresentação da Constituição em vigor no que diz respeito à Educação e às informações fundamentais para que você, professor, compreenda as principais determinações contidas em nossa Carta Magna, sobre as quais se apóia todo o arcabouço legal relacionado com a estrutura e o funcionamento da Educação brasileira.

A aula seguinte foi denominada Os Fundamentos Legais da Educação Brasileira no período de 1930 a 1961.

Essa aula direciona-se para o exame das denominadas LDBENs, ou seja, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Porém, antes desse estudo específico, a aula promove um apanhado histórico da Educação brasileira e, para tanto, lança mão de uma “linha de tempo”, a partir da qual são apresentados e comentados os eventos e os instrumentos legais mais importantes correspondentes ao período examinado pela aula.

Inicialmente, estudou-se a Constituição de 1934, promulgada no período posterior à denominada Revolução de 30. Você pôde ver, então, prezado aluno, as características desse episódio político que trouxe tantas e tão profundas transformações a nosso país.

A aula destaca, como resultado dessa revolução centralizadora, que conferiu poderes cada vez maiores e mais abrangentes à União, as consequências no campo da Educação, dentre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Comentou-se, na aula, a atuação de Francisco Campos, o mais poderoso e influente ministro do governo revolucionário liderado por Getúlio Vargas, a respeito do qual você já havia recebido informações em outra aula.

Conforme acentua a aula, nesse período a Educação foi convertida em instrumento de controle da reprodução da força de trabalho e das elites dirigentes.

Houve também, no período, a elaboração e implantação do Estatuto da Universidade Brasileira, numa ação que, conforme foi assinalado, representou uma tentativa de organizar a Educação brasileira de cima para baixo, ou seja, começando pelo Ensino Superior, em detrimento das prementes necessidades do ensino primário.

Seguiram-se também reorganizações do ensino secundário e dos cursos técnicos.

A aula dedicou-se, a seguir, ao exame do embate travado, no campo do pensamento e da ação educacionais, entre os liberais elitistas e os liberais igualitaristas. Nesse contexto, é mencionado novamente o documento ao qual você já viu referência numa outra aula, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O próximo tema examinado pela aula foi o denominado Estado Novo, resultado de um golpe de Estado que conferiu poderes ainda mais amplos e discricionários ao governo, do qual uma das consequências foi a promulgação da Constituição de 1937, que fortalece ainda mais uma posição centralizadora, por parte da União, com sua atribuição de formular e gerenciar a política educacional.

Na aula, observa-se ser esse o primeiro momento histórico em que se estabelecem uma visão global e o planejamento geral da Educação brasileira.

Você teve destacados ainda, caro aluno, as principais propostas de mudança na Educação resultantes do conteúdo da Constituição de 1937, entre as quais a ênfase ao trabalho manual, a manutenção da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino primário, além da instituição, em caráter obrigatório, do ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. Essas medidas ilustram bem uma preocupação, reinante no seio do poder, com a preparação de mão-de-obra para as novas funções que então surgiam no mercado de trabalho.

A seguir, focalizou-se o período de redemocratização, a partir de 1946, quando uma nova Constituição, de inspiração liberal, trouxe diversos benefícios à Educação, muitos dos quais inspirados nos princípios proclamados pelos denominados “pioneiros da Educação Nova”, ou seja, aqueles educadores signatários do Manifesto, aos quais já fizemos referência várias vezes.

Prosseguindo, prezado aluno, a aula traçou um panorama, dos pontos de vista político e educacional, da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve uma demorada tramitação de 15 anos no Congresso Nacional.

A aula acompanhou, detalhando, os embates entre os educadores de inspiração liberal, signatários do já mencionado Manifesto, que propuseram modificações na Educação, que continuava até então regida pela Reforma levada a efeito por Gustavo Capanema, ministro de Getúlio Vargas, e os defensores da escola particular, aliados aos educadores católicos, numa ação liderada por **CARLOS LACERDA**.

Em seguida, você teve a oportunidade de estudar as principais determinações na nova LDBEN, a Lei 4.024/61, nos quatro níveis, então denominados Primário, Ginásial, Médio e Superior.

No que diz respeito a uma visão crítica, a aula registrou que nesse novo diploma legal não houve preocupação com a organização das universidades, a questão dos professores leigos foi ignorada, não sendo previstas medidas para seleção, admissão e aperfeiçoamento de pessoas não-qualificadas que atuavam no ensino primário.

Vamos agora, caro aluno, passar à síntese da aula seguinte, que foi denominada O sistema escolar brasileiro no período pós-64”.

CARLOS LACERDA (1914-1977)

Jornalista e político, tornou-se anticomunista ferrenho, sendo filiado e o principal líder da União Democrática Nacional (UDN). Criou o jornal *Tribuna da Imprensa*, porta-voz da oposição a Getúlio Vargas, que teve em Lacerda seu principal inimigo político. Foi deputado e primeiro governador eleito do Estado da Guanabara. Para maiores informações, acesse <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/govgb/lacerda.html>

Tomando como ponto de partida o Golpe Militar de 64, a aula examina as profundas transformações introduzidas na legislação educacional brasileira em decorrência das medidas adotadas nesse período de exceção.

Como consequência do Golpe, é promulgada, em 1967, uma nova Constituição, que refletiu os interesses dos novos integrantes do poder. Essa nova Carta estabeleceu o prolongamento da escolaridade do ensino primário de quatro para oito anos, devendo o mesmo ser gratuito e ministrado integralmente pela rede oficial de ensino, ampliando-se assim a Educação Fundamental.

Mais uma vez a educação de base entra no foco de reformas e investimentos, tendo em vista, desta vez, o projeto desenvolvimentista para o país traçado pelos militares no poder.

Em 1968, foi promovida uma Reforma Universitária – Lei 5.540 –, que tinha como objetivo proclamado, entre outros, corrigir lacunas relativas ao ensino superior deixadas pela LDBEN de 1961.

Cursos de curta duração (2 anos), licenciatura (4 anos) e pós-graduação (entre 2 e 4 anos), implantação dos cursos básicos, adoção do sistema de créditos, departamentalização, substituindo o arcaico sistema da cátedra, foram algumas das medidas adotadas.

Em 1971, foi promulgada a lei que iria mudar consideravelmente a Educação brasileira. Trata-se de uma nova LDBEN, a Lei 5.692, de tendência pragmática, que introduziu, por exemplo, uma nova estrutura, com a extensão do Ensino Primário de quatro para oito anos, unindo-o ao Ensino Ginásial, formando-se, assim, o denominado 1º Grau.

Outra alteração digna de nota foi a introdução da profissionalização compulsória, no nível do 2º Grau.

Vale assinalar que, em termos políticos, todas essas alterações visavam a pôr a educação a serviço do projeto desenvolvimentista. Tanto isso é verdade que a Educação passou a fazer parte dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, sendo considerada, cabe acentuar, muito mais sob um enfoque quantitativo do que qualitativo.

Em seguida, a aula examinou os Diagnósticos Preliminares I e II sobre a Educação, contidos no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, lançado em 1967. Neles, as conclusões dizem respeito à necessidade de uma maior e melhor preparação para o trabalho: o Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), no Ensino Médio, e a expansão do ensino superior, com sua adequação ao mercado de trabalho.

A aula passou a apresentar, então, o Plano Estratégico de Desenvolvimento, de 1968, do qual algumas propostas são: aceleração do desenvolvimento econômico; progresso social; expansão das oportunidades de emprego; oferecimento do Ensino Fundamental para a totalidade da população; disponibilização do Ensino Médio para todos, constituindo-se para muitos o término da escolarização formal e a habilitação para o ingresso imediato na força de trabalho; possibilidade de Ensino Superior aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível.

Observe, caro aluno, as duas características fundamentais dessas propostas relativas à Educação, que merecem uma crítica severa: a subordinação da ação educativa ao mercado de trabalho, em detrimento de uma formação ampla, e a contenção do progresso social via Ensino Superior, que fica reservado aos “mais bem dotados”.

Em seguida, a aula apresenta os Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC), em suas versões I e II. Neste último assinala-se uma preocupação em conciliar uma visão humanística da formação educativa com a preparação para o sistema produtivo.

Houve ainda um terceiro plano, o PSECD, relativo ao período de 1980 a 1985, cujas principais propostas foram: a Educação no meio rural, buscando-se atingir, assim, um dos focos mais acentuados de pobreza do país; a Educação nas periferias urbanas mais carentes; o desenvolvimento cultural, na sua situação de ambiente próprio da Educação; a valorização de recursos humanos ligados à Educação, à Cultura e ao Desporto; a preocupação com a situação salarial precária, acompanhada de instabilidade de empregos, prevendo-se a necessidade de se compor uma estrutura sólida e constantemente aperfeiçoada de recursos humanos. Relativamente ao 2º Grau, o III PSECD visou a enfrentar o desafio da terminalidade, juntamente com o caráter propedêutico desse nível de ensino (Brasil. Secretaria Geral. *III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto*, 1980).

Continuando a estudar a aula, prezado aluno, você teve uma apresentação da estrutura do sistema escolar brasileiro, em seus níveis de 1º e 2º Graus.

Você pôde ver, então, que a estrutura da educação relativa ao ensino de 1º Grau foi montada tendo como base matérias, atividades e áreas de estudo. O currículo, por sua vez, contemplou um núcleo comum e uma parte diversificada.

Em termos do 2º Grau, a principal característica foi seu caráter obrigatoriamente profissionalizante. Nesse ponto, prezado aluno, vale a pena rever na aula as referências ao Parecer 76, de 1975, em que se tentou a conciliação da preparação para o trabalho com uma Educação geral. Reveja, também, as áreas das dez habilitações básicas então estabelecidas.

A aula foi concluída com a apresentação da Lei 7.044, de 1982, a denominada “reforma da reforma”, que visou evitar-se a especialização excessiva e a profissionalização prematura, mas que, como assinalado na aula, levou novamente ao dualismo escola profissional *versus* escola acadêmica, com o nível do 2º Grau acabando por voltar a ser novamente apenas um ensino preparatório para o Ensino Superior.

A aula seguinte, caro aluno e companheiro nesta nossa viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”, intitulou-se A Atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

Como foi afirmado em algumas aulas, a exemplo do país, com sua Constituição Federal, a Educação tem sua “lei magna”, ou lei maior, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A que está em vigor recebeu o número 9.394 e foi promulgada em 1996. Tanto a estruturação quanto o funcionamento do ensino no Brasil obedecem a essa lei, daí a importância que ela tem em seu cotidiano de profissional do ensino, prezado aluno, fazendo por merecer, de sua parte, um exame bastante atento.

Vale observar que a própria denominação dos vários níveis de ensino foi mudada, passando a ser a seguinte: Educação Básica, que engloba Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a Educação Superior.

A aula assinalou vários pontos importantes da LDBEN, fazendo, a cada passo, comentários de natureza crítica. Relembremos alguns:

- A Educação tem o caráter regulador, reconhecedor e disciplinador de um processo formativo abrangente, que engloba a família, a convivência, os movimentos sociais, e as organizações e manifestações culturais.
- O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, enquanto o Ensino Médio deve ser objeto de progressiva obrigatoriedade e gratuidade. Neste ponto, assinala-se o enfraquecimento da idéia de obrigatoriedade, inclusive com relação ao ensino regular noturno, que, pelo menos formalmente, tenta-se equiparar ao diurno.

- A família e as instituições de ensino privadas convertem-se em instrumentos de um Estado coercitivo, ditatorial, no que diz respeito à Educação e à sua obrigatoriedade.

- A Lei estabelece uma hierarquia de colaboração entre União, Estado, Distrito Federal e Município, garantindo a autonomia, mas resguardando a observância do controle e da fiscalização, tendo em vista a preocupação com as ações de organizar, manter, desenvolver, definir, elaborar, executar, autorizar, reconhecer, assegurar, credenciar e supervisionar, numa dinâmica hierárquica da estrutura do sistema.

- Para as escolas e os docentes são estabelecidas as incumbências de elaborar, executar, administrar, assegurar, velar, recuperar, articular e informar, no que diz respeito a ações educativas, que envolvem responsabilidade e autonomia.

- A LDBEN normatiza a gestão democrática e a participação da comunidade.

- A Lei assinala a preocupação com a formação do trabalhador e do cidadão.

- A finalidade do desenvolvimento integral – físico, psicológico, intelectual e social – da criança, complementando a ação da família e da comunidade, oferecida em creche e pré-escolas, é o que se prevê para a Educação Infantil.

- O Ensino Fundamental, a par do domínio dos conhecimentos básicos, como a leitura, escrita e cálculo, sustenta a necessidade da compreensão dos ambientes natural e social, bem como do sistema político, da tecnologia, das artes, além da formação de atitudes e aprendizagem dos valores.

- O Ensino Médio prevê a consolidação e o aprofundamento do que foi aprendido no Ensino Fundamental, a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania, bem como o aprimoramento do educando como pessoa humana e sua capacidade de articulação entre a teoria e a prática.

Em seguida, a aula explicou porque a nova LDBEN é conhecida como Lei Darcy Ribeiro, assinalando que o texto legal tem fundamento teórico liberal/progressista, relacionando-se com a denominada “globalização”, tornando passível de crítica a idéia de progresso nela contida, enraizada no produtivismo, na racionalização e numa visão utilitarista.

Ao final, a aula apresenta um balanço acerca dos avanços e retrocessos contidos no texto legal, comentando-os em relação a cada um dos níveis de ensino.

A última das aulas aqui sintetizadas tem como título Os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental.

A aula começa apreciando a questão do currículo, em suas duas versões básicas: aquela que é fundada na estrutura das disciplinas, que compartimentaliza os saberes; e uma outra em que o currículo é dinâmico, devendo emergir da efetiva interação entre os diversos saberes, em vez de compartimentação, vinculação, associação e interdependência entre os componentes de uma grade curricular.

Para ilustrar a diferenciação entre esses dois modelos curriculares, a aula lança mão de uma analogia com um hipotético armário existente na seção de Achados e Perdidos de uma das estações onde pára nosso trem na viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”. Releia esse trecho da aula, caro aluno; isso facilitará a compreensão da questão do currículo e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que constituem o tema da aula.

A aula seguiu mencionando a questão dos “saberes locais” e dos “saberes universais”, bem como a dos “saberes especializados” *versus* “saberes gerais”. Essas concepções, mais a dos denominados “temas transversais”, são abordadas no documento em que estão propostos os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em seguida, a aula assinalou, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as determinações relativas à elaboração de currículos, o que serve de fundamento para os parâmetros estabelecidos.

A aula sublinhou que os Parâmetros são abertos e adaptáveis às características locais, devendo servir de base para discussões a partir das quais sejam definidas as programações de trabalho em sala de aula. Além disso, as diretrizes curriculares devem prever o desenvolvimento de habilidades e destrezas necessárias ao processo de aprendizagem e à vida, bem como a aprendizagem de atitudes e valores essenciais ao convívio social.

Depois, foi registrado o caráter inovador dos Parâmetros, que congregam as questões de Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural sob o rótulo de Convívio Social e Ética, devendo ser tratados sob a forma de Temas Transversais, permeando e ultrapassando as barreiras curriculares das disciplinas clássicas.

A aula apresentou, em seguida, um diagrama que permite visualizar a estrutura dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volte a ela, caro aluno, pois isso vai ajudá-lo a compreender melhor essas diretrizes.

A seguir, a aula foi dedicada a apresentar as propostas contidas nos Parâmetros para cada uma das áreas de aprendizagem, a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Física, Artes, História, Geografia, Convívio Social e Ética, Ética, Orientação Sexual, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural.

Prosseguindo, a aula apresenta uma apreciação de algumas críticas feitas aos PCNs, entre as quais se destacam:

- a não participação dos educadores na elaboração da proposta, o que acabou representando retorno aos princípios do planejamento autoritário, que estabelecem uma divisão entre os que planejam e os que executam;
- a defesa de uma outra proposta, a do currículo em rede, com a idéia de transversalidade sendo aplicada à produção e à circulação de saberes, considerando que nos PCNs a noção de temas transversais significa apenas o estabelecimento de cortes temáticos por entre disciplinas.

Assim, prezado aluno, encerrou-se a última das aulas contempladas nesta aula-síntese. Evidentemente, esse apanhado geral, em vez de substituir o estudo das aulas, deve, ao contrário, servir de guia para sua releitura, com o objetivo de uma melhor compreensão e da fixação em relação ao que foi estudado em cada aula.

Aproveite, pois, esta parada do nosso trem imaginário. E prepare-se, pois daqui a pouco você será convidado para mais um interessante momento dedicado à avaliação de tudo o que foi estudado até este momento.

Logo depois, prezado aluno, nossa viagem pela “Terra dos Fundamentos da Educação” será retomada. Entre céu e terra, campos verdes, vales arborizados, pontes sobre riachos que cruzam a linha férrea, estaremos estudando um outro tema muito interessante: a presença da Psicologia na Educação.

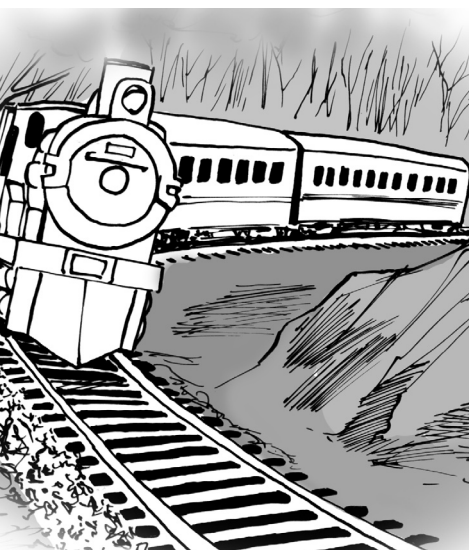
Até lá!

AUTO-AVALIAÇÃO

- O que aprendi durante todas as aulas me permitiu conhecer um pouco da história da Educação brasileira?
- A partir da releitura desta aula, tenho clareza acerca da organização e da dinâmica do sistema educacional brasileiro?
- Consigo entender o modo como a escola brasileira atua no seu dia-a-dia, tendo em vista as orientações de ordem nacional e internacional?
- Li, reli e analisei cada um dos aspectos revistos nesta aula-síntese?
- Sinto necessidade de maiores explicações sobre o tema Cenário, luzes e ação: o sistema educacional brasileiro?
- Estou preparado para seguir viagem, parar em outras estações, e conhecer novos ensinamentos para minha formação de educador?

**Avaliação:
uma parada necessária para o
recomeço da viagem**

AULA
15



Os olhos acesos. Interessados. Divertidos. Preocupados. Solidários.
Enraivecidos. Anos e anos. Classes e classes. E sempre os olhos.
Os olhos dos alunos são a mais séria, rigorosa e generosa banca
examinadora.

(FÉTIZON. *Sombra e luz; o tempo habitado*.
São Paulo, Zouk, 2002 p. 21).

Caro aluno, o trem acaba de parar mais uma vez numa daquelas estações diferentes. Nossa parada aqui deve ser um pouco mais longa, pois o que você terá a fazer é muito importante para o prosseguimento de nossa viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”. Trata-se, mais uma vez, de avaliar tudo o que fizemos até aqui, para descobrir, relativamente a cada trecho percorrido, o que ficou, em nossos olhos, mente e coração, incorporando-se ao nosso conhecimento fundamental sobre Educação.

Avaliação. Quando lemos ou ouvimos essa palavra, imediatamente nos vêm à mente outras associadas a ela, como *avaliar*, *medir*, *validar*, *valorar* e umas tantas outras. Mas o que é que realmente significa a avaliação, no contexto da Educação?

Com o objetivo de acrescentar esclarecimentos ao que já foi dito nas aulas anteriores de avaliação, pedimos a você que recorde exatamente, com detalhes, o que fez quando estava se preparando para esta nossa viagem imaginária.

Isso mesmo: tente rememorar tudo o que aconteceu, desde o momento em que decidiu viajar, ou seja, resolveu participar deste curso de Educação a Distância, que inclui nossa disciplina, “Fundamentos da Educação”.

Você só decidiu viajar porque acredita que a Educação tem algum valor, não é mesmo? E certamente pensou se, afinal, a viagem *valeria* a pena.

Você certamente preparou-se bastante bem, caro aluno, antes de iniciar a viagem. Depois de optar por realmente viajar, escolheu quando isso aconteceria, ou seja, a data em que embarcaria. Para isso, teve de *avaliar* sua disponibilidade de tempo, para incluir, entre seus afazeres, esta nossa viagem.

Você também *avaliou* as condições em que a viagem se daria, sua duração, percurso e o meio de transporte utilizado. Isto tudo tendo em vista o destino a alcançar, ou seja, o objetivo da viagem, que, no caso da nossa disciplina, é obter conhecimentos sobre os fundamentos da Educação.

Em seguida, iniciou os preparativos. Tendo *avaliado* as condições da viagem, com certeza iniciou os preparativos arrumando sua mala.

Que roupas levar e por que motivo? Que outros pertences seria preciso carregar com você? Quanto dinheiro seria necessário? O que levar, por exemplo, para ler ou estudar, durante o trajeto?

Com certeza, caro aluno, você não poderia trazer tudo aquilo que julgava importante, porque sua mala tem uma capacidade limitada de armazenamento e porque é igualmente limitado o espaço no compartimento de bagagens do trem. Em outras palavras, você foi obrigado a *escolher*. Mas, para escolher, você teve de considerar o que teria mais *valor* na viagem, decidindo que o que fosse **SUPÉRFLUO** deveria ser deixado em casa.

Observe agora, prezado aluno, nos parágrafos acima, quantas vezes mencionamos, destacando-as, as palavras relacionadas com *avaliação*. Isto significa que avaliar não é apenas uma necessidade formal ou uma obrigação, geralmente desagradável e ameaçadora. Não. Avaliar é uma necessidade da própria vida, pessoal ou profissional, visto que não podemos fazer as inevitáveis escolhas sem antes avaliar, ou seja, atribuir *valor*.

É por isso que estamos agora mais uma vez parados numa estação especial, de avaliação. Como já aconteceu em duas aulas anteriores de nosso curso, você vai ter oportunidade de avaliar tudo o que aprendeu, bem como tudo aquilo que não conseguiu aprender satisfatoriamente.

Além de inevitáveis, prezado aluno, as avaliações são, pois, um importante instrumento para a realização de qualquer tarefa; no caso de nossa viagem, a busca do conhecimento. Não se trata de uma prova ou de um teste, feitos apenas para cumprir uma etapa do curso ou cumprir exigências. E, *definitivamente, avaliação não é punição*, como se fosse um castigo aplicado quando não conseguimos aprender. Ao contrário, é uma ajuda indispensável, uma importante parte integrante do processo de aprendizagem.

Estamos no início de uma bela manhã, caro aluno. A estação é bastante movimentada. A ela chegam vários trens, especialmente por causa daquela seção lá ao fundo, que você já conhece de outras aulas semelhantes, destinada à avaliação. Nela, como você sabe, prestimosos professores lhe farão perguntas acerca do que você viu, ouviu, leu, observou, exercitou, estudou, enfim, até este ponto de nossa viagem imaginária pela “Terra dos Fundamentos da Educação”.

Vá tranquilo, portanto, até a Seção de Avaliação, para realizar esse importante trabalho. Veja, a seguir, as questões que servirão de base a esta etapa de avaliação, observando que elas correspondem a cada uma das aulas relativas a este trecho de nossa viagem em busca do conhecimento.

SUPÉRFLUO

[Do lat. *superfluo*.
Adj. 1. Que é demais; inútil por excesso; desnecessário: “esta misantropia o defendeu do amor como dum sentido *supérfluo*, adormecendo-lhe o sexo, como se ele fora um bicho para que não houvesse na natureza ser complementar”. (FIALHO, d’A. O *País das Uvas*, p. 51). *S. m.2.* Aquilo que é *supérfluo*: “O rico não distingue o *supérfluo* do essencial: é essencial o que lhe garante os lucros”. (M. MENDES, O *Discípulo de Emaús*, p. 87). (HOLLANDA, A. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1a. ed., s/d, p. 1349).

1ª Questão: Analise:

1.1– A ambigüidade da atuação do Banco Mundial em relação aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

1.2 – A citação de Romanelli:

“A I República teve, assim, um quadro de demanda que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade”.

(ROMANELLI *História da Educação no Brasil* (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1982. p. 45).

2ª Questão: Explique:

2.1 – Por que o Banco Mundial prioriza investimentos em Educação Básica, particularmente no Ensino Fundamental.

2.2– Como os governos nacionais podem ter autonomia e traçar políticas de negociação em relação ao Banco Mundial, uma vez que esse organismo internacional vem impondo políticas homogêneas para a educação em todo o mundo. Em sua explicação, considere que há vozes dissonantes, sustentando que precisamos romper com os chavões que atribuem a um supostamente Banco Mundial a responsabilidade exclusiva pelas políticas nacionais de educação.

2.3 – O papel da Educação no período do Estado Novo.

2.4 – Por que a política educacional brasileira, na década de 70, mudou o Ensino Fundamental e Médio.

2.5 – O que está contido no seguinte trecho: “Há sempre uma forma de educação que poderemos chamar de fundamental: é aquela que faz com que o indivíduo passe a compreender a própria estrutura da sociedade em que vive, o sentido das transformações que estão se processando nela, e assim, de mero protagonista inconsciente do processo social, passe a ser um membro atuante da sociedade, no sentido de favorecer sua transformação ou, ao contrário, a ela se opor, porque ela se dará em detrimento de seus interesses” (LEMME. *Memórias*. São Paulo: Cortez, 1988, vol. 3, p.73).

- 2.6 – O que é a Constituição.
- 2.7 – Que são Leis, Decretos-Leis e Portarias.
- 2.8 – O que são Leis, Decretos-Leis e Portarias.
- 2.9 – O que foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, destacando 3 (três) das suas principais características.

3ª Questão: Responda:

3.1 – Podemos afirmar que, no século XIX, havia uma política educacional integrada entre o governo central e as províncias? Por quê?

3.2 – Qual a importância do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova para a conjuntura educacional brasileira da época em que ele foi lançado?

3.3 – Quais as principais idéias que nortearam a discussão para a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024/61?

3.4 – A atual LDBEN (Lei 9.394/96) reflete uma grande luta político-ideológica. Que avanços e recuos marcantes você percebe nessa lei?

3.5 – Na Constituição brasileira em vigor, promulgada em 1988, o que se determina com relação ao direito à Educação?

3.6 – Por que se pode afirmar ter havido uma *opção produtivista* no que prevaleceu na Constituição em vigor, relativamente à Educação?

4ª Questão: Cite:

4.1 – Os temas transversais que devem se sistematizados sob a denominação ‘Convívio Social e Ética’.

4.2 – Os objetivos do Ensino Fundamental, segundo a Lei 9394/96.

4.3 – O objetivos da Educação estabelecidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, a partir do governo do presidente Médici.

4.4 – Os instrumentos legais e os níveis em que atuam na organização do sistema educacional, hoje.

5ª Questão: Relacione:

5.1 – A denominada “Revolução de 30” com a Educação brasileira, tendo em conta os seguintes elementos:

- centralização *versus* descentralização;
- autoritarismo;
- preparação de mão-de-obra.

Parabéns, prezado aluno, por sua participação na avaliação. Esperamos que tenha gostado do trabalho e que isso o tenha ajudado, tanto para consolidar o que aprendeu até aqui nesta viagem, quanto para preparar-se para as outras etapas do caminho que vamos percorrer nas próximas aulas, correspondentes à segunda parte do mapa – ou ementa – de “Fundamentos da Educação II”.

Como você terminou imaginariamente o trabalho neste horário bem próximo do meio-dia, que tal entrarmos no restaurante da estação, de onde vem um churros delicioso de comida?

Depois do almoço, vamos seguir em nossa viagem pela “Terra dos Fundamentos da Educação”.

Fundamentos da Educação 2

Referências

Aula 3

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? *In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas mundiais*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*: estudio setorial del Banco Mundial. Washington, DC: Departamento de Educacion y Políticas Sociales. Version Preliminar. Mayo, 1995.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. *In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas mundiais*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Quem ganha e quem sofre os danos das políticas do Banco Mundial/FMI. *Cadernos do IBASE*, Rio de Janeiro, n. 16, jul. 1993.

Aula 4

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? *In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas mundiais*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*: estudio setorial del Banco Mundial. Washington, DC: Departamento de Educacion y Políticas Sociales. Version Preliminar. Mayo, 1995.

CORAGGIO, José Luís. Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. *In: TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). O Banco Mundial e as políticas mundiais*. São Paulo: Cortez, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. *In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas mundiais*. São Paulo: Cortez, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 2000.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

GHIRALDELLI JUNIOR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *A instrução e a república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/Editora da USP, 1974.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Moraes, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROSA, Maria da Glória. *A história da educação através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 2000.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CAPANEMA, Gustavo. Discurso pronunciado em 2/12/1937, na solenidade comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Realizações – Panorama da Educação Nacional*, Rio de Janeiro, MES, 1937.

CURY, Carlos Jamil R. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-25, maio/ago. 1984.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Moraes, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROSA, Maria da Glória. *A história da educação através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 2000.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. 1946.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 1946.
- BRASIL. Decretos-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem. 1946.
- BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. 1946.
- BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus. 1946.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*: Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 19978.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- LEMME, Paschoal. *Memórias*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MOVIMENTO de Educação de Base. MEB em cinco anos (1961-1965). 1ª Parte. Rio de Janeiro, 1966.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Moraes, 1998.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

FREIRE, Paulo. Simpósio Internacional para Alfabetização. Persépolis, Irã, setembro de 1975. In: Gadotti, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1995.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1995.

LEMME, Paschoal. *Memórias*. São Paulo: Cortez, 1988. v. 3.

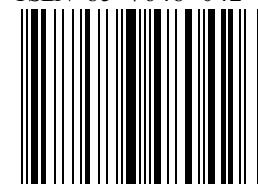
NERY, Tânia Maria de Oliveira. O embate político-educacional nos anos 90 – tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Coord). *Política educacional dos anos 90: determinantes e propostas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LEBAUSPIN, Ivo (Org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. (Coord.) *Política educacional nos anos 90: determinantes e propostas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

ISBN 85-7648-042-5



9 788576 480426



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

